



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
INSTITUTO DE SAÚDE COLETIVA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SAÚDE COLETIVA

SENTIDOS SOBRE VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES:
Uma Análise Interpretativa de Produtos Comunicativos Provenientes
de Campanhas Brasileiras

Gabriela Lamego

Salvador-Bahia,

2014

GABRIELA LAMEGO

SENTIDOS SOBRE VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES:

Uma Análise Interpretativa de Produtos Comunicativos Provenientes de Campanhas Brasileiras

Tese apresentada ao Programa de
Pós-Graduação em Saúde Coletiva
do Instituto de Saúde Coletiva da
Universidade Federal da Bahia

Área de concentração: Ciências Sociais em Saúde

Orientadora: Prof. Dr^a. Maria Ligia Rangel Santos

Salvador-Bahia

Abril – 2014

FOLHA DE APROVAÇÃO

SENTIDOS SOBRE VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES: Uma Análise Interpretativa de Produtos Comunicativos Provenientes de Campanhas Brasileiras

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva do Instituto de Saúde Coletiva da Universidade Federal da Bahia como requisito parcial para o título de “Doutor em Saúde Pública” na área de Ciências Sociais em Saúde.

Salvador, 04 de abril de 2014

Banca Examinadora:

Profa. Dra. Carmen Simone Grilo Diniz
Faculdade de Saúde Pública da USP

Prof. Dr. Giovandro Ferreira
Faculdade de Comunicação da UFBA

Profa. Dra. Maria Natalia Pereira Ramos
Universidade Aberta de Lisboa

Prof. Dr. Jorge Iriart
Instituto de Saúde Coletiva da UFBA

Profa. Dra. Maria Ligia Rangel Santos - Orientadora
Instituto de Saúde Coletiva da UFBA

Ficha Catalográfica
Elaboração - Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva

L228s Lamego, Gabriela.

Sentidos sobre violência contra as mulheres: uma análise interpretativa de produtos comunicativos provenientes de campanhas brasileiras / Gabriela Lamego. -- Salvador: G. Lamego, 2014.

182f.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Maria Ligia Rangel Santos.

Tese (doutorado) – Instituto de Saúde Coletiva. Universidade Federal da Bahia.

1. Violência contra a Mulher. 2. Comunicação e Saúde. 3. Hermenêutica. I. Título.
CDU 364

“Por um mundo onde sejamos socialmente iguais,
humanamente diferentes e totalmente livres”

Rosa de Luxemburgo

Às mulheres e aos homens que participaram da pesquisa, pelo o que foi possível aprender.
Aos meus pais Luiz e Soane, pelo amor, carinho, confiança, respeito e apoio incondicional.
Ao meu irmão Milo e a minha cunhada Mari e às rodas de amigos pela delícia do
compartilhar e por tornarem a vida sempre mais leve e alegre.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente ao Instituto de Saúde Coletiva da Universidade Federal da Bahia por acolher o projeto de doutorado que resultou na presente tese.

Às agências de fomento à pesquisa, CNPq e CAPES pelas bolsas de estudo concedidas.

À Ligia Rangel, minha orientadora, amiga querida, que me sensibilizou para a reflexão e atuação na área da Comunicação e Saúde, que também me seduziu para percorrer o caminho da hermenêutica de Ricoeur. Agradeço o seu acolhimento, orientação, incentivo e confiança depositada.

À Natália Ramos, por me receber carinhosamente em Lisboa no período da realização do meu estágio sanduiche. Presença entusiasta e acolhedora nos momentos compartilhados.

Aos membros da banca de qualificação: José Serafim, Cecilia McCallum e Giovandro Ferreira pelas significativas contribuições para a construção desta tese.

Aos professores das disciplinas do curso de doutorado: Monica Nunes, Jorge Iriart, Leny Trad, novamente Ligia Rangel pelos saberes compartilhados. Aos professores Ordep Serra e Eduardo Paes Machado pelas contribuições ao projeto durante a realização das disciplinas de seminários metodológicos.

Aos meus colegas do curso de doutorado, com quem dividi momentos especiais durante essa nossa trajetória: Isa Cristina Galvão, Liliane Bittencourt, Milton Barbosa, Maria Purificação Araújo, Yeimi Lópes e também Patrícia Martins, que se tornou uma amiga querida e me presenteou com um “bem” muito valioso para além da vida acadêmica.

Aos funcionários do Instituto de Saúde Coletiva pelo acolhimento em diferentes momentos da jornada percorrida nesta instituição sempre através de uma presença cuidadosa, amorosa e gentil: Anunciação Dias, Beatriz, Ana Cardoso, Taís Nascimento, Creuza Silva e Marlons de Jesus.

Pelas contribuições na realização do trabalho de campo, agradeço a João Marcos Santana e Emiliano Lamego pela realização das entrevistas com os participantes do sexo masculino, a Francisca Schiavo pela realização da oficina sobre a rede de atendimento às mulheres em situação de violência na Unidade de Saúde do Distrito Sanitário da Liberdade. Agradeço

ainda às enfermeiras da Unidade de Saúde do Distrito Sanitário Liberdade e às Agentes Comunitárias de Saúde que facilitaram os meus contatos no trabalho de campo.

Às minhas amigas queridas Lilian Marinho e Maria Augusta Souza pelas muitas colaborações dentro e fora deste trabalho, pela disponibilidade, interesse, apoio e incentivo durante todo o meu percurso. Muito obrigada, vocês foram fundamentais para eu chegar até aqui!

Às minhas amigas também queridas sempre presentes de alguma forma em minha vida e no meu coração Rita, Ana Cris, Katia, Pati, Elaine, Celiane, Ana Paula e Guta Salles. Nossos encontros sempre tão ricos e especiais aguçam o meu olhar sob o mundo a minha volta e também ao processo investigativo.

Aos meus amigos do além-mar, que me receberam carinhosamente em Portugal: Leonor Dias, Jacinto e Luisa Dias, agradeço a atenção, o carinho, o cuidado, os passeios, os encontros, as conversas, os incentivos e a oportunidade de conhecê-los mais de perto, momento de aprendizagem ímpar que estará sempre marcado em minha vida. Obrigada!

Aos amigos queridos que encontrei em terra lusitana: Marco, Carlos, Lucinha, Leticia e Zé que me acolheram tão bem em outra parte da cidade e me proporcionaram momentos inesquecíveis de muita alegria regados a ótimo vinho local. À Érika e Késia, amigas que se tornaram igualmente queridas, agradeço as trocas, os passeios e as noites de insônia regadas a muitas conversas sobre nossos projetos de estudo.

LISTA DE ABREVIATURAS

ACS - Agentes Comunitários de Saúde

AGENDE - Ações, Gênero, Cidadania e Desenvolvimento

CEDAW - Comitê da Convenção pela Eliminação de todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres

CEPIA - Cidadania, Estudos, Pesquisa, Informação e Ação

CFEMEA - Centro Feminista de Estudos e Assessoria

CIDH - Comissão Internacional de Direitos Humanos

CNDM - Conselho Nacional dos Direitos das Mulheres

DDM - Delegacias de Defesa da Mulher

IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

ONU - Organização das Nações Unidas

ONU Mulheres - Entidade das Nações Unidas para a Igualdade de Gênero e o Empoderamento das Mulheres.

PAISM - Programa de Atenção Integral à Saúde da Mulher

RHEG - Coletivo Feminista Plural e a Rede de Homens pela Equidade de Gênero

SPM/PR - Secretária Nacional de Políticas para as Mulheres

STJ - Supremo Tribunal da Justiça

SPM/PR - Secretaria Nacional de Políticas para as Mulheres - Presidência.

UNIFEM - Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher

SUMÁRIO

Apresentação	13
Referencial teórico-metodológico	16
Referências bibliográficas	30
Artigo 1- Violência Contra As Mulheres & Comunicação: reflexões a partir de experiências brasileiras de campanhas educativas	32
Resumo	33
Abstract	33
Introdução	34
Violência contra as mulheres e o seu reconhecimento no campo dos direitos humanos e saúde pública	34
Violência contra as mulheres, meios de comunicação e sociedade brasileira	38
Campanhas preventivas sobre violência contra as mulheres: experiências brasileiras	40
Algumas contribuições de campanhas brasileiras ao enfrentamento da violência contra as mulheres	44
Considerações Finais	47
Referências bibliográficas	49
Anexo	51
Artigo 2- Reflexões acerca do discurso do movimento feminista no enfrentamento da violência contra as mulheres no Brasil	52

Resumo	53
Abstract	53
Introdução	54
Os antecedentes: o surgimento do movimento feminista brasileiro	56
Violência contra as mulheres na agenda do movimento feminista brasileiro	58
A relação com o Estado: políticas públicas de enfrentamento da violência contra as mulheres reivindicadas pelo movimento feminista.....	60
Atuação feminista e a diversificação dos seus cenários: organizações não governamentais, conferências internacionais e academia	61
A Lei Maria da Penha: um caso de advocacy feminista	65
Linhas discursivas do feminismo sobre o enfrentamento da violência contra as mulheres	67
Considerações Finais	74
Referências	77
Artigo 3- Sentidos de violência e gênero em materiais de campanhas sobre a violência contra as mulheres	80
Resumo	81
Abstract	81
Introdução	82
Referencial teórico-metodológico	83
Procedimentos metodológicos	88
Resultados e discussão	89
Considerações Finais	111
Referências	114

Artigo 4 - Sentidos sobre violência e gênero em leituras de materiais audiovisuais que tratam de violência contra as mulheres produzidas por homens e mulheres na cidade de Salvador, Bahia.....	118
Resumo	119
Abstract	119
Introdução	120
Referencial Teorico Metodologico	122
Resultados e discussão	128
Considerações Finais	160
Referências bibliográficas	163
Anexos	166
Conclusões	173
Apêndices.....	178

APRESENTAÇÃO

As perguntas iniciais que nortearam o processo de construção do projeto de pesquisa que dá origem a esta tese são as seguintes: "quais os sentidos de gênero e violência presentes em produtos de campanhas sobre enfrentamento da violência contra as mulheres?"; "quais os sentidos atribuídos por homens e mulheres aos produtos comunicativos sobre violência contra as mulheres pertencentes a campanhas educativas?". Em torno destas perguntas se articulam duas temáticas igualmente relevantes para o campo da saúde coletiva, mas ainda pouco explorada em sua interface, a comunicação e saúde e a violência contra as mulheres.

A violência contra as mulheres é mundialmente reconhecida como um importante problema social e de saúde pública. Uma das principais manifestações da violência contra as mulheres é vivenciada nas relações entre parceiros íntimos e se constitui um importante agravamento à saúde física, sexual e mental de mulheres, podendo ainda progredir para casos de mortalidade. A área da comunicação e saúde mais recentemente tem se legitimado na área da saúde coletiva devido ao seu interesse sobre processos comunicativos que envolve tanto as relações interpessoais em contextos de saúde, como também as estratégias de comunicação direcionadas para a prevenção de doenças e agravos e promoção de saúde no contexto do sistema de saúde.

O percurso metodológico aqui empreendido foi marcado por definições necessárias a construção da tese, primeiramente foi realizado o mapeamento das campanhas educativas sobre violência contra a mulher produzidas na realidade brasileira e dos produtos comunicativos pertencentes as mesmas. Em seguida, dentre o conjunto de produtos comunicativos produzidos em campanhas (folders, spots de rádio, cartazes, vídeos etc.), optou-se por trabalhar com vídeos por serem os materiais de mais fácil acesso, todos disponíveis na internet, e possibilitarem uma maior interação com os sujeitos participantes da pesquisa na recepção deste material. A parte empírica da pesquisa foi realizada em um bairro na cidade de Salvador com sujeitos de ambos os sexos que se interessam em participar da investigação.

Para a construção do referencial teórico da tese buscou-se aproximações com uma perspectiva interpretativa na qual os sentidos e significados atribuídos em produtos comunicativos não estão delimitados às suas leis internas, mas diretamente relacionados com o espaço social em que foram construídos e com a experiência particular de seu público destinatário. Sendo

assim, objetivou-se um distanciamento de visões lineares e instrumentais da comunicação que pressupõem uma crença demasiada no poder da mensagem veiculada pela mídia e na passividade de seus leitores / receptores.

As referências teóricas norteadoras desta análise, detalhadas na seção seguinte nesta tese, foram articuladas a partir das contribuições da hermenêutica interpretativa de Paul Ricoeur e da discussão de gênero para a compressão das relações sociais que se estabelecem entre homens e mulheres em contextos de violência contra as mulheres.

Desta forma, a tese foi estruturada tomando como referência a *tríplice mimese* de Paul Ricoeur que compreende a interpretação como um processo que não se restringe aos limites internos do texto, mas composto de três momentos igualmente necessários a sua realização que juntamente formam o que autor denomina como o círculo hermenêutico. São eles, os momentos da prefiguração, configuração e refiguração ou, em outras palavras, o pré-texto, o texto e o pós-texto respectivamente.

Desta forma a representação da *tríplice mimese* trazida para tese estruturou três dos quatro artigos aqui apresentados como os três diferentes momentos que compõe o projeto interpretativo em Ricoeur. O primeiro momento é o texto em si, o momento da configuração aqui representado pelos produtos comunicativos de campanhas educativas de enfrentamento da violência contra as mulheres, o segundo momento é a prefiguração deste texto, definido para fins desta tese como o discurso do movimento feminista brasileiro acerca da problemática da violência contra as mulheres e o terceiro, é a sua refiguração representada pela interpretação dos produtos comunicativos construída pelos sujeitos participantes da pesquisa.

A tese resultante do desenvolvimento da pesquisa sobre *SENTIDOS SOBRE VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES: uma análise interpretativa de produtos comunicativos pertencentes a campanhas brasileiras* foi construída por meio da articulação de quatro artigos¹, organizados da seguinte maneira:

O artigo 1: *Violência contra as mulheres & Comunicação: reflexões a partir de experiências brasileiras de campanhas educativas*. Este artigo apresenta um mapeamento de campanhas educativas sobre violência contra a mulher produzidas no Brasil e problematiza a interface

¹ Os artigos não estão formatados segundo as normas de publicação de revistas especializada, o que será realizado em um momento posterior.

entre as temáticas da comunicação e da violência contra as mulheres. Faz uma abordagem exploratória em que reconhece a potencialidade dos produtos de comunicação produzidos em campanhas educativas enquanto discursos que abordam a temática da violência contra as mulheres contribuindo para a divulgação dos direitos sociais conquistados, da desconstrução dos estereótipos nas relações de gênero e a eliminação de matrizes culturais que legitimam este problema social.

O artigo 2: *Reflexões acerca do discurso do movimento feminista no enfrentamento da violência contra as mulheres no Brasil*. Este artigo retoma a trajetória histórica do movimento feminista brasileiro nos últimos 30 anos de enfrentamento da violência contra as mulheres como percurso analítico para identificar as principais características deste discurso social. O movimento feminista se destaca como um importante ator social no enfrentamento da violência contra as mulheres e ao longo de sua trajetória produziu um discurso social que exerceu influência significativa na elaboração de políticas públicas específicas, em temas relevantes para a investigação acadêmica e em estratégias de comunicação voltadas para o enfrentamento da violência contra as mulheres, entre outras.

O artigo 3: *Sentidos da violência e gênero em materiais de campanhas sobre a violência contra as mulheres*. Este artigo busca analisar os sentidos sobre violência e gênero em vídeos/textos selecionados de campanhas educativas e em seguida aprofunda a discussão sobre as relações que se estabelecem entre o autor e leitor presentes no mundo do texto apoiados no referencial da hermenêutica interpretativa.

O artigo 4: *Sentidos sobre violência e gênero em leituras de materiais audiovisuais sobre violência contra as mulheres produzidas por homens e mulheres em Salvador, Bahia*. Neste artigo busca-se analisar os sentidos de gênero e violência e as formas de enfrentamento da violência contra as mulheres atribuídos por homens e mulheres aos textos/vídeos de campanhas preventivas.

Por último, apresenta-se as conclusões finais desta tese onde se busca articular como os três momentos da mimese que compõem o processo interpretativo - prefiguração, configuração, refiguração -, como se articulam e contribuem para a construção da presente análise de sentidos de violência contra as mulheres de produtos comunicativos sobre violência contra as mulheres pertencentes a campanhas brasileiras.

REFERENCIAL TEÓRICO-METODOLÓGICO

Teoria da interpretação: aproximações à tríplice mimese

A interpretação é objeto da filosofia da linguagem, na qual se destaca o filósofo Paul Ricoeur com *A Teoria da Interpretação*, que tem influenciado diversos estudos na área da comunicação (SCHRAMM, 2002; BARBOSA, 20062; THOMPSON, 2009). De acordo com Casal (1996), Ricoeur foi o hermenauta que mais longe levou a metodologia da interpretação e que também exerceu uma maior influência na antropologia interpretativa.

A teoria da interpretação de Ricoeur reconhece o papel central da linguagem e dos símbolos e, assim, o lugar que estes ocupam na existência humana. Para Ricoeur (2008), a problemática da hermenêutica deve ser entendida como uma teoria das operações de compreensão, em sua relação com a interpretação de textos, que toma como diretriz a efetuação do discurso como um texto.

Ao desenvolver sua teoria sobre a interpretação de textos, Ricoeur (2008) apresenta suas contribuições para aquilo que ele considera ser uma aporia da hermenêutica, a oposição atribuída às atividades de explicar e compreender. Segundo o autor, a relação entre estas duas faculdades pode ser tomada de forma complementar e dialética, o que garante profundas contribuições para o trabalho hermenêutico.

Com esse propósito, Ricoeur (1989; 2008) revisita as considerações de W. Dilthey, sobre as atividades de explicar e compreender e valoriza seu esforço de reconhecer as diferenças entre as ciências naturais e as ciências do espírito e, ao mesmo tempo, em fundamentar estas últimas como ciências legítimas³.

² Dentre os autores citados, destacamos Thompson que é um sociólogo influente no campo da comunicação e que desenvolveu em seu livro “Ideologia e Modernidade” uma metodologia para análise de produtos midiáticos, denominada hermenêutica de profundidade, com uma forte influência da hermenêutica interpretativa de Paul Ricoeur. Os outros trabalhos citados foram realizados por autores do campo da comunicação, apresentados em encontros específicos da área, que utilizam as contribuições de Ricoeur para uma reflexão dos processos comunicativos, mais especificamente voltados para a recepção.

³ Tal empreendimento resultou em uma defesa vigorosa da especificidade das ciências sociais face ao modelo epistemológico “universal” das ciências naturais, e contribuiu com notoriedade para a formalização do método compreensivo-hermenêutico aplicado às ciências sociais (Casal, 1996).

Nesse sentido, Dilthey atribuiu às primeiras a tarefa de “explicar”, no sentido de encontrar as leis gerais da natureza e, às segundas, a tarefa de “compreender”, no sentido de apreender o significado das ações humanas.

No entanto, Ricoeur (1989) situa essa questão no domínio de escolas contemporâneas e entende que a relação entre o explicar e compreender sofreu significativas mudanças. Para o autor, a explicação passou a ocupar o terreno dos modelos linguísticos e a compreensão, na hermenêutica moderna, se afastou do sentido da noção psicológica que era atribuída por Dilthey⁴.

Ricoeur (1989) defende que o explicar e o interpretar⁵ devem fazer parte de um mesmo projeto hermenêutico que toma como tarefa a interpretação de textos. No primeiro caso, o leitor permanece na expectativa do texto, tratando-o como um texto sem mundo e sem autor, a explicação torna-se possível mediante uma análise das relações internas e da estrutura do texto. No segundo, o leitor pode levantar o suspense do texto, pode restituir o texto à comunicação viva e assim interpretá-lo. Para o autor, estas duas possibilidades pertencem à leitura e a leitura é a dialética dessas duas atitudes, explicar e interpretar (RICOEUR, 1989).

Sendo assim, para Ricoeur (1989), é possível integrar as atividades de explicação e interpretação em um único arco hermenêutico que tem uma concepção da leitura como um retomar do sentido do texto. A análise explicativa deve ser considerada como uma etapa necessária entre uma interpretação ingênua e uma interpretação crítica, entre uma interpretação de superfície e uma interpretação de profundidade.

Nesse caso, Ricoeur (1989) faz uma diferenciação entre os dois conceitos de interpretação que utiliza. O primeiro se aproxima do conceito de apropriação, como foi proposto por seus antecessores, em que a interpretação de um texto completa-se diante da interpretação de um sujeito que se compreende melhor, ou de outro modo. No segundo, o autor apóia-se em Charles Peirce, em quem busca um conceito de interpretação que esteja relacionado com a própria

⁴ A noção de compreensão de Dilthey é herdeira de tradição romântica da hermenêutica que visa compreender o autor mais do que ele próprio se compreendeu (Ricoeur, 1989).

⁵ Ricoeur (1989) opta por não utilizar o termo compreensão que está carregado da noção romântica atribuída por Dilthey.

tradição do texto. A relação entre interpretante e signo de Peirce é transposta para a relação entre interpretante e enunciados, em Ricoeur (1989). Deste modo, em sua análise, Ricoeur se interessa pelo plano dos enunciados e do texto e não das unidades lexicais, valorizadas por Peirce.

Se estamos, pois, perfeitamente conscientes do caráter analógico da transposição, podemos dizer isto: a série de interpretantes que se enxerta na relação triangular, objecto-signo-interpretante, que pode servir de modelo a um outro triângulo que se constitui ao nível do texto; o objeto é o próprio texto, o signo é a semântica profunda destacada pela análise estrutural; e a série dos interpretantes é a cadeia das interpretações produzidas pela comunidade interpretante e incorporadas na dinâmica do texto, como o trabalho do sentido sobre si mesmo. Nesta cadeia, os primeiros interpretantes servem de tradição para os últimos interpretantes que são a interpretação propriamente dita (Ricoeur, 1989, p.161).

Sendo assim, o arco hermenêutico se favorece dos dois tipos de interpretação. A interpretação-apropriação é mediatizada pela série de interpretantes que pertencem ao trabalho do texto e, assim, a apropriação perde um pouco de sua arbitrariedade, na medida em que ela é a continuação do trabalho que se realiza, o trabalho hermenêutico de gestação de sentido, no texto. De acordo com Ricoeur (1989, p.162), “o dizer do hermeneuta é um re-dizer, que reativa o dizer do texto”.

Na obra *Tempo e Narrativa*, escrita em 1983, o arco hermenêutico assume a forma da tríplice mimese. Ricoeur (1997) toma emprestado o conceito de Aristóteles de mimesis, para explorar a mediação entre tempo e narrativa, partindo da noção do filósofo grego de que a tragédia é imitação (mimesis) da ação dos homens e de que é a composição do enredo ou “tecer da intriga” (mythos) que realiza essa imitação.

Para Ricoeur (1997), a interpretação não se restringe à análise da intriga, em sua dimensão estrutural, e, portanto se propõe observar três momentos indissociáveis da composição do texto/discurso/obra: mimese I, mimese II e mimese III, respectivamente, denominados de prefiguração, configuração e refiguração. Isso que significa dizer que o texto nasce em um mundo da ação, configura um mundo próprio enquanto composição linguística, e retorna ao mundo da ação, através da interpretação que o leitor faz do texto.

É na relação específica que se estabelece entre os três estágios da mimese, na forma de prefiguração, configuração e refiguração, o ponto que se toma a teoria da interpretação de Paul Ricoeur (1997; 2009) como referência neste estudo. A configuração textual (mimese II) faz a mediação entre a prefiguração do campo prático (mimese I) e sua refiguração produzida no e pelo leitor da obra (mimese III), onde se destaca a presença ativa do leitor, através do ato da leitura, fundamental para a realização deste percurso.

Para Ricoeur (1997), a mimese II tem uma função primordial no processo de construção da intriga, que resulta de sua posição intermediária entre mimese I e a mimese III. O autor considera que a “mimese II extrai sua inteligibilidade de sua faculdade de mediação, que é de conduzir do montante à jusante do texto, de transfigurar o montante em jusante por seu poder de configuração” (1997, p.86).

Desta forma, a análise hermenêutica proposta por Ricoeur (1997) se distancia substancialmente da perspectiva de uma análise estrutural que concentra na configuração textual, se restringindo às leis internas do texto, sem dar atenção ao que o autor chamou de montante e jusante do texto. A tarefa hermenêutica é mais ampla e também mais dinâmica. A esse respeito, o autor expressa que:

É, em compensação, a tarefa da hermenêutica reconstruir o conjunto das operações pelas quais uma obra eleva-se do fundo opaco do viver, do agir e do sofrer, para ser dada, por um ator, a um leitor que a recebe e assim muda o seu agir. Para uma semiótica, o único conceito operatório que permanece, o do texto literário. Uma hermenêutica, em compensação, se preocupa em reconstruir o arco inteiro das operações pelas quais a experiência prática se dá obras, autores, leitores. Ela não se limita a colocar *mimese II* entre *mimese I* e *mimese III*. Ela quer caracterizar *mimese II* por sua função de mediação. (1997, p.86)

Neste momento, torna-se necessário um detalhamento, mesmo que sucinto, dos três momentos da mimese que contribuirá para uma reflexão sobre o entendimento das operações que serão necessárias à realização de uma análise interpretativa neste trabalho.

O momento da prefiguração corresponde à mimese I, representa o mundo da ação em que o autor viveu e agiu e em que vive e age o leitor. A composição

da intriga está enraizada em uma pré-compreensão do mundo e da ação marcada por suas estruturas inteligíveis, suas fontes simbólicas e seu caráter temporal (RICOEUR, 1997a). É mediante a combinação destes elementos que se torna possível a construção de uma narrativa capaz de ser reconhecida e compreendida por outros sujeitos que compartilham um mesmo universo simbólico que o autor.

Ricoeur (1997a) destaca como principal característica de mimese II a sua função de mediação, que deriva do seu caráter dinâmico da operação de configuração. A intriga (mimese II) exerce esse dinamismo no próprio campo textual e a sua função de mediação, permite, ainda, uma mediação de maior amplitude entre a pré-compreensão e a pós-compreensão da ordem da ação e de seus traços temporais.

No campo textual, mimese II, da **configuração**, faz a mediação entre os acontecimentos ou incidentes individuais e uma história considerada como todo. E assim, é possível dizer que ela extrai uma história sensata de uma pluralidade de acontecimentos, visto que extrai de simples sucessão uma configuração (RICOEUR, 1997).

A mimese III é o momento da **refiguração** do texto pelo leitor. Segundo Ricoeur (1997, p.110) “é no ouvinte ou no leitor que se conclui o percurso da mimese”. A transição entre as mimeses II e III é operada mediante o ato de leitura, que coloca a fusão de dois horizontes⁶: o do texto e o do leitor.

Para Ricoeur (1997) o que se comunica através da narrativa é o mundo que esta projeta e que constitui seu horizonte. Todavia, o leitor o recebe, através da leitura, segundo sua própria capacidade de acolhimento que, também ela, se define por uma situação ao mesmo tempo limitada e aberta a um horizonte de mundo (1997, p.119). Essencialmente, em mimese III, o que um leitor recebe não é apenas o sentido da narrativa, mas uma experiência que esta faz chegar à linguagem.

⁶ Ricoeur utiliza uma definição próxima a de fusão de horizontes em H.G. Gadamer (Ricoeur, 1997a)

QUADRO 1- SÍNTESE DA TÍPLICE MIMESE

	PREFIGURAÇÃO	CONFIGURAÇÃO	REFIGURAÇÃO
LOCAL DE PRODUÇÃO	Sociedade: circulação de discurso do movimento feminista sobre violência e gênero.	Inter e Intratextual/Âmbito do autor: produção de narrativas (referência x horizonte de expectativa de autor).	Intertextual/Âmbito do leitor: interpretação de narrativas; fusão de horizontes de expectativas autor/leitor.
SENTIDOS	Múltiplos sentidos circulam (polifonia, polissemia). Âmbito grupal: discursos.	Produção de sentido intratextual para violência e gênero em peças de campanhas.	Significação: interpretação dos sentidos sugeridos pelos e nos textos.
SUBSTRATO	História, cultura, experiência coletiva, tradição.	Intencionalidades, narrativas, suportes/tecnologias.	História, cultura, experiência individual e coletiva, tradição, narrativas.

Da teoria da interpretação de Ricoeur apreende-se que uma análise interpretativa deve compreender os três estágios da mimese, com vistas a garantir a circularidade do arco hermenêutico. Assim, para fins da análise neste estudo, toma-se como referência a tríplice mimese, ou seja, os momentos de pré-figuração, configuração e refiguração dos discursos sobre a violência contra a mulher, em textos de campanha educativas brasileiras.

É na passagem entre configuração e refiguração, em mimese III, que Ricoeur (1997b) destaca a importância do ato da leitura. É mediante a leitura que o leitor pode apreender o sentido do texto, apropriar-se dele e ver seu mundo refigurado no e pelo texto. É a passagem da configuração para a refiguração, efetuada pelo ato da leitura, que se completam as operações do círculo hermenêutico.

Toma-se a refiguração correspondendo ao momento da recepção, marcada pela interpretação que os sujeitos sociais da pesquisa farão dos produtos

comunicativos sobre a violência contra as mulheres a eles apresentados. Por meio da refiguração, é que se pretende o acesso aos textos/ discursos dos leitores sobre o que é veiculado nos produtos comunicativos, correspondentes à configuração. Mas, ao entender que a interação entre os textos e os leitores está enraizada em um mundo da ação em que são todos participantes: leitores, autores e pesquisadores, é que se dará a aproximação nesta investigação do momento da prefiguração, mediante a análise dos discursos sociais sobre a violência contra as mulheres.

O ato da leitura é o mediador necessário da configuração e da refiguração. Segundo Ricoeur (1997b), o texto só ganha interpretação quando é ativado pelo leitor. O autor define a passagem da configuração à refiguração como um momento marcado pelo confronto entre os dois mundos, o mundo fictício do texto e o mundo real do leitor.

Desta forma, torna-se evidente que a visão da interpretação, em Ricoeur (1997b), aplicada à análise de textos, se diferencia de uma tradição que atribui ao mundo interno do texto todas as características necessárias à sua interpretação, ou seja, de uma tradição que restringe a interpretação às leis internas do texto. Para Ricoeur (1997b), o estatuto ontológico do texto permanece suspenso, à espera da sua leitura. É mediante a leitura que o processo interpretativo se realiza.

Para investigar a relação que se estabelece entre autor e leitor mediante o ato da leitura, Ricoeur (1997b) recorre a diferentes escolas da teoria literária, e ao estabelecer um paralelo de seus pontos fortes e fracos, o autor desenvolve as categorias *autor implicado* e *leitor implicado*, visando entender a relação que se estabelece entre o autor e o leitor no texto. A categoria de *autor implicado* está relacionada à estratégia utilizada pelo autor para compor a narrativa, através do **uso de técnicas retóricas** capazes de persuadir o leitor. Para Ricoeur (1997b), é através desta estratégia que o autor se coloca presente na obra, se fazendo assim um *autor implicado* na narrativa. Todavia, o *autor implicado* é um disfarce do autor real, que se transforma em narrador imanente à obra, através da voz narrativa.

A figura do narrador que pode ser digno, ou não, de *confiança* é mais um elemento introduzido pelo autor real à narrativa, visando estabelecer um pacto com o leitor. É mediante a figura do narrador que o autor conduz a narrativa e constrói um caminho interpretativo a ser tomado pelo leitor. Ricoeur (1997b) considera que cada tipo de narrador presente em uma obra implicará em um determinado tipo de leitor, mais passivo ou mais ativo.

Enquanto o autor real se apaga no *autor implicado*, o *leitor implicado* ganha corpo no leitor real. O *leitor implicado* é um papel reservado ao leitor real pelas instruções do texto. O *leitor implicado* é, assim, uma categoria de análise literária compatível com a semântica do texto, assim como o *autor implicado*. Ambos são construídos nos textos e “*são correlatos ficcionalizados de seres reais: o autor implicado identifica-se com o estilo singular da obra; o leitor implicado com o destinatário a que se dirige o destinador da obra*” (RICOEUR, 1997b, p. 292). O leitor implicado parece virtual enquanto não é atualizado através do leitor real.

Outro autor que apresenta uma significativa contribuição para a compreensão das dimensões da leitura aplicada aos suportes de mídia é o sociólogo argentino Eliseo Verón. Ao desenvolver uma metodologia para a análise dos suportes de mídia, denominada Contrato de Leitura, o autor (1985) propõe uma análise da relação que se estabelece entre enunciador e destinatário nos enunciados, correlato em Ricoeur da relação autor-leitor.

A proposta metodológica de Verón (1985) contempla duas dimensões que o autor correlaciona através da leitura: a análise dos textos e a pesquisa qualitativa. A primeira consiste na análise dos enunciados, que pode ser identificada nos títulos e no uso das imagens ou mesmo no conteúdo de determinada matéria jornalística. A segunda consiste na análise deste contrato pela própria recepção, composta por leitores e não leitores do suporte midiático, através de técnicas de pesquisa qualitativa, entrevistas individuais semi-estruturadas e grupos de discussão.

Os tipos de relações que se estabelecem entre o enunciador e o destinatário são objetos da análise de Verón (1985) e podem apresentar diferentes graus de

cumplicidade. Em uma determinada situação, o enunciador pode adotar um *discurso de verdade* ou uma postura de um *enunciador pedagógico* entre outras maneiras, como analisa Verón (1985). No entanto, a simetria entre o enunciador e destinatário, conforme ressalta o autor, é só aparente, o contrato é claramente proposto pelo enunciador.

Cabe ainda destacar, o conceito de texto, utilizado neste estudo, também apoiado em Paul Ricoeur. Em seu livro “Do texto á ação”, no capítulo “O que é um texto?”, Ricoeur (1989) afirma que todo discurso fixado pela escrita pode ser tratado como um texto.

Ricoeur (1989) desenvolve as diferenças entre o ato da leitura e o ato do diálogo. A escrita exige a leitura, enquanto a fala permite o diálogo. Autor e leitor estão separados através da obra, o primeiro não participa do ato da leitura e o segundo não participa da escrita. Diferentemente do diálogo que permite perguntas e respostas, a escrita garante a autonomia do texto. O leitor, diante do texto, toma a obra como acabada, que renasce mediante o ato da leitura.

Por agora, digamos que o leitor ocupa o lugar de locutor, como, simetricamente, a escrita ocupa o lugar da locução e da fala. Efetivamente, a relação escrever-ler não é um caso particular da relação falar-responder. Não é uma relação de interlocutor, não é um caso de diálogo. Não basta dizer que a leitura é um diálogo com o autor através da sua obra; é preciso dizer que a relação do leitor com o livro é de natureza completamente diferente; o diálogo é uma troca de perguntas e respostas; não há troca desta espécie entre escritor e o leitor, o escritor não responde ao leitor; o livro separa até em duas vertentes o ato de escrever e o ato de ler, que não comunicam; o leitor está ausente da escrita; o escritor está ausente da leitura. O texto produz, assim, uma dupla ocultação do leitor e do escritor; é deste modo que ele toma o lugar da relação de diálogo que liga, imediatamente a voz de um ao ouvido do outro. (Ricoeur, 1989, p.142-43).

Gênero e Violência contra as Mulheres

O conceito de gênero está relacionado diretamente com a história do movimento feminista contemporâneo e é intrínseco às suas lutas contra a opressão das mulheres. A elaboração desse conceito emerge diante da necessidade das feministas em problematizar as desigualdades persistentes

nas relações entre homens e mulheres no espaço social (LOURO, 1997; MATOS, 2008).

O final nos anos de 1960, período conhecido como a "segunda onda" do feminismo, teve como diferencial o investimento em construções teóricas que abordassem seus objetos de interesse, além das pré-existentes preocupações e lutas sociais e políticas (LOURO, 1997; SARTI, 2004). A problemática de gênero se explicita em meio às lutas dos movimentos "libertários" dos anos 1960, que aconteceram simultaneamente nos EUA e também em algumas partes da Europa, momento histórico em que as mulheres perceberam que, mesmo participando ativamente destes processos, exerciam um papel secundário atribuído a diferenciação sexual (GROSSI, s/d).

O conceito de gênero se contrapõe a uma visão biologizante em que as explicações sobre as diferenças entre homens e mulheres são tomadas como essencialistas e inerentes à natureza de cada um deles.

É imperativo, então, contrapor-se a esse tipo de argumentação. É necessário demonstrar que não são propriamente as características sexuais, mas é a forma como essas características são representadas ou valorizadas, aquilo que se diz ou se pensa sobre elas que vai constituir, efetivamente, o que é feminino ou masculino em uma dada sociedade e em um dado momento histórico. Para que se compreenda o lugar e as relações de homens e mulheres numa sociedade importa observar não exatamente seus sexos, mas sim tudo o que socialmente se construiu sobre os sexos. O debate vai se constituir, então, através de uma nova linguagem, na qual gênero será um conceito fundamental (LOURO, 1997, p.19).

Joan Scott (1995), historiadora americana, define gênero como “*um elemento constitutivo de relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos e uma forma primária de dar significado às relações de poder*” (SCOTT, 1995, p.86). Esta conceituação traz em si o aspecto relacional da categoria de gênero, o que permite afirmar que mesmo as análises que abordem estritamente o universo feminino também estarão, de alguma maneira, problematizando o masculino.

Desta forma, o conceito de gênero visa situar o debate (das diferenças entre homens e mulheres) no campo social, ao compreender que é neste espaço que

se constroem e se reproduzem as relações assimétricas entre os sujeitos (Louro, 1997; 2008). De acordo com esta perspectiva, as justificativas para as desigualdades não estão situadas nas diferenças biológicas, mas nas condições sociais, na história e nas formas de representação do masculino e feminino em uma dada sociedade (LOURO, 1997).

Diferentes autoras feministas (LOURO, 1997; DEBERT e GREGORI, 2008; MATOS, 2008) advertem que ao se entender gênero fundamentalmente como uma construção social – e, histórica -, deve-se considerar a sua pluralidade enquanto conceito, ou seja, a presença de concepções diversificadas de femininos e masculinos que são articuladas no interior de uma sociedade, conforme a classe, a raça, a religião e a idade. Esse aspecto do conceito, mais uma vez, se contrapõe à noção de essencialidade presente na dicotomia homem e mulher, e aponta para reflexões mais profundas sobre processos de construção socialmente determinados.

O caráter social do conceito de gênero exige considerações acerca das diferentes sociedades e dos momentos históricos em que são produzidas distintas construções do feminino e masculino (LOURO, 1997). É necessário enfatizar a importância em se evitar as generalizações a respeito do ser "mulher" e do ser "homem" nas análises em construção, objetivando assim um afastamento das proposições essencialistas sobre os gêneros e a filiação a uma ótica que se direciona para o entendimento como processual, fruto de uma construção social e sem definições a priori. O conceito passa a exigir que se pense de modo plural (LOURO, 1997), acentuando que os projetos e simbolizações sobre mulheres e homens são variados (LOURO, 1997; 2008).

Guacira Louro (1997; 2008) defende a importância de análises que compreendam o gênero como constituinte da identidade dos sujeitos, assim como etnia, geração e classe. A autora reconhece que o sujeitos tem identidades múltiplas, plurais, em constante processos de construção, não sendo fixas nem permanentes.

A construção dos gêneros e das sexualidades dá-se através de inúmeras aprendizagens e práticas, insinua-se nas mais distintas situações, é empreendida de modo explícito ou dissimulado por um conjunto inesgotável de instâncias sociais

e culturais. É um processo minucioso, sutil, sempre inacabado (LOURO, 2008, p.18).

Um outro aspecto destacado por diferentes autoras (LOURO, 1997; 2008; GROSSI, s/d; DEBERT e GREGORI, 2008) é a necessidade de se desconstruir a oposição binário masculino-feminino presentes em algumas análises sociais que adotam perspectivas de gênero. Este pensamento dicotomizado e polarizado que colocam homem e mulher em pólos opostos que se relacionam sob a lógica de dominação-submissão em nada contribui para um trabalho analítico. Como afirma Louro (2008, p.18), *"não há nada de puramente "natural" e "dado" em tudo isso: ser homem e ser mulher constituem-se processos que acontecem no âmbito da cultura"* (LOURO, 2008, p.18).

Desta forma, os estudos sobre violência contra a mulher, que empregaram o conceito de gênero, foram decisivos para o questionamento dos estereótipos da mulher como vítima-passiva e do homem como agressor-ativo, alertando que esses em nada contribuem para o debate sobre violência, ao desconsiderarem a mulher como sujeito constituinte do seu próprio destino e, assim, contrariarem os princípios defendidos pelo próprio movimento feminista (BRANDÃO, 1998; DEBERT e GREGORI, 2008).

De acordo com algumas autoras (BRANDÃO, 1998; SANTOS e IZUMINO, 2005) o campo teórico dos estudos sobre violência contra as mulheres ainda apresenta alguns impasses gerados pela polarização do debate nos eixos "vitimização" (violência localizada no pólo masculino) ou "cumplicidade" (jogo relacional da violência). As mesmas defendem que as vertentes acima não conseguem abarcar a complexidade do problema e afirmam que admitir a não-passividade das mulheres perante a violência, ou o caráter relacional que assumem os conflitos conjugais, não significa admitir posições simétricas entre homens e mulheres (BRANDÃO, 1998; SANTOS e IZUMINO, 2005).

Santos e Izumino (2005) acrescentam, ainda, o risco de explicações baseadas em uma concepção da dominação patriarcal, em que o poder aparece de forma estática e absoluta, exercido exclusivamente pelo homem sobre a mulher. Em uma perspectiva inversa, as autoras, mediante a articulação do conceito de gênero (Scott) e o conceito de poder (Foucault), defendem a abordagem da

violência contra as mulheres como uma relação de poder vista como dinâmica e relacional exercida por homens e mulheres, mesmo que de forma desigual (SANTOS e IZUMINO, 2005).

De acordo com essa perspectiva, a incorporação mais efetiva da construção social de gênero, e como esta se estabelece no âmbito das relações íntimas, permite depreender que as relações de poder são muito mais explicativas da condição de violência do que a concepção de vítima ou cúmplice. Ou seja, mesmo que a mulher possa ser também sujeito da violência, essa condição revela uma consciência mediatizada pela concepção dominante da sociedade, que atribui uma valoração diferenciada ao masculino.

A dominação masculina, segundo Bourdieu (1999), consiste numa violência simbólica, muitas vezes invisível às vítimas, que se exerce pelas vias da comunicação e do conhecimento e se afirma e confirma nas estruturas sociais. O que permite apreender que gênero é mais do que uma aprendizagem de papéis, sendo constituído e instituído por diversas instâncias e relações sociais.

Sendo assim, considera-se que o conceito de gênero traz um aporte teórico diferenciado às análises sobre a violência que acomete as mulheres pois, ao enfatizar os aspectos relacionais e culturais da construção social do masculino e do feminino, amplia-se a compreensão desse fenômeno para além dos limites das relações de intimidade, situando-o no plano das relações sociais.

Mais recentemente, os estudos sobre masculinidade e sua relação com a violência têm contribuído para uma ampliação do escopo das abordagens de gênero e violência contra a mulher. Tais investigações abordam como os comportamentos violentos em determinados contextos são modos de socialização no universo masculino e uma comunicação tanto no universo masculino como na relação com o sexo oposto. Sendo assim torna-se necessário

compreender não apenas o papel das mulheres nas relações violentas, como também os papéis exercidos pelos homens, já que ambos participam na produção de papéis sociais que legitimam a violência. Nesse sentido é interessante que se estude como a construção social tanto da feminilidade quanto da masculinidade

está conectada relacionada ao fenômeno da violência (SANTOS e IZUMINO, 2005:159).

Referências

- BOURDIEU, P. **A dominação masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 1999. 160p. 1999.
- BRANDÃO, E. R. Violência Conjugal e o recurso feminino à polícia. In: BRUSCHINI, C. & HOLLANDA, H.B. de (org.) **Horizontes plurais: novos estudos de gênero no Brasil**. pp.51-84. São Paulo: Fundação Carlos chagas. Rio de Janeiro: Editora 34, 1998.
- CASAL, A. Y. A hermenêutica como teoria e como método. In: _____. **Para uma Epistemologia do discurso e da prática antropológica**. Lisboa: Edições Cosmos, 1996, p.49-70.
- DEBERT, G.G.; GREGORI, M. F. Violência e Gênero: novas propostas, velhos dilemas. **RBCS**, Vol 23, n.66, fevereiro, 2008.
- JAPIASSU, H.; MARCONDES, D. **Dicionário Básico de Filosofia**. 5ª ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.
- FAUSTO-STERLING, A. Dualismos em duelo. **Cadernos Pagu** (17/18) 2001/02: pp. 9-79.
- GROSSI, M.P. **Identidade de gênero e sexualidade**. s/d disponível em: http://www.miriamgrossi.cfh.prof.ufsc.br/pdf/identidade_genero_revisado.pdf, acessado 02/11/2013
- LOURO, G. L. A emergência do gênero. In: _____. **Gênero, sexualidade e educação. Um perspectiva Pós-estruturalista**. Editora Vozes, 6ª edição. 19-40. 1997.
- LOURO, G.L. Gênero e sexualidade: pedagogias contemporâneas. **Pro-posições**, v.19, n.2 (56) - maio/ago, 2008.
- MARTÍN-BARBERO, J. América Latina e os anos recentes: o estudo da recepção em comunicação social. In: SOUZA, M.W. **O lado oculto do receptor**. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1995. p.39-68.
- MARTIN-BARBERO, J. **Dos Meios às Mediações: comunicação, cultura e hegemonia**. Ed. UFRJ, 2003.
- MATOS, M. Teorias de gênero ou teorias e gênero? Se e como os estudos de gênero e feministas se transformaram em um campo novo para as ciências. **Estudos Feministas**, Florianópolis, 16(2): 440, maio-ago/2008.
- MEDRADO, B. MELLO, R.P. Posicionamentos críticos e éticos sobre violência contra as mulheres. **Psicologia & Sociedade**, 20, Edição Especial, 78-86, 2008.
- RICOEUR, P. **Teoria da Interpretação - O discurso e o excesso de significado**. Lisboa: Edições 70, 2009, p.134.
- RICOEUR, P. **Hermenêutica e Ideologias**. Petrópolis: Editora Vozes, 2008

RICOEUR, P. Tempo e Narrativa: A Tríplice Mimese. In: _____. **Tempo e Narrativa**. Tomo I. Campinas, SP, Papirus, 1997 p 85 a 131.

RICOEUR, P. O mundo do texto e o mundo do leitor. In: _____. **Tempo e Narrativa**. Tomo III. Campinas, SP, Papirus, 1997b. p. 273 a 314.

RICOEUR, P. O que é um texto? In: _____. **Do texto à ação. Ensaio de Hermenêutica II**. Porto, Portugal: RÉ S Editora, 1989. p. 141-162

SANTOS, C.M; IZUMINO, W.P. Violência contra as Mulheres e Violência de Gênero: Notas sobre Estudos Feministas no Brasil. **E.I.A.L.**, Vol.16 - Nº1 (2005).

SAVILLE-TROIKE, M. **The Ethnography of Communication: an Introduction**. Blackwell Publishers, Cambridge, Massachusetts, 1989.

SCHRAIBER, L.B & D'OLIVEIRA, A.F.L.P. Violência contra Mulheres: Interfaces com a Saúde. **Interfaces - Comunicação, Saúde, Educação**, 3(5), p.11-26. 1999.

SCHRAIBER, L.B et al. Violência contra mulher: estudo em uma unidade de atenção primária à saúde. **Revista de Saúde Pública**, 36:4. pp. 470/7, São Paulo. 2002

SCHRAIBER, L.B et al. **Violência dói e não é direito: a violência contra a mulher, a saúde e os direitos humanos**. São Paulo: Editora UNESP, 2005.

SCHRAIBER, L.B et al. Violência e Saúde: estudos científicos recentes. **Rev. Saúde Pública**. 40(N Esp):112-20, 2006.

SCHRAIBER; L.B.; D'OLIVEIRA A.F.P.L.; COUTO, M.T. Violência e saúde: contribuições teóricas, metodológicas e éticas de estudos de violência contra a mulher. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, 25 Sup 2: S205-S216, 2009.

SCHRAMM, L. Interpretação e Leitura: a hermenêutica fenomenológica de Paul Ricoeur como fundamentação para os estudos de recepção. **INTERCOM**, Salvador, 2002. Disponível em:

http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2002/Congresso2002_Anais/2002_NP1SCHRAMM.pdf, acessado em: 10/092011.

SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil para a análise histórica. **Educação e Realidade**, Porto Alegre: UFRS. 20(2),jul/dez, 1995.

SOARES, B.M. **Mulheres invisíveis: violência conjugal e novas políticas de segurança**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 319p. 1999.

THOMPSON, J.B. **Ideologia e Cultura Moderna: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa**. 8ª edição. Petrópolis, RJ: Vozes.

VERÓN, E. **L'analyse du "Contrat de Lecture" : une nouvelle methode pour les etudes de positionnement des supports presse**. Paris: IREP, 1985.

ARTIGO 1

RESUMO

Violência contra as Mulheres & Comunicação: reflexões a partir de experiências brasileiras de campanhas educativas.

O artigo tem como objetivo discutir o papel de campanhas educativas orientadas para a prevenção da violência contra as mulheres desenvolvidas no Brasil por organizações não-governamentais. As campanhas educativas sobre violência contra as mulheres são importantes estratégias de divulgação das conquistas e direitos alcançados que visam incentivar as mulheres em situação de violência a buscarem os mecanismos de denúncia e proteção disponíveis e envolver diversos setores da sociedade brasileira na desnaturalização da violência contra as mulheres. A realização de campanhas educativas voltadas conscientização pública é uma das ações de prevenção propostas na Lei Maria da Penha. Em geral há uma lacuna sobre abordagens sobre as campanhas de prevenção à violência contra as mulheres – inexistência de relatórios, informações em geral, avaliações dos resultados e principalmente de estudos e pesquisas que acerca da temática. Para o desenvolvimento deste trabalho foi realizado um mapeamento das campanhas brasileiras realizadas no nível nacional e foram identificadas 12 versões realizadas no período de 2001 a 2011. Como uma análise exploratória, elegeu-se três campanhas para um maior detalhamento, identificando suas características comuns e suas especificidades. São elas: Campanha 16 dias de ativismo, Campanha do Laço Branco e Campanha Ponto Final na Violência contra Mulheres e Meninas.

Comunicação e saúde; violência contra as mulheres; campanhas preventivas.

ABSTRACT

Violence against women and communication: reflections on Brazilian educational campaigns

The aim of the article is to discuss the role of educational campaigns about violence against women launched by non-governmental organizations. Such campaigns are important communication strategies used to promote the achievements and rights of women. They are designed to encourage women in violent situations to turn to the services available to denounce acts and protect themselves. Several sectors of Brazilian society are involved in the fight to stigmatize violence against women. Carrying out educational campaigns to heighten public awareness is one of the prevention measures proposed in the Maria da Penha Law. In general there are some gaps in the approaches to prevention campaigns concerning violence against women including a lack of reporting and information in general, evaluation of results and mainly studies and research on the theme. In this work Brazilian campaigns are mapped at national level and 12 of them were identified in the period 2001 to 2011. For exploratory analysis three campaigns were examined in greater detail, identifying common characteristics as well as specifics. They are: Campaign 16 days of Activism, Campaign White Ribbon and Campaign Ponto Final in Violence against Women and Young Girls.

Keywords: communication and health, violence against women, prevention campaigns

Violência contra as mulheres & comunicação: reflexões a partir de experiências brasileiras de campanhas educativas.

Introdução

O objetivo deste artigo é discutir o papel de campanhas educativas orientadas para a não violência contra as mulheres e desenvolvidas no Brasil por organizações não-governamentais. A contextualização da violência contra as mulheres como uma violação dos direitos humanos e o seu reconhecimento como um problema relevante de saúde pública sustentam as reflexões desenvolvidas no presente trabalho.

Mesmo considerando o caráter pontual de campanhas educativas que abordam temáticas de interesse da sociedade e que por vezes são priorizadas, em detrimento de ações permanentes de educação e comunicação, reconhecem-se tais iniciativas como importantes para fomentar o debate de diferentes temas na sociedade brasileira. Assim, observa-se que as campanhas que abordam a violência contra as mulheres apresentam singularidades que se estruturam a partir de aspectos das práticas sociais de comunicação, expressam a incorporação dos discursos feministas e reverberam no campo da recepção.

Tais campanhas são importantes estratégias de divulgação das conquistas e dos direitos alcançados têm objetivado incentivar as mulheres em situação de violência a buscarem os mecanismos de denúncia e proteção disponíveis e envolver diferentes setores da sociedade brasileira na desnaturalização da violência contra as mulheres. Nesse sentido, os meios de comunicação apresentam uma contribuição importante em função de seu papel disseminador de informações e produtor de sentidos que operam em disputa no campo social.

Violência contra as mulheres e o seu reconhecimento no campo dos direitos humanos e da saúde pública.

A violência contra as mulheres é um problema antigo e presente em diferentes sociedades, agravada pela tolerância e invisibilidade, especialmente quando

ocorre na família, o que limita os acessos aos mecanismos de proteção. Mais recentemente, seu reconhecimento como violação dos direitos humanos por organizações internacionais, a exemplo da Organização das Nações Unidas (ONU), resultou em uma série de acordos assumidos por governos de países signatários visando a implementação de políticas públicas, legislações específicas, mecanismos de monitoramento e serviços especializados, entre outros. Desde o início, o movimento feminista tem sido protagonista de inúmeras formas de pressão, visando garantir maior visibilidade ao problema e um maior comprometimento por parte dos governantes (GROSSI, 1993; DINIZ, 2006; BARSTED, 2011).

No final da década de 1960, se iniciou um processo de conscientização da necessidade da construção de mecanismos institucionais para a garantia de melhoria das condições de vida das mulheres (AZAMBUJA & NOGUEIRA, 2008). Neste contexto, a Convenção para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres (CEDAW), em 1979, tornou-se o reconhecimento oficial da violência contra as mulheres como um crime contra a humanidade e o período entre os anos de 1979 a 1985 ficou conhecido como a “década das mulheres”, devido a uma série de acordos, eventos e documentos que trouxeram mais visibilidade às demandas das mulheres (PIOVESAN & PIMENTEL, 2002; AZAMBUJA & NOGUEIRA 2008).

Nessa conjuntura, o Brasil tornou-se um dos países signatários de convenções internacionais que reconhecem a violência contra as mulheres como uma violação dos direitos humanos, assumindo assim o compromisso perante a comunidade internacional de criar mecanismos capazes de coibir a discriminação e a violência contra as mulheres. Dentre tais convenções destacam-se a CEDAW, ratificada pelo Brasil em 1984, e a Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência Contra a Mulher, conhecida como Convenção de Belém do Pará, ratificada em 1995 (PIOVESAN & PIMENTEL, 2002; AZAMBUJA & NOGUEIRA 2008; SANTOS, 2010).

Em razão dessa conjuntura internacional, dos compromissos assumidos e também das permanentes pressões do movimento feminista, nos últimos 25

anos, o Brasil tem aprovado e implementado políticas públicas para o enfrentamento da violência contra as mulheres. Enfatiza-se a aprovação, pelo Congresso Nacional, da Lei Maria da Penha, em 2006, que estabelece medidas punitivas para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher⁷. A lei dispõe ainda sobre a criação de Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher e altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal (Brasil, 2006). A lei inova também devido à referência aos agressores, ao prever penas mais severas, incluindo o encaminhamento para programas de recuperação e reeducação (SANTOS, 2010; BARSTED, 2011).

No campo da saúde, o reconhecimento da violência contra as mulheres como um problema de Saúde Pública, se legitima a partir dos anos de 1990, com o aval da Organização Mundial de Saúde (KRUG et al. 2002; SCHRAIBER, D'OLIVEIRA e COUTO, 2006). Em um âmbito mais amplo, da violência em geral, diversos tipos de violências passam a se configurar como importantes causas de morbidade e mortalidade em diferentes grupos populacionais, atingindo-os de forma diferenciada, e delineando-se padrões de acordo com a origem social, sexo, raça e idade da vítima (SCHRAIBER, D'OLIVEIRA e COUTO, 2006).

No entanto, quando se trata das mulheres, estas têm sido vítimas de violência principalmente nos espaços privados, e seus agressores, em geral, são pessoas próximas e do sexo oposto - pai, padrasto, companheiro, ex-companheiro, entre outros (SOARES, 1999; SCHRAIBER et al. 2005; SCHRAIBER, D'OLIVEIRA e COUTO, 2006). No Brasil, o padrão dos homicídios em mulheres está localizado prioritariamente na esfera doméstica, tendo como principal agressor o parceiro, ou ex-parceiro, da vítima (WAISELFISZ, 2012). Apesar da insuficiência de dados produzidos para um melhor detalhamento da situação no Brasil, Waiselfisz (2012) afirma que seus resultados apontam para uma insuficiência das políticas de prevenção da violência contra a mulher.

No campo acadêmico, a legitimidade do tema encontra-se consolidada, verifica-se o aumento e diversificação das investigações realizadas, e o

⁷ A lei tem este nome em homenagem à Maria da Penha Maia Fernandes que durante 20 anos lutou para ver seu agressor e ex-marido preso (http://www.observe.ufba.br/lei_mariadapenha)

crescimento de parcerias entre organizações governamentais e não-governamentais que se traduzem na produção de diagnósticos, relatórios, pesquisas de opinião e nas intervenções voltadas para a prevenção do problema, entre outras ações.

Dentre as diversas pesquisas realizadas, destaca-se a investigação multicêntrica desenvolvida em 15 regiões de 10 países (Brasil, Peru, Bangladesh, Japão, Tailândia, Samoa, Namíbia, Etiópia, Sérvia e Tanzânia), revelando que as taxas de violência por parceiros íntimos variaram entre os países, no caso da violência física, de 13% (Japão) a 61% (Peru) e da violência sexual, entre 6% (Japão e Sérvia/Montenegro) a 59% (Etiópia) (GARCIA-MORENO et al. 2006). No Brasil, o estudo foi realizado no município de São Paulo (SP) e na Zona da Mata de Pernambuco (ZMP), entrevistou 940 e 1.188 mulheres, respectivamente, os seus achados estão em posição intermediária no elenco de variação apresentada (SCHRAIBER et al. 2007).

Os resultados evidenciaram também que, em relação a todos os tipos de violência (psicológica, física e sexual), 46,4% (436) das mulheres de SP e 54,2% (644) das mulheres da ZMP relataram já terem sofrido ao menos um tipo de violência. Com relação à **violência física**, esta esteve presente ao menos uma vez na vida, no relato de 27,2% (256) das mulheres paulistanas e em 33,7% (401) das pernambucanas, enquanto a referência em relação ao último ano foi de 8,3% (79) e 12,9% (153), respectivamente (GARCIA-MORENO et al. 2006; SCHRAIBER et al. 2007).

Esses resultados condizem com os referidos no Relatório Mundial Violência e Saúde da OMS, de 2002, em que 48 investigações revelam que 10% a 69% das mulheres relataram algum episódio de violência física cometida por seus parceiros ao longo da vida, enquanto que 3% a 27% informaram terem sido agredidas no ano anterior à pesquisa (HEISE & MORENO, 2002).

Portanto, faz-se necessário o enfrentamento do problema, trazendo o debate para o espaço público mediante intervenções que visem conferir maior visibilidade ao tema e que extrapolem a sua dimensão particular,

considerando as perspectivas dos direitos humanos e da saúde pública. Neste sentido, a realização de campanhas educativas, dentre outras ações de comunicação, constitui-se uma ferramenta importante na divulgação e disseminação de conquistas e desafios relativos ao tema.

Violência contra as mulheres, meios de comunicação e sociedade brasileira

No Brasil, constata-se que, a despeito da importância da mídia na disseminação de informações para a sociedade, os avanços e conquistas pertinentes à temática da violência contra as mulheres têm sido veiculados por esta de maneira incipiente. A análise da cobertura jornalística efetuada por ANDI & Patrícia Galvão (2011) revela a prioridade da perspectiva de casos individuais, em detrimento de uma abordagem mais ampla do fenômeno, que incluía a sua dimensão pública, e a exigência de respostas do Estado e da própria sociedade (ANDI & PATRICIA GALVÃO, 2011).

De acordo com ANDI & Patrícia Galvão (2011), a cobertura jornalística dos casos de violência contra as mulheres esteve restrita a uma simples narrativa dos fatos (80%), sem apresentar uma denúncia ao problema, nem emprestar um olhar crítico à sua análise, o que implica em não discutir propostas ou soluções para o problema. As principais lacunas apontadas na cobertura midiática do tema referem-se à ausência de referências sobre: as políticas públicas voltadas para o problema; a legislação específica na área; a indicação dos serviços de denúncia ou atendimentos às vítimas e os compromissos internacionais assinados pelo Brasil. Em suma, o diagnóstico apresenta sérias críticas quanto à qualidade das notícias veiculadas nos jornais analisados e encontra inúmeros desafios quanto à abrangência do tema e o aprofundamento investigativo do seu conteúdo (ANDI/ PATRICIA GALVÃO, 2011).

Por seu turno o movimento feminista tem expressado indignação e protesto quanto à maneira como se dá a cobertura nos meios de comunicação dos casos de violência vivenciados por mulheres e perpetrados por seus maridos, companheiros ou amantes. No final dos anos de 1970, as feministas foram às ruas para protestar contra uma série de crimes cometidos contra mulheres e

pela maneira em que os mesmos estavam sendo noticiados na mídia em geral (GROSSI, 1993; SCHRAIBER e al. 2005; DINIZ, 2006).

O caso *Doca Street* tornou-se emblemático. No ano de 1979, o assassino confesso da *socialite* Ângela Diniz foi julgado e obteve a pena mínima de dois anos, em virtude dos argumentos de defesa da honra⁸. A reconstrução do caso, os motivos alegados pela defesa do réu e os inúmeros questionamentos sobre os comportamentos da vítima se tornaram recorrentes nos jornais da época que tendiam claramente a inocentar o réu e atribuir às características da vítima justificativas para a motivação do crime (GROSSI, 1993; ZIMMERMANN, 2009).

Em que pese a insuficiência de debates acerca do tema nos meios de comunicação de massa o reconhecimento da sociedade brasileira sobre a relevância da temática da violência contra as mulheres tem sido crescente nos últimos anos (IBOPE/ INSTITUTO PATRÍCIA GALVÃO, 2006; Instituto AVON/ IBOPE, 2009). Em 2009, Instituto AVON/ IBOPE realizou uma pesquisa com o objetivo de reconhecer as percepções da população brasileira sobre violência contra a mulher e os mecanismos de proteção da vítima. A violência contra a mulher dentro e fora de casa foi apontada por 92% dos/as entrevistados/as como o principal problema que preocupa a mulher brasileira, seguido do crescimento dos casos de AIDS em mulheres e de doenças como câncer de mama e de útero (INSTITUTO AVON / IBOPE, 2009).

Neste sentido, também tem sido crescente o número de pessoas que sabem da existência da Lei Maria da Penha. De acordo com pesquisa realizada pela Instituto AVON/IPSOS (2011) a maioria (94%) dos/as entrevistados/as menciona o conhecimento da Lei, sendo que somente 13% consideram que conhecem muito ou bastante a Lei (INSTITUTO AVON/IPSOS, 2011).

Desta forma, é possível concluir que apesar da relevância do tema, de seu crescente reconhecimento por uma parcela significativa da população a falta de análises críticas e aprofundadas se constituem em desafio a ser superado. A mídia tradicional não tem exercido o papel de socializar informações e

⁸ Apesar de ter sido condenado a dois anos de prisão, Doca Street não precisou cumprir a sentença por ser réu primário, o que considerado, pelos jornais da época, uma vitória da defesa (Zimmerman, 2009).

subsídios de modo a contribuir para uma mudança de valores acerca do problema, o que permitiria o exercício de um maior controle social, por parte da sociedade civil, a implementação das políticas públicas e o cumprimento dos compromissos assumidos por parte dos governantes. A importância de realização de campanhas educativas sobre o tema é parte de uma demanda por maiores espaços de informação voltados para a população, presente tanto em acordos internacionais ratificados pelo Governo brasileiro como também em sua legislação específica promulgada pelo Congresso Nacional.

Campanhas sobre violência contra as mulheres: experiências brasileiras

A realização de campanhas educativas de conscientização pública pela inaceitabilidade da violência contra a mulher foi recomendada ao Governo brasileiro pelo Comitê da CEDAW como uma importante estratégia de enfrentamento do problema a partir de diferentes frentes de atuação⁹ (BARSTED, 2010).

No Brasil, ao longo dos últimos anos, foram realizadas algumas campanhas educativas sobre a temática da violência contra a mulher. Em 1978 movimentos de mulheres foram às ruas denunciar a impunidade de acusados de inúmeros casos de homicídios de mulheres vítimas de seus maridos e companheiros. Abrigadas sob o slogan *Quem ama não mata* denunciaram, ainda que de maneira informal, a conivência da sociedade com a violência contra a mulher, sendo este o primeiro registro de ação coletiva do movimento feminista no Brasil com o propósito de clamar contra a violência (GROSSI, 1993; ZIMMERMAN, 2009).

Nos últimos 10 anos, pode-se identificar um grupo de campanhas realizadas principalmente por organizações feministas e órgãos governamentais, nos níveis locais e nacional. Situação semelhante foi apontada por Heise e Moreno (2002) em um levantamento de campanhas e outras intervenções educativas, realizadas em diversos países, voltadas para a prevenção da violência contra as mulheres.

⁹Comentários do Comitê da CEDAW sobre a Eliminação da Violência contra a Mulher no Brasil - n. 22, página 05, disponível em <http://www.sepm.gov.br/Articulacao/articulacao-internacional/recomendacoes-cedaw-portugues.pdf>

Para o presente trabalho destacam-se as campanhas realizadas no nível nacional que buscam contribuir para mudanças na visão estigmatizada da violência contra as mulheres, da vítima e do agressor. Optou-se por excluir as campanhas locais ou regionais, em função de sua limitada abrangência e provável foco voltado para a divulgação de serviços e experiências específicas.

Desta forma, foi realizada a busca de campanhas educativas brasileiras, disponíveis na *internet*, relatórios de organizações governamentais e não-governamentais, notícias em agências de informação, entre outras fontes. Foram identificadas 12 campanhas realizadas no período de 2001 a 2011, algumas com edições que se repetiram em anos posteriores ou que se mantiveram ao longo dos anos. Estas campanhas vêm sendo desenvolvidas por organizações não-governamentais e governamentais, organismos internacionais e apenas uma delas envolveu uma organização privada (Quadro 1).

Para um maior detalhamento e uso ilustrativo neste artigo elegemos três campanhas intituladas de: *Campanha 16 dias de Ativismo*, *Campanha do Laço Branco* e *Campanha Ponto Final na Violência contra Mulheres e Meninas*. Esta opção se justifica pelas características comuns que as três apresentam, em relação às demais, tais como: contam em suas coordenações com comitês gestores compostos por diferentes organizações feministas com experiência de atuação na temática, encontram-se ativas até o presente momento e incluem um conjunto diversificado de ações voltadas para o enfrentamento da violência contra as mulheres.

A campanha *16 dias de ativismo pelo Fim da Violência contra as Mulheres*, criada em 1991 pelo Centro de Liderança Global das Mulheres (Center for Women's Global Leadership), é parte da mobilização na luta pela erradicação da violência contra a mulher e pelos direitos humanos. Segundo Marlene Libardoni, diretora das Ações em Gênero, Cidadania e Desenvolvimento (AGENDE), a campanha foi criada nos bastidores da Conferência Internacional de Direitos Humanos de Viena por um grupo de feministas de diferentes países que lá lutavam pelo reconhecimento da violência contra a

mulher como uma violação de Direitos Humanos (AGENDE, 2008). Atualmente, a campanha acontece em 130 países, do dia 25 de novembro – Dia Internacional da Não Violência contra as Mulheres – ao dia 10 de dezembro – Dia Internacional dos Direitos Humanos. Este período inclui outras duas datas importantes para o calendário feminista: 01 de dezembro - Dia Internacional de Luta contra a AIDS; e 06 de dezembro – março no engajamento dos homens na luta pela não violência contra a mulher. Entre as ações, são programados debates, campanhas publicitárias, atividades culturais e diversas formas de mobilização da sociedade pelo fim da violência contra a mulher (AGENDE, 2008).

O Brasil aderiu à campanha em 1991, mas só em 2003 foi criado um comitê responsável pela realização da mesma, que tem a coordenação da AGENDE, em parceria com redes nacionais de mulheres, órgãos do Governo Federal, órgãos da ONU no Brasil e também empresas públicas e privadas. A campanha tem como objetivo mudar a cultura de violência contra a mulher, envolvendo a sociedade civil e o governo. A versão nacional da campanha começa no dia 20 de novembro - Dia Nacional da Consciência Negra, como forma de enfatizar a dupla violência que sofrem as mulheres negras, vítimas também do racismo (AGENDE, 2008). A Secretaria Nacional de Políticas para as Mulheres do Governo Federal apoia a campanha desde 2004 e em 2007 passou a ser co-promotora junto com a Agende (SPM, 2010).

A Campanha do Laço Branco - Homens pelo Fim da Violência foi criada no Canadá, diante da tragédia ocorrida em 06 de dezembro de 1989, com o assassinato de 14 estudantes do sexo feminino em uma sala de aula da Faculdade de Engenharia da Universidade de Montreal¹⁰. O crime mobilizou a opinião pública daquele país e, assim, um grupo de homens se organizou para dizer à sociedade que existem aqueles que repudiam qualquer tipo de violência contra as mulheres. Eles elegeram o laço branco como símbolo da campanha e adotaram o lema de jamais cometer um ato violento contra as mulheres e de não silenciarem diante dessa prática.

¹⁰ Após o crime, o assassino, um jovem de 25 anos, se suicidou e deixou uma carta dizendo que não suportava a ideia de mulheres estudarem engenharia, curso tradicionalmente dirigido ao público masculino (www.lacobranco.org.br)

As primeiras ações da campanha, no Brasil, coordenada pela Rede de Homens pela Equidade de Gênero (RHEG), passaram a ser delineadas em 1999 e seu lançamento oficial aconteceu em 2001. Entre as atividades realizadas, acontece a distribuição de laços brancos, a produção de materiais de comunicação, diversos tipos de eventos – como debates, caminhadas e oficinas temáticas -, entrevistas para jornais, coletas de assinaturas de homens ao termo de adesão da campanha e organização de blocos carnavalescos, entre outras. Tais iniciativas têm sido realizadas em parcerias com diferentes instituições, sobretudo organizações do movimento de mulheres. Em 2008, a versão nacional foi lançada pela Secretaria Nacional de Políticas para as Mulheres do Governo Federal em parceria com o Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher - Brasil e Cone Sul (UNIFEM), Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA), Instituto Papai, Instituto Promundo e AGENDE, com o objetivo de conscientizar e comprometer os homens no combate à violência contra a mulher (SPM, 2010).

A Campanha Ponto Final na Violência contra Mulheres e Meninas, criada em 2010, é parte de uma iniciativa da Red de Salud das Mujeres Latino Americana y El Caribe (RMSLAC) e está sendo desenvolvida em diferentes países da América Latina, como o apoio da Oxfam. Uma especificidade desta campanha está no seu processo de construção e desenvolvimento que inclui a integração de ações desenvolvidas nos níveis nacional e comunitário.

No Brasil, a campanha tem a Coordenação Geral da Rede Feminista de Saúde, juntamente com o Coletivo Feminista Plural e a Rede de Homens pela Equidade de Gênero (RHEG). No âmbito local, conta também com um grupo de parcerias no município de Porto Alegre / RS e, mais especificamente, nas comunidades da zona leste da cidade, onde tem se desenvolvido a experiência inicial, que será estendida para outras localidades. As ações voltadas para o âmbito nacional são relativas à divulgação da campanha, articulação de parcerias, lançamento de produtos comunicativos, realização de seminários, oficinas e publicações e as ações no nível comunitário são voltadas para a construção da identidade local da campanha, capacitação de lideranças comunitárias, entre outras (REDE FEMINISTA DE SAÚDE, 2011).

Algumas contribuições das campanhas brasileiras ao enfrentamento da violência contra as mulheres.

Uma consideração a ser ressaltada é relativa à natureza da produção destas campanhas educativas. O fato de um grupo de organizações feministas, com experiências em intervenções sociais no campo da violência contra as mulheres, estar à frente destas produções permite a construção de um saber compartilhado, podendo se traduzir na realização de um trabalho colaborativo, que se constitui numa tecnologia importante no enfrentamento do problema. No que diz respeito à articulação entre sociedade civil e órgãos do governo na construção e desenvolvimento das experiências relatadas, este também é um diferencial que possibilita abordagens mais sensíveis à realidade social, ao fortalecimento da atuação de organizações não-governamentais e um diálogo mais profícuo entre as duas instâncias da sociedade brasileira.

Experiências como essas têm sido presentes também em abordagens de outras temáticas produzidas a partir de demandas dos movimentos sociais. Na temática aqui abordada, a articulação tem acontecido, prioritariamente, com a Secretaria Nacional de Políticas para as Mulheres (SPM/PR) parceira, e por vezes também co-promotora, de diversas intervenções voltadas para a prevenção da violência contra mulher, mais especificamente de duas experiências tratadas neste artigo.

A aproximação dessas reflexões às considerações teóricas de autores no campo da comunicação (VERON, 1985; MAINGUENEAU, 2011) permite compreender que os produtos comunicativos provenientes das campanhas educativas – cartazes, folders, spots de rádio e vídeos – são discursos que circulam na sociedade e disputam sentidos no campo social. De acordo com Maingueneau (2011), os textos de comunicação, durante muito tempo foram considerados enunciados de pouco prestígio, que não necessitariam de ferramentas elaboradas para a sua análise, o que tem se modificado diante do crescente interesse nestes tipos de textos no campo da linguística.

Considerando a origem das campanhas e a trajetória das organizações proponentes, supõe-se que os produtos comunicativos foram elaborados de acordo com pressupostos que reconhecem a violência contra as mulheres como violação dos direitos humanos e como uma ação que resulta em danos à saúde física, reprodutiva e psicológica das mulheres, enfatizando que o seu enfrentamento só se torna possível mediante o forte comprometimento e a atuação do poder público em conjunto com a sociedade civil, através da execução de políticas públicas e da superação de visões estigmatizadas dos papéis sociais relativos às relações de gênero (AGENDE,2008; SPM, 2010; REDE FEMINISTA DE SAÚDE, 2011).

Estes produtos se baseiam na ideia de que a violência contra as mulheres apresenta fortes raízes em uma cultura patriarcal da sociedade que atribui às mulheres um valor subestimado e que se deve empreender esforços para o empoderamento das mulheres, no sentido de potencializar a busca de mecanismos de proteção e denúncia como instrumentos de superação das situações vividas por elas. Os discursos se estendem também aos homens, convidando-os a se posicionarem em relação ao problema, e à sociedade brasileira, por compreender que a violência contra a mulher afeta a todos, não somente às mulheres envolvidas diretamente nas situações retratadas (AGENDE,2008; SPM, 2010; REDE FEMINISTA DE SAÚDE, 2011).

De acordo com a análise das estratégias adotadas pelo movimento feminista no Brasil, durante os anos de 1980 a 2005, realizada por Diniz (2006), é possível inferir que o seu protagonismo na luta por maior visibilidade do problema da violência contra a mulher tem desempenhado um importante papel na disputa simbólica no campo social em que se apresentam diferentes discursos sobre o tema. Segundo a autora, o discurso feminista foi sendo incorporado pelo Estado na elaboração e implantação de políticas públicas voltadas para o problema, o que se deve à participação de feministas nas agências governamentais e na atuação dos serviços especializados (DINIZ, 2006). Situação semelhante também ocorreu no campo acadêmico, como aponta Grossi (1993), nas primeiras investigações acerca do tema, que foram

realizadas por pesquisadoras feministas em diversos programas de pós-graduação no país (GROSSI, 1993).

Os discursos presentes nas campanhas educativas abordadas têm uma orientação feminista, encontram-se fortemente ancorados no entendimento deste tipo de violência como uma negação dos direitos sociais das mulheres e, assim, se diferenciam/distanciam de outros discursos sociais que tomam a violência como uma experiência particular ou responsabilizam as mulheres pela situação vivida ou, ainda, desconhecem as responsabilidades governamentais no enfrentamento da questão. Esses outros discursos que podem ser veiculados nos meios de comunicação de massa, proferidos em instituições religiosas e/ou educacionais, entre outros meios, são produzidos e circulam igualmente no espaço social em que se apresentam divergências e convergências acerca da compreensão do fenômeno.

A partir de uma breve análise dos produtos comunicativos¹¹ produzidos pelas três campanhas descritas, é possível perceber que estas produzem discursos sobre a temática da violência contra a mulher que dialogam com outros pré-existentes no espaço social e que assim configuram, junto aos demais discursos circulantes, uma polifonia acerca do tema. O termo polifonia inicialmente desenvolvido por Mikail Bakhtin, em suas análises dos romances de Dostoievsky, passou a ser empregado por diferentes autores de análises de discursos para tratar das várias “vozes” que são percebidas simultaneamente em um enunciado (MAINGUENEAU, 2011).

Tais pressupostos indicam que os diferentes discursos existentes na sociedade brasileira sobre o tema da violência contra a mulher podem e devem ser identificados e reconhecidos quanto às suas potencialidades e fragilidades, contribuindo assim para uma compreensão mais ampla do fenômeno, considerando-se, sobretudo o espaço social em que se constroem e se reproduzem. Desta observação é possível identificar e compreender o lugar do discurso feminista como um dos discursos circulantes em relação ao discurso hegemônico na sociedade.

¹¹ Neste caso, estamos circunscrevendo a descrição especificamente aos vídeos produzidos por estas campanhas, visto que os mesmos constituem o objeto de análise da pesquisa em curso, que engloba as considerações apresentadas neste ensaio.

A utilização de peças de campanhas para o estudo permite circunscrever a análise nos discursos presentes nas campanhas educativas para não violência contra as mulheres, possibilitando o reconhecimento de outras “vozes” sociais com as quais estes discursos dialogam e tentam se diferenciar, marcando o seu posicionamento na disputa de sentidos que se trava no campo social (ARAUJO, 2004).

Ademais, uma análise dos discursos deve considerar o lugar de fala de seus enunciadore/produutores, mas também de seus destinatários/receptores (MARTIN-BARBERO, 1995; MAINGUENEAU, 2011). É assim que pode se alcançar outra dimensão do processo comunicativo, que se refere aos sentidos atribuídos por diferentes sujeitos sociais aos discursos em questão. De acordo com Martin-Barbero (1995), o campo da recepção deve ser entendido como produtor de sentidos e as análises devem privilegiar os pontos de vistas de indivíduos e grupos sociais que estão imersos em diferentes realidades sociais. Tal perspectiva implica em importantes ganhos no tratamento de temáticas que envolvem a necessidade de mudanças culturais frente a problemas de relevância social, como é o caso da violência contra as mulheres.

Considerações Finais

As campanhas educativas voltadas para o controle da violência contra as mulheres constituem-se estratégias de comunicação da maior importância por serem utilizadas com o objetivo de envolver a sociedade brasileira na discussão sobre as dimensões sociais, culturais e relacionais deste problema. Não há dúvidas de que o enfrentamento da violência contra as mulheres requer a divulgação dos direitos sociais conquistados, da legislação brasileira específica para o julgamento dos casos, bem como a criação de mecanismos de punição dos agressores e de comprometimento de governos e da sociedade civil. Então, as campanhas educativas representam parte de uma resposta às demandas dos movimentos sociais na garantia de maior visibilidade ao fenômeno em questão e da necessidade de serem realizadas diferentes tipos de ações conjuntas voltadas para a sua prevenção e a promoção dos avanços conquistados.

No entanto, é importante que se reconheçam os limites das campanhas, que são realizadas em caráter eventual – em torno de datas comemorativas -, e implicam em altos custos financeiros para a sua produção e dispõem de pouco tempo de exibição na mídia, restringindo assim o alcance de suas mensagens. Geralmente, a realização de campanhas é priorizada em detrimento de ações educativas permanentes desenvolvidas em contextos locais e específicos, visto que as primeiras dão maior visibilidade aos seus promotores e demandam menores investimentos em recursos permanentes – infraestrutura e recursos humanos - do que as ações contínuas. Além disso, no caso de algumas campanhas, soma-se ainda a ausência de preocupação com a identidade cultural dos materiais produzidos, devido em parte à generalização das abordagens ao problema, como resposta ao permanente desafio de alcançar diferentes segmentos da população.

É importante reconhecer que as experiências de violência em relações de intimidade são diversificadas e que as inequidades de gênero assumem especificidades quando conjugadas às categorias de raça/etnia, geração e classe social, o que torna algumas mulheres, ainda, mais vulneráveis a situações de violência. Da mesma forma que não existe um único modo de ser mulher, as abordagens da temática deste tipo de violência não podem ser realizadas de um modo singular, pois são inúmeras as questões que envolvem a permanência ou o abandono, por parte das mulheres, de tais relacionamentos. Assim, há que se questionar até que ponto as campanhas podem contribuir para o necessário empoderamento das mulheres, fortalecendo a sua capacidade de denúncia e de busca por mecanismos voltados à sua proteção. Por fim, a importância de estudos dessa natureza se reafirma frente à inexistência de análises avaliativas sobre as campanhas educativas brasileiras, assim como a insuficiência de diferentes tipos de publicações que abordem as experiências realizadas.

Referências

AGENDE. **16 dias de Ativismo pelo fim da Violência contra a Mulher**. Vídeo 1. 2008. 7'43''.

ANDI; PATRICIA GALVÃO. **Resumo Executivo da Análise da Cobertura da Imprensa sobre Violência contra a Mulher**. Observatório Brasil da Igualdade de Gênero (Eixo Comunicação e Mídia), da SPM/PR. Brasília, 2011.

ARAUJO, I.S. Mercado Simbólico: um modelo de comunicação para políticas públicas. **Interface** vol.8, n.14, pp. 165-178. 2004.

AZAMBUJA, M.P.R.; NOGUEIRA, C. Introdução à Violência Contra as Mulheres como um Problema de Direitos Humanos e de Saúde Pública. **Saúde Soc.** São Paulo, v.7.n.3, p.101-112, 2008.

BARSTED, L.L O Progresso das Mulheres no Enfrentamento da Violência In: BARSTED, L.L.; PITANGUY, J. (Orgs). **O Progresso das Mulheres no Brasil. 2003-2010**. Rio de Janeiro: CEPIA, Brasília: ONU Mulheres, 2011, 346-382.

BRASIL. **Lei 11.340 de 7 de agosto de 2006**. (Maria da Penha), Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do 8ª do art. 226 da Constituição Federal. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 8 de agosto de 2006. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2004-2006/2006/lei/111340.htm. Acessado em: 10/09/2011.

DINIZ, S.G. Violência contra a mulher: estratégias e respostas do movimento feminista no Brasil (1980-2005). In: DINIZ, S.G.; MIRIM, L.; SILVEIRA, L. (Org.) **Vinte e cinco anos de respostas brasileiras em violência contra a mulher**. São Paulo. Ed. Coletivo Feminista, 2006, v.1, p.15-44.

GARCIA-MORENO, C., WATTS, C.; JANSEN, H.A.; ELLSBERG, M.; HEISE, L.; WATTS, C.H. Prevalence of intimate partner violence: findings from the WHO multi-country on women's health and domestic violence. **Lancet**. 2006; 368(9543):1260-9.

GROSSI, M.P. Novas/velhas violências contra a mulher no Brasil. **Estudos Feministas**, ano 2, 2º semestre, 1994.

HEISE, L.L.; MORENO, C.G. Violência entre parceiros íntimos. In: KRUG, E.G. et al. **Relatório Mundial sobre Violência e Saúde**. Geneva: Organização Mundial de Saúde, 2002.

IBOPE; INSTITUTO PATRICIA GALVÃO. **Percepções e Reações da Sociedade sobre Violência contra a Mulher**. São Paulo, 2006.

INSTITUTO AVON; IBOPE. **Percepções sobre Violência Doméstica contra a Mulher no Brasil**. São Paulo, 2009.

INSTITUTO AVON; IPSOS. **Percepções sobre Violência Doméstica contra a Mulher no Brasil**. São Paulo, 2011.

KRUG, E.G. et al. **Relatório Mundial sobre Violência e Saúde**. Geneva: Organização Mundial de Saúde, 2002.

- MAINGUENEAU, D. **Análise de Textos de Comunicação**. São Paulo: Cortez, 2011
- MARTÍN-BARBERO, J. América Latina e os anos recentes: o estudo da recepção em comunicação social. In: SOUZA, M.W. **O lado oculto do receptor**. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1995. p.39-68.
- MEDRADO, B. MELLO, R.P. Posicionamentos críticos e éticos sobre violência contra as mulheres. **Psicologia & Sociedade**, 20, Edição Especial, 78-86, 2008.
- PIOVESAN, F.; PIMENTEL, S. (coord.). CEDAW. **Relatório nacional brasileiro: Convenção sobre a eliminação de todas as formas de discriminação contra a mulher**. Protocolo facultativo Brasília: Ministério das Relações Exteriores, Ministério da Justiça, Secretária do Estado dos Direitos da Mulher. 256p. 2002
- REDE FEMINISTA DE SAÚDE. **Relatório Campanha Ponto Final Violência contra as Mulheres e Meninas no Brasil**. Informe referente ao mês de Janeiro a Março de 2011. Disponível em: <http://campanapuntofinal.org/pdfs/informebrasil20111pr.pdf>. Acesso em: 25 de junho de 2012
- SCHRAIBER, L.B et al. **Violência dói e não é direito: a violência contra a mulher, a saúde e os direitos humanos**. São Paulo: Editora UNESP, 2005.
- SCHRAIBER; L.B.; D'OLIVEIRA A.F.P.L.; COUTO, M.T. Violência e Saúde: estudos científicos recentes. **Rev. Saúde Pública**. 40(N Esp):112-20, 2006.
- SCHRAIBER, L.B. e tal. Prevalência da violência contra a mulher por parceiro íntimo em regiões do Brasil. **Rev. Saúde Pública**. Vol.41, n.5, 2007.
- SCHRAIBER; L.B.; D'OLIVEIRA A.F.P.L.; COUTO, M.T. Violência e saúde: contribuições teóricas, metodológicas e éticas de estudos de violência contra a mulher. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, 25 Sup 2: S205-S216, 2009.
- SCOTT, J. **Gênero: uma categoria útil para a análise histórica**. Educação e Realidade, Porto Alegre: UFRS. 20(2),jul/dez, 1995.
- SOARES, B.M. **Mulheres invisíveis: violência conjugal e novas políticas de segurança**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 319p. 1999.
- SPM. **Com todas as mulheres, por todos os direitos: Relatório**. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM/PR). 2010.
- VERÓN, E. **L'analyse du "Contrat de Lecture" : une nouvelle methode pour les etudes de positionnement des supports presse**. Paris: IREP, 1985.
- WASELFISZ, J.J. **Mapa da Violência 2012. Caderno Complementar 1: Homicídios de Mulheres no Brasil**. São Paulo, Instituto Sangari, 2012
- ZIMMERMANN, T.R. Imprensa, Movimento de Mulheres, Feminismo e Violência de Gênero no Oeste do Paraná nas décadas de 1970 e 1980. **Mediações**, Londrina, v.14, n.2, p.162-177, jul/dez.2009

Anexo

Quadro 1: Campanhas brasileiras pela não-violência contra as mulheres

Ano	Agências promotoras	Nome	Endereço
2001*	RHEG	Campanha do Laço Branco	www.lacobranco.org.br
2003**	AGENDE	Campanha 16 dias de ativismo	www.agende.org.br
2004	Unifem	Bem-Querer Mulher	www.bemquerermulher.org.br
2004	Patrícia Galvão	Onde tem violência, todo mundo perde	www.violenciamulher.org.br
2005	Patrícia Galvão	Chega de esconder	www.violenciamulher.org.br
2005	Cfêmea	As vitoriosas	www.cfemea.org.br
2010	SPM	Sua vida recomeça quando a violência termina	www.presidencia.gov.br/spmulheres
2010	AVON / UNIFEM	Quebre o Ciclo	www.quebreociclo.com.br
2010	Rede Feminista de Saúde	Ponto Final	www.campanhapontofinal.com.br
2010	CNJ	Maria da Penha	www.cnj.jus.br
2011	ONU Mulheres	Mulheres e Direitos	www.violenciamulher.org.br
2011	REDEH	Quem Ama, Abraça	http://quemamaabraca.org.br/

*As primeiras ações da campanha começam a ser delimitadas no Brasil desde 1999, mas em 2001 é que acontece o seu lançamento nacional com a criação de um comitê gestor local. * *O Brasil participa desta campanha desde 1991, em sua criação no processo da Conferência de Direitos Humanos de Viena, mas somente a partir de 2003 cria-se uma versão brasileira da campanha com um comitê gestor e com características específicas relativas a realidade brasileira.

ARTIGO 2

RESUMO

Reflexões acerca do discurso do movimento feminista no enfrentamento da violência contra as mulheres no Brasil

Este artigo se propõe analisar o discurso do movimento feminista sobre o enfrentamento da violência contra as mulheres no Brasil. A trajetória do movimento feminista brasileiro produziu um discurso que assumiu características relacionadas aos seus contextos de enunciação e das relações dialógicas que estabeleceu com os demais discursos acerca da temática na sociedade brasileira. Este artigo está organizado em duas partes. Na primeira, reproduz-se uma breve contextualização histórica da trajetória do movimento feminista no enfrentamento da violência contra as mulheres nos últimos 30 anos. Na segunda, busca-se analisar algumas características presentes no discurso feminista sobre a temática em questão. As linhas discursivas identificadas são: a denúncia, o empoderamento, o direito social e a criminalização. O discurso feminista tem sido incorporado e retroalimentado em diferentes cenários, em parte, pelo Estado brasileiro na implantação de políticas públicas, na academia na produção de estudos e pesquisas e nos serviços de atendimento às mulheres em situação de violência.

Palavras-chave: Violência contra as mulheres; movimento feminista no Brasil; discurso feminista.

ABSTRACT

Reflections on the discourse of the feminist movement in confronting violence against women in Brazil.

The feminist movement in Brazil played a leading role in confronting violence against women in the last 30 years. Throughout its history, this social movement has produced a discourse that presents characteristics related to its contexts of enunciation and to its dialogical relationship established with different discourses present in Brazilian society as well. This article aims to analyze the discourse of the feminist movement on confronting against violence women in Brazil. This article is organized into two parts: the first is a brief historical overview of the trajectory of the Brazilian feminist movement; in the second we seek to analyze some characteristics present in feminist discourse concerning the subject. Four discursive lines were identified: the complaint, the empowerment, the social rights, and the criminalization. The feminist discourse about confronting violence against women remains current and, in part, has been incorporated, and also fed back, into different scenarios of Brazilian society: It has been incorporated by the state in the implementation of public policies, in academia, in the production of studies and researches, and in the services used to assist women victims of violence. The analysis of this experience becomes important for the understanding of the problem of violence against women and of the feminist perspective in Brazil.

Keywords: Violence against women; Feminist Movement in Brazil; Feminist Discourse.

Reflexões acerca do discurso do movimento feminista no enfrentamento da violência contra as mulheres no Brasil.

Introdução

A violência contra as mulheres é uma forma de discriminação que produz efeitos devastadores na qualidade de vida das mulheres. Os problemas dela decorrentes afetam a saúde física, reprodutiva e mental de mulheres de diferentes grupos sociais, etários e étnicos no Brasil e em outras partes do mundo. O reconhecimento da violência contra as mulheres como problema relevante de saúde pública e violação dos direitos humanos é um marco diferencial em seu processo de enfrentamento (SCHRAIBER et al., 2005; 2009; SANTOS, 2010; BARSTED, 2011), o que se deve, em grande parte, ao protagonismo do movimento feminista.

De fato, ao longo dos últimos 30 anos, esse movimento tem exercido um papel de destaque no enfrentamento da violência contra as mulheres. Suas ações produziram visibilidade social ao problema, revelaram a existência de uma matriz cultural que legitima a violência como forma de submissão das mulheres, reivindicaram a elaboração e implantação de políticas públicas e inspiraram a construção de serviços e tecnologias de atendimento às mulheres em situação de violência (DINIZ, 2006; BANDEIRA, 2009; SANTOS, 2010; BARSTED, 2011).

O destaque conferido à temática da violência contra as mulheres na agenda feminista produziu efeitos positivos no seu enfrentamento social e também possibilitou a propagação de ideias feministas na sociedade brasileira a partir dos anos de 1980. Ao escolherem a violência contra as mulheres como uma das principais bandeiras de sua atuação, as feministas brasileiras puderam demonstrar como as desigualdades entre homens e mulheres assumem configurações perversas, assim como a correlação existente entre as formas de opressão vivenciadas na esfera pública e na vida privada. Essa escolha é reconhecida como acertada no depoimento de muitas feministas, evidenciada em duas publicações que apresentam análises retrospectivas da trajetória desse movimento social (DINIZ, 2006; GROSSI, MINELLA e PORTO, 2006).

Ao longo dos últimos anos houve avanços significativos referentes ao enfrentamento da violência contra as mulheres na sociedade brasileira. As mudanças ocorridas na legislação, a criação de serviços especializados de atendimento, o aumento na produção de pesquisas e dados estatísticos, as campanhas educativas, inclusive com lançamento de planos nacionais voltados ao combate da violência são fatos que marcam significativas mudanças face ao

enfrentamento deste problema (BANDEIRA, 2009; BARSTED, 2011). Entretanto, a despeito das conquistas, permanecem importantes desafios a serem superados, tais como o cumprimento da legislação, a expansão da rede de serviços especializados, a garantia de acesso a estes serviços e, principalmente, dos direitos sociais das mulheres.

Contudo, não resta dúvida que a construção dessas novas formas de enfrentar o problema transcorreu com a disseminação de um ‘novo’ discurso sobre a violência contra as mulheres, que representa o imaginário social desse movimento, a se contrapor aos discursos tradicionais sobre o tema na sociedade brasileira.

O presente artigo se propõe analisar o discurso do movimento feminista sobre o enfrentamento da violência contra as mulheres no Brasil. Para tanto, toma-se como ponto de partida uma breve contextualização histórica da trajetória dos movimentos feminista e de mulheres¹² no país para, em seguida, analisar algumas características presentes no discurso em questão. Parte-se da premissa que a trajetória do movimento feminista brasileiro no enfrentamento da violência contra as mulheres, nos últimos 30 anos, conformou um discurso social que produz sentidos peculiares e constrói relações dialógicas com outros discursos existentes acerca do tema.

A trajetória da construção desse discurso do movimento feminista conduziu à compreensão atual da violência contra as mulheres, que é ampla e inclui a perspectiva de gênero, o que significa reconhecer a possibilidade de uma mulher, ou menina, sofrer algum tipo de violência, pelo fato de ser mulher. Ademais, há o reconhecimento de que os tipos de violência contra as mulheres são variados e ocorrem em espaços públicos e privados, onde se expressam desigualdades de gênero. Dentre os tipos de violência, destacam-se: o tráfico de mulheres, o assédio sexual, o estupro, a violência física, sexual, psicológica ou patrimonial, causados por estranhos ou conhecidos (PIOVESAN & PIMENTEL, 2002; BARSTED, 2011).

¹² O movimento de mulheres é uma denominação mais ampla que inclui diferentes grupos de mulheres organizadas, ou não, que se aglutinaram em torno de agenda comum na luta de oposição ao regime militar no Brasil. O movimento de mulheres, nos anos 1970, se destacou pela ação conjunta com outros movimentos sociais em prol de uma maior abertura política, políticas sociais e contra o autoritarismo. O movimento feminista é parte do movimento de mulheres que tem como princípio o entendimento que as condições das mulheres na sociedade não se modifica apenas mediante mudanças na estrutura social e que para isto são necessárias a explicitação das questões de gênero (Sarti, 2004). Neste período, diante de um inimigo comum - a ditadura - construiu-se uma política de aliança entre o feminismo, grupos de esquerda e setores da Igreja Católica. É somente na década de 1980, com a reabertura política, que a agenda feminista passa a ser explicitada, incluindo questões relativas a identidade de gênero (Sarti, 2004).

Entretanto, é possível identificar ao longo da trajetória analisada um destaque para a expressão da violência contra as mulheres que ocorre nas relações de intimidade, o que se justifica por sua alta prevalência e banalização histórica na cultura nacional (GROSSI, 1994; DINIZ, 2006; BARSTED, 2011). Além disso, a trajetória histórica retratada¹³ neste texto demonstra que as feministas alavancaram um processo de desnaturalização da violência contra as mulheres e identificaram as manifestações no espaço doméstico e nas relações de intimidade como uma arena privilegiada para este debate frente a acontecimentos e situações vivenciados na sociedade brasileira. É diante deste contexto que a violência contra as mulheres emerge como uma das principais bandeiras do movimento feminista e a violência nas relações de intimidade como a expressão que permite problematizar mais claramente a correlação de forças desiguais vividas por homens e mulheres, em espaços públicos e privados.

Os antecedentes: o surgimento do movimento feminista brasileiro.

Na década de 1970, o movimento feminista emerge como uma forma de resistência das mulheres brasileiras à ditadura, contemplando um projeto amplo de mudanças na sociedade brasileira, compartilhado com outros movimentos e organizações sociais. O feminismo, neste período, é definido por Cyntia Sarti (2004, p.35)

como um movimento de mulheres que se configura em oposição à ditadura militar e que foi se desenvolvendo, nas décadas seguintes, dentro das possibilidades e limites que se explicitaram no processo de abertura política.

Um conjunto de elementos contribuiu para a emergência do feminismo brasileiro nesse contexto político¹⁴. No âmbito local, as mudanças na realidade brasileira implicaram numa crescente participação das mulheres na vida econômica e política do país e na luta contra a conjuntura ditada pelo regime militar opressor. No cenário internacional a declaração de 1975 como Ano Internacional da Mulher pela Organização das Nações Unidas e as experiências dos movimentos feministas europeu e norte-americano promovem larga ampliação do debate sobre a condição da mulher nas sociedades contemporâneas (SARTI, 2004).

¹³ Principalmente a partir das contribuições das autoras Cynthia Sarti (2004), Simone Diniz (2006), Miriam Pilar Grossi (1994), Lourdes Bandeira (2009), Cecilia Santos (2010), mas também das demais citadas em diferentes passagens do texto.

¹⁴ É importante reconhecer que ao longo da história ocorreram outras expressões dos movimentos feministas e de mulheres no Brasil com características e trajetórias diversas. O movimento feminista brasileiro que se reconhece na atualidade tem sua origem na década de 1970. Para aprofundar esta questão ver Costa (2005).

O Brasil da resistência à ditadura militar (1964-1985) foi marcado pelo surgimento e consolidação de diferentes movimentos sociais que se organizaram em torno de reivindicações políticas, clamando por democracia, denunciando a repressão e a tortura promovida pelo regime de exceção instalado no país a partir de abril de 1964. Esses movimentos visavam abertura política e a conquista de diversas demandas sociais (SARTI, 2004; COSTA, 2005).

Neste período, as organizações feministas constituíram-se inicialmente a partir de uma pauta de reivindicações centrada na luta contra a pobreza e a carestia e das questões gerais que envolviam a luta contra o regime ditatorial. A articulação com outros movimentos sociais urbanos, além de setores mais progressistas da Igreja resultou, na inclusão das mulheres na luta política ainda com um rol de reivindicações que não era específico do movimento feminista (SARTI, 2004; COSTA, 2005). Em um momento posterior é que os temas da agenda feminista começam decisivamente a demarcar a militância destes grupos, ressaltando as demandas exclusivas das mulheres, tais como os direitos relativos à saúde reprodutiva, o combate à violência doméstica, entre outros (SARTI, 2004; COSTA, 2005; DINIZ, 2006).

Sarti (2004) argumenta que o grande impulso para o desenvolvimento e expressão do movimento feminista deu-se de modo particular em razão da realidade brasileira daquele momento histórico, não deixando de absorver as influências provenientes do feminismo europeu e norte-americano. Algumas diferenças entre o feminismo brasileiro e as versões norte-americana e europeia podem ser identificadas, conforme descreve Lia Zanotta Machado. Segundo a autora,

Podemos dizer que o movimento no Brasil elegeu duas estratégias: a ação direta no primeiro momento e a reivindicação de políticas públicas em seguida. O movimento feminista brasileiro tem como uma marca própria a sua articulação com a reivindicação dos direitos sociais, mais do que com a noção de liberdade ou libertação das mulheres. No caso dos movimentos feministas europeu e norte-americano, a reivindicação dos direitos das mulheres era muito mais referida aos direitos individuais, com base na tradição liberal, de escolha e de liberdade nos âmbitos amorosos, sexuais e domésticos, que deveriam se desdobrar na plenitude da liberdade e autonomia nas relações pessoais, de trabalho e no âmbito político. O movimento feminista brasileiro, por sua vez, desde os seus primórdios ainda nos anos setenta, enfatizou os direitos sociais e a luta pelo estado democrático (trecho de entrevista extraído de DINIZ, 2006, p.19).

Desse modo uma particularidade do movimento feminista no Brasil, em comparação com a realidade em outros países, ressaltada por diferentes autoras feministas (SARTI, 2004; DINIZ,

2006; SANTOS, 2008) é a relação que se estabeleceu, nos últimos 30 anos com o Estado brasileiro. A origem do próprio movimento em um contexto político marcado por intensas reivindicações sociais exerceu uma influência decisiva em sua forma de atuação marcada por pressões sociais dirigidas ao Estado, com o intuito de garantir, na agenda governamental, a inclusão das demandas feministas na elaboração e execução de políticas públicas voltadas para as iniquidades de gênero, no que tem alcançado um relativo êxito.

Uma segunda característica marcante do feminismo brasileiro emergente é a origem social de suas militantes, provenientes das camadas médias e intelectualizadas¹⁵ que, somente *a posteriori*, articuladas com as demandas femininas das organizações de bairros populares, passaram a constituir um movimento mais amplo e interclasses (SARTI, 2004).

Na década de 1980, o movimento feminista brasileiro assume status e reconhecimento de uma força política e social consolidada. O clima favorável e receptivo da sociedade brasileira naquele instante e a voz ativa das militantes conformam um contexto possível à difusão das ideias feministas (SARTI, 2004). Nesse período, houve uma significativa penetração dos movimentos feministas nas associações profissionais, partidos políticos e sindicatos com a legitimação da mulher como um sujeito particular, proliferando grupos feministas no país, alguns assumindo a forma de organizações não governamentais (SARTI, 2004; COSTA, 2005).

Violência contra as mulheres na agenda do movimento feminista brasileiro

A temática da violência contra as mulheres é, desde os anos de 1980, uma das principais bandeiras do feminismo brasileiro que foi caracterizado, neste período, por sua radicalidade e criatividade (DINIZ, 2006). A decisão em eleger a violência contra as mulheres como uma das prioridades da agenda feminista garantiu uma maior visibilidade ao movimento e à problemática social da violência. Esta ação é objeto de avaliação em uma publicação sobre os 25 anos de respostas feministas ao problema:

Essa ‘ideia original’, a afirmação política, com todas as suas consequências, de que a violência contra as mulheres é injusta e inadmissível, é identificada por quase todas como "o grande acerto" do movimento. Nas entrevistas, convidadas a refletir sobre esses 25 anos de respostas brasileiras, as entrevistadas afirmam que um grande acerto é ter colocado a violência contra a mulher na agenda: das políticas públicas, da legislação, da produção

¹⁵ De acordo com Grossi (1994), as militantes feministas, em sua maioria, tinham inserção na universidade. Muitas delas eram estudantes de pós-graduação na época. A relação entre o feminismo e a universidade é também uma das particularidades do movimento feminista brasileiro.

acadêmica, do desenvolvimento dos serviços específicos para atenção a essa violência, da mídia, dos direitos humanos, da saúde, etc. Enfim, ter posto em movimento um conjunto vasto de ações sociais como resposta ao reconhecimento dessa injustiça (DINIZ, 2006, p.16).

Em 1978, as feministas foram às ruas com o propósito de denunciar a impunidade de inúmeros casos de homicídios de mulheres praticados por seus maridos, companheiros, namorados ou amantes. Munidas do slogan *Quem ama não mata* organizaram inúmeros protestos e passeatas que difundiram nacionalmente as ideias do movimento feminista, alcançando a atenção dos meios de comunicação (BLAY, 2003; SANTOS, 2008). Desta forma, as feministas repudiaram o argumento que utilizava "o amor" como motivação para o crime e mobilizaram-se publicamente contra decisões do judiciário em casos de assassinatos de mulheres cujos réus eram absolvidos, ou tinham suas penas minimizadas, sob o uso do argumento de legítima defesa da honra (GROSSI, 1994; BLAY, 2003).

O caso mais famoso ficou conhecido como *Caso Doca Street*, apelido de Raul Fernandes do Amaral Street, que matou sua companheira, Ângela Diniz, aos 32 anos, após uma discussão motivada por ciúmes. O argumento da defesa do réu fundamentava-se na acusação da vítima como "mulher de vida fácil", "de ter vida desregrada" e "e de denegrir os bons costumes" (GROSSI, 1994). Este caso, que se tornou um emblema da luta pelo fim da violência contra as mulheres, gerou uma grande cobertura da mídia e foi capaz de provocar uma considerável pressão popular. A repercussão foi tão grande que, em 1982, a TV Globo lançou uma minissérie homônima tendo os atores Cláudio Marzo e Marília Pêra como protagonistas (GROSSI, 1994).

As manifestações de indignação e contestação das feministas frente aos casos de violência contra as mulheres levaram à criação do serviço SOS Mulher. Esta iniciativa, que ocorre no início dos anos 80, é bastante significativa e incluída entre as estratégias de *ação direta*, realizadas pelo movimento feminista brasileiro no enfrentamento da violência. Os SOS foram idealizados como espaços de acolhimento às mulheres vítimas de violência, onde as mesmas teriam a possibilidade de socializar suas experiências, compartilhar sentimentos e, principalmente, não se enxergarem como solitárias e únicas naquela trajetória de sofrimento (SANTOS, 2008; BANDEIRA, 2009). Os atendimentos eram realizados pelas próprias feministas em caráter voluntário. Além destes, eram organizados grupos de reflexão e criados canais de comunicação com o intuito de promover debates que visavam envolver e influenciar a opinião pública a respeito da questão (DINIZ, 2006).

O primeiro SOS foi implantado em São Paulo em outubro de 1980, seguidamente foram também criados em Campinas e no Rio de Janeiro. Em Minas Gerais, o movimento feminista criou o Centro de Defesa da Mulher. Todas estas entidades eram autônomas e tinham como objetivo atender a mulher vítima de violência, com um serviço que incluía psicólogas e advogadas (DINIZ, 2006).

Então quando nós montamos aquele plantão, que aliás foi montado muito em cima das demandas e das circunstâncias e não planejado, nós tínhamos a visão de que as mulheres vindo ao SOS, com sua experiência individual de violência iriam ter uma oportunidade de compartilhar coletivamente aquela experiência, perceber que ela não estava só, perceber a partir das conversas, dos diálogos que havia saída e esse era um processo de conscientização (Entrevista de Jacira Melo extraída de DINIZ, 2006, p.17).

As mulheres atendidas nos SOS, em sua maioria, apresentavam queixas relativas às violências no âmbito das relações afetivo-sexuais praticadas por seus companheiros. Os relatos revelavam inúmeras dificuldades vivenciadas na busca por atendimento policial em delegacias ao procurarem providências policiais contra seus agressores. Os sentimentos de humilhação e vergonha eram experimentados ao serem atendidas em delegacias repletas de policiais do sexo masculino que diante do exposto, faziam piadas e comentários jocosos e machistas sobre as situações denunciadas por elas (SANTOS, 2008).

A relação com o Estado: políticas públicas de enfrentamento da violência contra as mulheres reivindicadas pelo movimento feminista.

Um segundo momento é marcado pela institucionalização das demandas feministas que se estenderam por todo o país, como parte da agenda de reivindicações do movimento de mulheres, organizadas, ou não. Entre estas, deve-se destacar a criação, em 1986, da primeira Delegacia Policial de Defesa da Mulher que representou um ganho político importante, significando uma tomada de posição do Estado, que passa a responsabilizar-se também pelo controle desta violência (BANDEIRA, 2009). Na verdade, este momento marca uma mudança na essência da atuação do movimento feminista que passa a pressionar o Estado na implementação de políticas e serviços, deixando de lado a tendência a organizar entidades (e serviços) para atender aos direitos de proteção social das mulheres. Vale destacar que a pressão resulta numa resposta relativamente satisfatória por parte do Estado. A ideia da criação de delegacia especializada para o atendimento às mulheres, por exemplo, não foi elaborada pelo movimento feminista, mas resultou da definição de prioridades estabelecidas pelo Estado diante das demandas apresentadas (SANTOS, 2010).

Essa era uma necessidade identificada pelo movimento, pois as mulheres que recorriam às delegacias sentiam-se intimidadas, ameaçadas ou eram vítimas da incompreensão, machismo e até mesmo de outras formas de violência. A partir da criação das Delegacias de Defesa da Mulher (DDM) o atendimento passou a ser realizado por mulheres, o que exigiu um treinamento específico e conscientização para que as profissionais dessas delegacias não reproduzissem os preconceitos da cultura machista e fossem capazes de prestar um atendimento que tivesse como pressuposto o reconhecimento que mulheres e meninas tinham o direito de não aceitar a violência cometida por maridos, companheiros, pais, padrastos entre outros e que o Estado tem a obrigação constitucional de garantir-lhes este direito (GROSSI, 1998).

Outro marco importante foi registrado em 1985, com a criação do Conselho Nacional dos Direitos das Mulheres (CNDM), que desenvolveu um papel de destaque no processo de elaboração da Constituinte Federal de 1988, encaminhando e acompanhando as demandas do movimento feminista junto aos congressistas encarregados da elaboração da nova Carta Constitucional. Vale destacar que dois anos antes, em 1983, foi criado o Conselho Estadual da Condição Feminina em São Paulo, que definiu os quatro pontos fundamentais para o movimento de mulheres: creche, saúde, trabalho e o fim da violência.

Em 1984 foi também criado o Programa de Atenção Integral à Saúde da Mulher (PAISM), uma proposta conjunta do movimento de mulheres, pesquisadores e profissionais de saúde em parceria com o Ministério da Saúde (SCHRAIBER, 2009). No primeiro momento, o PAISM não tratou diretamente da violência contra as mulheres e abordou a reprodução humana em uma perspectiva crítica sobre a forma como a mulher era tratada nas práticas de saúde (SCHRAIBER et al 2009). Posteriormente, a violência, principalmente a sexual, passa a ser reconhecida e legitimada como objeto da atuação e intervenção na área da saúde (SCHRAIBER et al 2009).

Atuação feminista e a diversificação dos seus cenários: organizações não governamentais, conferências internacionais e academia.

Nos anos 90, muitos grupos organizados de mulheres formalizaram-se como organizações não governamentais (ONGs) e buscaram influenciar a formulação de políticas públicas em áreas específicas, mediante pressão junto ao Estado (SARTI, 2004; COSTA, 2005). O caminho pela institucionalização (de parte) do movimento implicou em um direcionamento de suas ações

para aquelas consideradas como prioritárias pelas agências financiadoras internacionais (SARTI, 2004).

Muitas militantes que estiveram inseridas em órgãos estatais nos anos 80 passaram a integrar algumas ONGs feministas, diante da opção de exercerem uma atuação mais independente (SCHUMAN e VARGAS, 1993). As ONGs constituíram-se parte do movimento feminista caracterizado por uma progressiva profissionalização e especialização tornando-se cada vez mais capaz de responder às crescentes demandas, inclusive na obtenção de informações especializadas que se tornaram necessárias à implementação de políticas públicas voltadas para as mulheres (COSTA, 2005).

Neste contexto, as ONGs conseguiram estabelecer diferentes frentes de atuação: atendimento direto às mulheres das camadas populares - saúde, social, psicológico e jurídico; criação de redes de referência; formação de lideranças populares; articulação internacional; prática de *advocacy*; monitoramento de políticas públicas; observatórios de mídia; campanhas educativas, entre outras (DINIZ, 2006). Para isto, construíram-se parcerias com universidades e serviços, ampliando seu alcance e sustentabilidade e socializando um "modo de fazer" feminista.

Um exemplo de 'modelo' que se inicia em grupos de mulheres é incorporado - com menos ou mais limites - pelo estado é o atendimento às mulheres que foi inicialmente proposto por grupos como o SOS. O atendimento individual ou grupo, a escuta solidária da história das mulheres agredidas, a afirmação do direito a viver sem violência, o trabalho interdisciplinar e em rede de serviços, a democratização das informações ditas técnicas (legais, assistenciais, médicas etc.), entre outras, foram inovações desenvolvidas pelos grupos de mulheres, que puderam posteriormente ser incorporadas pelos organismos governamentais e saberes acadêmicos (DINIZ, 2006, p.20)

Na década de 90, o tema do enfrentamento da violência se institucionalizava tanto na agenda dos movimentos quanto dos governos. A participação ativa de organizações feministas nas conferências internacionais da Organização das Nações Unidas (ONU) trouxe maior visibilidade para as demandas do movimento global de mulheres, compromisso dos governos em institucionalizar tais demandas e uma articulação entre os movimentos local e internacional (DINIZ, 2006).

O Brasil é signatário de convenções internacionais que reconhecem a violência contra as mulheres como uma violação dos direitos humanos, assumindo assim o compromisso perante a comunidade internacional de criar mecanismos capazes de coibir a discriminação e a

violência de que as mulheres são vítimas. Dentre tais convenções destacam-se a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Violência contra a Mulher, ratificada pelo Brasil em 1984 e a Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência Contra a Mulher, conhecida como Convenção de Belém do Pará, ratificada em 1995.

Um marco importante no reconhecimento da violência contra as mulheres como uma violação dos direitos humanos foi a Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência Contra a Mulher (Convenção de Belém do Pará), que a definiu como “qualquer ação ou conduta baseada no gênero, que cause morte, dano ou sofrimento físico à mulher, tanto na esfera pública, como privada” (PIOVESAN & PIMENTEL, 2002:236).

Em outro cenário, a articulação entre a militância exercida nas ruas e a inserção das feministas no âmbito universitário data da própria formação desse movimento social nos anos de 1970. Esta relação pode ser observada desde o momento da organização das primeiras manifestações e a origem de suas primeiras militantes até o estabelecimento de parcerias bem sucedidas na análise das políticas públicas e a produção de pesquisas que abordam diversos aspectos da temática da violência contra as mulheres. A inserção das feministas nos espaços acadêmicos garantiu o acolhimento dos temas de relevância e interesse do movimento social e, em contrapartida, os resultados das pesquisas produzidas e a compreensão do fenômeno a partir do aprofundamento de correntes teóricas possibilitaram a retroalimentação da atuação militante a partir das análises das conjunturas existentes.

Mirian Grossi (1994) analisa que os primeiros estudos sobre violência contra as mulheres realizados na academia brasileira continham uma identidade consistente com as demandas e os ideários do movimento feminista dos anos 1970 e início dos anos 1980. No entanto, segundo a autora, a criação dos primeiros serviços especializados passou a despertar o interesse de pesquisadoras/es com pouca, ou nenhuma, vinculação com as expressões do movimento feminista no Brasil, garantindo diferentes conformações a este campo de estudos (GROSSI, 1994).

Em um panorama da produção acadêmica sobre violência contra as mulheres nas Ciências Sociais, Santos e Izumino (2009) apontam que o ciclo de estudos sobre a temática reflete a trajetória do movimento de mulheres no enfrentamento da violência. Os primeiros estudos sobre o tema tiveram como objeto as denúncias de violências contra as mulheres nos distritos policiais e as práticas feministas em organizações não governamentais. Em seguida, com a

criação das delegacias especiais, os mesmos passaram a caracterizar os tipos de crimes mais denunciados, o perfil das mulheres que sofriam esses crimes e de seus agressores. A dinâmica da violência nas relações afetivas e a inclusão também de participantes do sexo masculino nestes estudos só começam acontecer mais recentemente e são de grande importância para a compreensão dos papéis desempenhados por mulheres e homens nestes contextos. A violência contra as mulheres que acontece nas relações afetivo-sexuais entre parceiros heterossexuais é a manifestação mais presente nas investigações científicas (SANTOS e IZUMINO, 2009).

Um quadro semelhante é encontrado em outro campo de estudo, o da Saúde Coletiva que há mais de 20 anos vem produzindo importantes investigações acerca do tema da violência contra as mulheres (SCHRAIBER et al. 2009). Nesta área, a temática tem seu reconhecimento inicial por ser um agravo que afeta significativamente a saúde física, mental e reprodutiva das mulheres e, posteriormente legitimada como um objeto de estudo do próprio campo (SCHRAIBER et al. 2005; SCHRAIBER et al. 2009). Os estudos produzidos nos serviços de saúde apontam estes espaços como um locus importante de identificação dos casos de violência (SCHRAIBER et. al. 2002; MORENO e HEISE, 2002) e os estudos de populacionais (REICHENHEIM et al. 2006; SCHRAIBER et al. 2007) permitem identificar a presença deste fenômeno entre a população que não busca os serviços de saúde.

No que se refere às orientações teóricas nas quais se embasam as investigações produzidas acerca da temática, Santos e Izumino (2009) identificam basicamente duas perspectivas, apesar de apontarem algumas variações em suas aplicações. A *primeira*, refere-se à compreensão da violência contra as mulheres como resultado de uma sociedade patriarcal que legitima aos homens o exercício de uma dominação sobre as mulheres. Nesta perspectiva, os papéis sociais desempenhados por homens e mulheres são estáticos, não havendo a possibilidade de mudanças, os dois permanecem em polos opostos de uma mesma relação, como agressor e vítima respectivamente. A *segunda* perspectiva incorpora a categoria de gênero que enfatiza a diferença entre o social e o biológico. De acordo com esta perspectiva, a compreensão da violência contra as mulheres no âmbito das relações afetivo-sexuais a partir das diferenças de gênero deve problematizar os papéis desempenhados por homens e mulheres como socialmente construídos e detentores de poder, mesmo que este circule de forma desigual na sociedade (SANTOS e IZUMINO, 2009).

A Lei Maria da Penha: um caso de advocacy feminista

O movimento feminista desenvolveu um papel importante no processo de elaboração da legislação específica aos casos de violência contra as mulheres no espaço doméstico e familiar no Brasil. A articulação com o movimento feminista internacional e ratificação do governo brasileiro das conferências internacionais da ONU, especificamente as que tratavam da violência contra as mulheres, tornaram-se instrumentos fundamentais para a atuação do movimento feminista brasileiro nos anos 2000, que se configurou uma bem-sucedida prática de *advocacy*¹⁶ (MACIEL, 2011; PITANGUY, 2011).

A elaboração de uma legislação específica que tratasse dos casos de violência contra as mulheres já tinha sido fortemente recomendada ao governo brasileiro pelo Comitê da Convenção pela Eliminação de todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres (Cedaw)¹⁷, reafirmando assim uma demanda dos movimentos feminista e de mulheres. Apesar de reconhecer avanços importantes no Brasil no enfrentamento da violência contra a mulher, o Cedaw reiterou sua preocupação com a violência contra as mulheres no Brasil e sinalizou "o descompasso entre os tratados internacionais ratificados pelo Brasil e a atuação da magistratura brasileira que, não necessariamente os incorporava" (BARSTED, 2011, p.354)

Em 2002, a elaboração de uma proposta de lei ampla e integral sobre a violência doméstica foi fruto do trabalho de um grupo de ONGs feministas organizadas na forma de um consórcio, sob a coordenação do CFEMEA (BARSTED, 2011; MACIEL, 2011; SANTOS, 2010). Em 2004, o anteprojeto foi entregue à Secretária Nacional de Políticas para as Mulheres (SPM/PR)¹⁸ que o encaminhou em forma de projeto de lei¹⁹ ao Congresso Nacional, dando origem à Lei 11.340/2006.

¹⁶ A palavra em inglês está incorporada ao movimento de mulheres no Brasil. Segundo Jacqueline Pitanguy "realizar uma ação de advocacy (ou advogar por uma causa) implica participar de um projeto político cujo o exercício é relacional, sujeito a correções de rumo em função das novas oportunidades e mudanças de conjunturas. Para saber mais sobre experiência de advocacy feminista ver Pitanguy (2011) e Maciel (2011).

¹⁷ Ver Barsted & Pitanguy, 2011; SPM 2010.

¹⁸ A Secretaria Nacional de Políticas para as Mulheres (SPM/PR) foi criada em 2003, no segundo mandato do Governo Lula e tornou-se um órgão de interlocução com os movimentos de mulheres e feminista. A SPM/PR tem exercido um importante papel na elaboração de políticas voltadas para o enfrentamento da violência contra as mulheres, que se constitui como uma importante linha de sua atuação. Em 2007, elaborou o Plano Nacional de Enfrentamento da Violência contra as Mulheres fruto de processo interlocução com a sociedade civil mediante a realização de conferências no âmbito das três esferas do governo (municipal, estadual e nacional).

¹⁹ A versão do projeto de lei entregue pela SPM não contemplava dois itens cruciais para o movimento: o afastamento da competência dos Juizados Especiais Criminais e a criação de novos juizados para apreciação dos casos de violência doméstica e familiar contra a mulher. Uma forte mobilização do movimento produziu novas

A lei ficou popularizada como *Lei Maria da Penha* em reconhecimento à luta pessoal e pública da farmacêutica Maria da Penha Maia Fernandes pela criminalização do seu agressor e contra a morosidade da justiça brasileira neste caso²⁰ (DINIZ, 2006). A conclusão do processo criminal ocorreu 20 anos depois apesar das pressões de Maria da Penha e de entidades feministas. O caso foi levado à Comissão Internacional de Direitos Humanos (CIDH), em 1998, pela própria vítima, apoiada por organizações transnacionais ligadas aos movimentos dos direitos humanos e movimento feminista (BARSTED, 2011; MACIEL, 2011). O governo brasileiro foi repreendido por omissão e pressionado a elaborar legislação específica que tratasse do caso de violência contra a mulher perpetrada no âmbito das relações domésticas.

A Lei Maria da Penha tem seus parâmetros e princípios norteadores baseados na Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher, a Convenção de Belém do Pará, que aconteceu em 1994 (BARSTED, 2011). Leila Barsted (2011) argumenta que apesar da Lei Maria da Penha não abranger todas as situações de violência definidas naquela Convenção, ela tem como foco uma forma de violência que tem sido banalizada na sociedade brasileira.

A Lei Maria da Penha define uma política nacional voltada para a promoção da equidade de gênero e para a redução das diferentes formas de vulnerabilidade social das mulheres. Aponta o dever do Estado de promover políticas públicas articuladas e capazes de incidir sobre o fenômeno da violência contra a mulher. Essa Lei contém dispositivos civis e penais e dá ênfase à proteção das mulheres, para além da punição ao agressor. A Lei também inova ao prever o direito da mulher em situação de violência à assistência da Defensoria Pública nas fases do inquérito policial e da ação judicial. E afasta o mecanismo de conciliação e todos os outros dispositivos da Lei 9.099/95 (BARSTED, 2011, p. 361)

Em 2006, a aprovação pelo Congresso Nacional da Lei Maria da Penha (Lei 11.340/06), estabelecendo medidas punitivas para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, representa um marco na sociedade brasileira das ações de enfrentamento da violência contra as mulheres. A lei dispõe ainda sobre a criação de Juizados Especiais de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher e altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal (Brasil, 2006). A lei também inova ao ampliar o conceito de violência, propor um tratamento multidisciplinar e estabelecer medidas protetivas, preventivas - além das

manifestações diversas formas de pressões em torno da aprovação do projeto de lei e do afastamento dos JECrims (ver Maciel, 2011)

²⁰ Em 1993, Maria da Penha Maia Fernandes foi vítima de duas tentativas de assassinato por parte do seu marido, Marco Antônio Heredia Viveros, que a deixou paraplégica.

criminais - para o seu enfrentamento (BANDEIRA, 2009; SANTOS, 2010). Há um consenso entre diferentes autoras feministas (GREGORI, 2008; BANDEIRA, 2009; DEBERT e SANTOS, 2010; BARSTED, 2011), de que a Lei Maria da Penha procurou anular os efeitos "descriminalizadores" da Lei 9.099/1995.

Linhas discursivas do feminismo sobre a violência contra as mulheres

Nesta análise, destacam-se quatro linhas discursivas (do discurso) do movimento feminista brasileiro no enfrentamento da violência contra as mulheres. São elas: denúncia; empoderamento; direito social e criminalização. Primeiramente, entende-se que não há relações hierárquicas ou de linearidade entre os eixos, que emergem como partes integrantes de um discurso em construção. O desenvolvimento de cada um dos eixos propostos está relacionado aos contextos de enunciação do discurso e das relações estabelecidas com os demais discursos existentes no espaço social.

A denúncia social no discurso feminista

A linha discursiva da denúncia pública presente no discurso feminista é inerente a sua própria condição de movimento social. Em diversos momentos de sua história, o movimento feminista trouxe ao debate público temas que contavam com uma certa naturalização e banalização pela sociedade brasileira. Tal atuação ganha uma evidência significativa ao abordar a problemática da violência contra as mulheres, uma das expressões mais nefastas que pode assumir as desigualdades entre homens e mulheres.

Um dos protagonismos do movimento feminista em relação à explicitação desse tema foi exatamente o de denunciar as violências vividas por mulheres no interior dos seus lares, desconstruindo o espaço doméstico como um lugar seguro e protetor (D'OLIVEIRA e SCHRAIBER, 1999). No final dos anos de 1970, as diversas manifestações realizadas pelas feministas foram capazes de mobilizar a opinião pública e intervir no julgamento dos chamados de "crimes de amor" ou "crimes passionais" em que assassinos confessos de mulheres eram absolvidos, ou tinham suas penas atenuadas, diante da alegação que haviam agido em nome da honra ou movidos por sentimentos "incontroláveis". É interessante destacar que embora a legalidade da tese de legítima defesa da honra tenha sido afastada pelo Supremo Tribunal da Justiça (STJ) em 1991, a mesma permanece, ainda que disfarçadamente, nos argumentos apresentados por alguns advogados de defesa (BARSTED, 2011). O alcance da denúncia do movimento feminista foi ampliado ao explicitar que este tipo de violência não se

restringia às classes populares ou às famílias "desajustadas", sendo igualmente presente nas classes altas e intelectualizadas (DINIZ, 2006).

O discurso da denúncia visa também "contagiar" diretamente as mulheres em situações de violências que são estimuladas a romper o silêncio e buscar canais de denúncia e proteção. Em seguida, o discurso busca alcançar também outros membros da sociedade civil que são convidados a se engajarem no enfrentamento da violência e não tolerarem a convivência com tais situações. Um importante argumento do feminismo na luta pela eliminação da cultura que legitima o uso da violência contra as mulheres é o entendimento que este é um problema de toda a sociedade e que por tanto deve ser combatido coletivamente.

Além disso, a invisibilidade das violências contra as mulheres nas estatísticas governamentais também se torna um argumento relevante ao estímulo do aumento das denúncias por parte das mulheres. As denúncias devem conferir maior visibilidade às diversas manifestações da violência: nos espaços domésticos e familiares contra mulheres e meninas, mas também o assédio sexual em locais de trabalho, o tráfico de mulheres, a violência institucional e as formas de violência dirigidas a grupos específicos, como as mulheres lésbicas, imigrantes, prostitutas, entre outras.

Contudo, tais denúncias devem fundamentar-se na produção de dados capazes de revelar as especificidades do fenômeno ao serem desagregados a partir da classe social, raça/etnia, idade, garantindo a visibilidade sobre como as violências atingem mulheres de diferentes grupos sociais e demonstrando a necessidade de ações específicas que visem diminuir as desigualdades, o que se mantém como um obstáculo até os dias atuais.

Ademais, torna-se necessário o compromisso das instâncias governamentais e dos setores jurídicos no acolhimento e apuração das denúncias. Pitanguy e Barsted apontam a persistente necessidade de *"uma melhor coleta e análise de dados e mecanismos jurídicos que cessem a impunidade e sensibilizem os operadores para que apliquem a lei em conformidade com os marcos normativos, como a Convenção de Belém do Pará"* (2011:18)

Ao longo de sua trajetória, o movimento feminista brasileiro demonstrou a sua indignação diante das diferenças de tratamentos que eram atribuídos às questões relativas aos homens e às mulheres na sociedade brasileira desde a década de 1970. No discurso feminista alguns slogans empregados como forma desta denúncia se tornaram bastante conhecidos, são eles: "Pessoal é político", "O privado é público", "Quem ama não mata", "Denuncie a violência

contra a mulher". Os dois primeiros explicitam a necessidade do movimento feminista em trazer a público questões até então vistas e tratadas como relativas ao mundo privado e que, portanto, não deveriam ser debatidas no espaço social (COSTA, 2005). Os dois últimos slogans estão diretamente relacionados com os casos de violência contra mulher ocorridos na época, e tornaram-se palavras de ordem das primeiras campanhas sobre o tema (BANDEIRA, 2009).

A atualidade do viés de denúncia do discurso feminista sobre violência contra a mulher pode ser visto recentemente nos protestos presentes em ruas de diferentes cidades brasileiras e do mundo. Como exemplo, destacam-se duas manifestações: a Marcha Mundial de Mulheres²¹ e a Marcha das Vadias²². A primeira é uma organização do movimento feminista internacional que se articula com diferentes movimentos sociais na luta por uma sociedade mais justa e visa denunciar as situações de pobreza e a violência vivenciada pelas mulheres (NOBRE e FARIA, 2003). A segunda aglutina diversos grupos de mulheres, organizadas ou não, diante da indignação frente às diferentes formas de violência contra as mulheres que persistem nas sociedades contemporâneas e em diversos contextos culturais. A existência de ambas permite afirmar a atualidade da denúncia como eixo presente no discurso feminista contemporâneo do enfrentamento da violência contra as mulheres, como também aos argumentos machistas que culpabilizam as vítimas pelas violências sofridas.

O empoderamento das mulheres no discurso feminista

Pode-se identificar no discurso feminista uma linha discursiva cujo sentido aponta para o empoderamento, que está relacionado ao entendimento da violência contra as mulheres como

²¹ A Marcha Mundial de Mulheres (MMM), aconteceu pela primeira vez no ano 2000, é uma articulação internacional do movimento de mulheres e feminista que reuniu mulheres do mundo inteiro em uma campanha contra a pobreza e a violência. Entre os princípios da MMM é a organização das mulheres urbanas e rurais e mantém a aliança com outros movimentos sociais. A Marcha visa a construção de uma perspectiva feminista de uma sociedade mais justa baseada na igualdade e no direito à autodeterminação das mulheres. No Brasil, a MMM tem uma coordenação local e a existência de diferentes delegadas nos estados em que está presente. Mais informações em <http://marchamulheres.wordpress.com/mmm/>

²² O nome original é *Slut Walk* aconteceu primeira vez em Toronto no Canadá, em 2011. O movimento se organizou depois que em uma palestra na escola, um agente policial sugeriu algumas medidas de segurança que as garotas deveriam seguir para se protegerem da violência sexual. Entre estas, ele orientou que elas não deveriam se vestir como *slut*, que significa putas, vadias na língua inglesa. Assim, um grupo de estudantes resolveu fazer a primeira *Slut Walk*, que é uma marcha contra a violência sexual e outras formas de violências contra as mulheres, inclusive a violência de não poder se vestir como se deseja e denunciar que a violência que sofre não é uma responsabilidade das mulheres. O movimento se espalhou rapidamente pelo mundo, acontecendo no mesmo ano em diversas cidades com organizações locais. Maiores informações em <http://www.slutwalktoronto.com/about/why>

resultante das desigualdades vivenciadas por homens e mulheres no espaço social e da posição de desvantagem ocupados por estas últimas. É mediante a compreensão da violência como expressão das opressões resultantes das diferenças de gênero, que o empoderamento das mulheres é entendido como um caminho necessário ao seu enfrentamento.

O empoderamento é uma categoria analítica, mas também instrumental de fortalecimento das mulheres perante as situações vividas. O conceito está relacionado com a ideia de poder e a relação das mulheres com o mesmo (LEON, 2001). Desta forma, o empoderamento das mulheres em situação de violência não pode ser construído de forma alheia às outras formas de opressão vivenciadas pelas mesmas, tais como as condições de pobreza, as barreiras de acesso à educação, ao trabalho e à garantia do seu sustento e de seus filhos. Nesse sentido, o processo de empoderamento das mulheres não se realiza exclusivamente no âmbito das relações de violência, mas implica em um novo posicionamento das mulheres na sociedade o que produzirá mudanças efetivas em sua atuação nos espaços públicos e também na vida privada.

De acordo com Magdalena Leon (2001), a noção de *empoderamento* passa a ser incorporada pelo movimento feminista a partir dos anos 1970, em uma abordagem que requer uma articulação entre a sua dimensão individual e social. Para Leon (2001, p.97), "*o empoderamento inclui tanto a mudança individual como a ação coletiva. O empoderamento como autoconfiança e autoestima deve integrar-se em um sentido de processo com a comunidade, a cooperação e a solidariedade*".

A necessidade de promover espaços e discursos que contribuam para o empoderamento da mulher e o reconhecimento da experiência particular de violência como parte de um contexto social amplo relacionado à opressão de gênero estiveram presentes em diferentes momentos da trajetória do movimento feminista brasileiro. Neste sentido, a criação dos serviços SOS, iniciativa protagonizada diretamente pelas feministas, significou a construção de um espaço de acolhimento às mulheres com vivências de violência e a socialização de saberes e práticas a partir destas experiências (GROSSI, 1994; DINIZ, 2006; SANTOS, 2010). Uma primeira forma de empoderamento foi demonstrar a estas mulheres que elas não estavam sozinhas em suas histórias pessoais, nem que as mesmas estavam descoladas de outras vivências presentes no mundo social.

De acordo com Grossi (1994), inicialmente as feministas acreditavam que a partir do momento que as mulheres tivessem acesso a uma reflexão sobre a condição feminina se tornaria possível a superação do lugar de submissão e da condição de violência. Entretanto, a própria prática feminista demonstrou a complexidade da questão e a compreensão do empoderamento das mulheres como parte de um processo político que demanda esforços individuais e coletivos que resultem em mudanças na desigual correlação de forças enfrentadas por homens e mulheres no espaço social. Nesse sentido, Barsted (2011, p.379) afirma que:

O enfrentamento da violência contra a mulher, tal como definido na Convenção de Belém do Pará, aponta ainda a necessidade de contextualizar essa violência no quadro de um conjunto de discriminações vivenciadas pelas mulheres. Nesse sentido, o empoderamento político das mulheres, sua autonomia econômica, seu acesso ao conjunto de direitos individuais e sociais, formalmente conquistados na legislação, são fatores determinantes para fazer avançar uma efetiva política pública voltada para propiciar às mulheres o direito a uma vida sem violência. (BARSTED, 2011, p.379)

O viés do empoderamento presente no discurso feminista de enfrentamento da violência contra as mulheres surge diretamente relacionado ao viés da denúncia, diante de questões como: Por que muitas mulheres não denunciavam as violências sofridas? Por que permaneciam em situações de violência? Por que após denunciarem seus agressores algumas mulheres retornavam para retirar a queixa? Por que algumas mulheres se sentiam responsáveis pelas violências sofridas? Essas são algumas das perguntas que têm inquietado feministas e pesquisadoras/es que se dedicam ao estudo da temática, ao longo do tempo.

O direito social no discurso feminista

Essa linha discursiva do movimento feminista emerge no contexto do processo de democratização da sociedade brasileira, nos anos 1970, período marcado pelas reivindicações dos direitos sociais, e de luta por abertura política e redemocratização do Estado brasileiro em articulação com outros segmentos do movimento social. O viés político de *advocacy* dos direitos das mulheres na construção da agenda feminista é uma particularidade do movimento de mulheres no Brasil (DINIZ, 2006; BARSTED, 2011) e característica marcante em seu discurso, fortemente influenciado pelo momento histórico anterior.

O entendimento da violência contra as mulheres como uma violação ao "direito de uma vida sem violência" é uma expressão presente no discurso feminista de forma mais contundente a partir da década de 1990 (MACIEL, 2011). Esta formulação encontrava sérios obstáculos

presentes na legislação brasileira, que colocava a mulher como dependente do marido, e na invisibilidade dos direitos das mulheres na discussão internacional sobre direitos humanos. Como demonstra Azambuja e Nogueira (2008), os documentos de referência - convenções e cartas - sobre a discussão dos direitos humanos tinham circunscrito a visão de um homem universal e genérico sem uma abordagem das diferenças existentes entre homens e mulheres, sejam sociais ou biológicas.

O marco internacional nesta discussão passa a ser o reconhecimento dos direitos das mulheres como direitos humanos e da violência contra as mulheres como uma forma de sua violação. Em 1991, a Conferência de Direitos Humanos de Viena significou uma mudança radical ao impor aos governos a obrigação de zelar pela garantia dos direitos das mulheres (AZAMBUJA e NOGUEIRA, 2008). É relevante destacar que tal conquista é fruto de uma intensa movimentação oriunda das pressões de organizações feministas internacionais ocorridas nos bastidores da Conferência de Viena, visando a inclusão desta visão na carta final da conferência, apesar de não haver esta intenção nos documentos preparatórios.

Com o objetivo de conferir uma maior visibilidade à relação entre violência contra as mulheres e os direitos humanos, uma iniciativa importante foi a construção da Campanha 16 dias de Ativismo pelo Fim da Violência Contra a Mulher, criada nos bastidores da Conferência Internacional de Direitos Humanos de Viena por um grupo de feministas de diferentes países que lá lutavam pelo reconhecimento da violência contra a mulher como uma violação de direitos humanos (AGENDE, 2008). A Campanha 16 dias de Ativismo pelo Fim da Violência Contra as Mulheres, criada em 1991 pelo Centro de Liderança Global das Mulheres (Center for Women's Global Leadership), é parte da mobilização na luta pela erradicação da violência contra a mulher e pelos direitos humanos, sintetizada no slogan "os direitos das mulheres são direitos humanos". Atualmente, a campanha acontece em 130 países, do dia 25 de novembro – Dia Internacional da Não Violência contra as Mulheres – ao dia 10 de dezembro – Dia Internacional dos Direitos Humanos (AGENDE, 2008).

A Constituição Federal (1988), as conferências internacionais da ONU (durante os anos 90), o reconhecimento pela OMS da violência contra a mulher como um problema de saúde pública (anos 90) tornaram-se instrumentos importantes na garantia dos direitos das mulheres e no enfrentamento deste tipo de violência. No entanto, os mesmos não impedem que, em diferentes momentos ao longo da história, se observe a reprodução e emergência de velhos/novos discursos conservadores que visem colocar em risco tais avanços e limitem a

condição da mulher enquanto sujeito de direitos. Desta forma, as conquistas relativas aos direitos das mulheres permanecem informando o discurso feminista de enfrentamento da violência contra a mulher, que se faz presente na busca contínua por sua ampliação.

A criminalização no discurso feminista

O sentido da criminalização no discurso feminista está diretamente relacionado ao reconhecimento da violência contra as mulheres como privação da liberdade, do direito a uma vida plena e segura e como um crime que merece o mesmo tratamento destinado aos demais praticados na sociedade. Esse discurso se estrutura em contraposição a uma visão social que situa a violência contra as mulheres, praticadas por parceiros íntimos, como um problema exclusivo da dinâmica do casal, devendo permanecer no mundo privado, sem interferências do Estado.

A intensa mobilização em torno da criminalização dos assassinos de mulheres, na década de 1970, se traduziu como um momento emblemático da reivindicação pública pelo julgamento dos assassinatos de mulheres, cometidos por maridos e/ou companheiros, como um crime semelhante aos demais, e revelou uma matriz cultural que atribui ao homem o direito de vida e morte sobre as mulheres. Tal mobilização teve como motivação o peso diferenciado atribuído pela sociedade, meios de comunicação e setores da justiça a estes crimes, e o uso de argumentos nas teses de defesas que terminavam por transformar as vítimas em réus, responsabilizando as mulheres pelos crimes cometidos contra as próprias.

De acordo com Santos (2008), a ênfase na criminalização é um recurso discursivo simbólico de ameaça e conscientização social ao reconhecimento de um problema social que apenas recentemente adquiriu este status. A banalização e naturalização dos casos de violência contra as mulheres por maridos e companheiros poderiam ser enfrentadas caso os mesmos obtivessem da justiça e da sociedade tratamento e indignação semelhantes aos crimes cometidos por estranhos. Neste contexto, as feministas evidenciaram uma cultura que legitimava, ou mesmo silenciava a violência como forma de submissão das mulheres à vontade masculina, e resguardava o espaço da família das normas sociais.

Santos (2008; 2010) demonstra que o discurso feminista da criminalização da violência foi fortemente influenciado pela implementação de políticas públicas de enfrentamento da violência que oscilavam entre a "criminalização" e a "descriminalização" dos agressores e a ausência de uma legislação específica que tratasse dos casos de violência contra as mulheres

no espaço doméstico ou familiar. De acordo com a autora (SANTOS, 2008; 2010), a abordagem da criminalização é incorporada definitivamente na agenda feminista após a intervenção estatal que criou as delegacias de defesa da mulher nos anos de 1980, privilegiando a ênfase na criminalização em detrimento a uma abordagem mais ampla da violência. A autora explica que, neste período, as feministas e o Conselho Estadual da Condição Feminina (CECF) de São Paulo propunham a criação de "serviços integrados", que incluíssem a assistência social e psicológica; orientação jurídica; atendimento policial capacitado; casa abrigo; educação, entre outros (SANTOS, 2010).

No entanto, o governo estadual de São Paulo privilegiou a criação das delegacias de defesa da mulher, inicialmente voltadas para os casos de estupro e outras formas de violência, sem incluir a doméstica e familiar (SANTOS, 2010). Somente após novos protestos por parte das feministas, e o reconhecimento de que a demanda do serviço se caracterizava prioritariamente por queixas de violência no âmbito doméstico, é que estes casos foram incluídos e as policiais militares treinadas em uma metodologia feminista para o atendimento das mulheres (SANTOS, 2010). Sem dúvida, a criação das Delegacias da Mulher se constitui na principal política pública de enfrentamento da violência contra as mulheres implantada no Brasil.

Cabe ressaltar que a Lei Maria da Penha não se restringe à criminalização dos agressores. Além disso, ela incorpora a visão ampla da violência defendida pelo movimento feminista, combinada com ações preventivas e protetivas, responsabilizando o Estado por sua garantia (BRASIL, 2006; BARSTED, 2011). A luta feminista por uma legislação específica que abordasse os casos de violência contra a mulher no espaço doméstico e no ambiente familiar é fruto do reconhecimento de sua banalização na sociedade brasileira (BARSTED, 2011). Sendo assim, o entendimento de que a punição dos homens autores de violência produziria na sociedade o reconhecimento da gravidade do problema e do empenho coletivo no seu enfrentamento e, ainda, uma mudança na correlação de forças entre os sujeitos que a vivenciam, como parte de um projeto mais amplo que contribui para a auto percepção das mulheres como sujeito de direito são importantes argumentos que fundamentam tal empreitada.

Considerações Finais

A trajetória do movimento feminista brasileiro no enfrentamento da violência contra as mulheres, nos últimos 30 anos, produziu discursos que assumiram características relativas aos seus contextos de enunciação e às relações dialógicas que estabeleceram com os demais

discursos existentes acerca da temática e que estão em disputa na sociedade brasileira. A análise do discurso do movimento feminista brasileiro sobre violência contra as mulheres, observando os seus contextos, permitiu identificar quatro linhas discursivas que traduzem os sentidos deste tipo de violência e suas formas de enfrentamento, são elas: denúncia; empoderamento; direito social e criminalização. Essas linhas discursivas são complementares, ilustram características específicas do discurso, e compartilham o mesmo espaço na sociedade atual.

A emergência do movimento feminista em um momento político marcado por reivindicações de redemocratização e, conseqüentemente, a incorporação de parte das demandas feministas nas políticas sociais de enfrentamento da violência contra as mulheres é uma experiência marcante na própria história deste movimento social, como também na vida de gerações de mulheres e, mais amplamente, de toda a sociedade brasileira. A relação que se estabeleceu entre o movimento feminista e o Estado brasileiro no enfrentamento da violência contra a mulher é marcado por importantes avanços e também por muitos impasses na elaboração e execução de políticas públicas. A experiência feminista de *advocacy* que combina a capacidade de mobilização interna: sociedade civil, grupos de mulheres, meios de comunicação e governos aliada à sua articulação internacional com organizações feministas e dos direitos humanos conferiu a difusão do discurso feminista e o reconhecimento de sua relevância na sociedade brasileira.

O discurso feminista foi sendo incorporado, em parte, pelo Estado brasileiro na elaboração e implantação das políticas públicas voltadas para o enfrentamento do problema, devido à inserção de feministas nas agências governamentais e na atuação dos serviços especializados (SCHUMACHER e VARGAS, 1993; DINIZ, 2006; BARSTED, 2011). O universo acadêmico também é um cenário de significativa incorporação e de retroalimentação deste discurso. A inserção de feministas nas universidades - em grupos de pesquisas e programas de pós-graduações - permitiu o acolhimento dos temas de interesse do movimento social, e a produção de pesquisas e reflexões teóricas produziram novas formas de compreensão e atuação perante a violência contra as mulheres (DEBERT e GREGORI, 2008; SANTOS e IZUMINO, 2009).

O entendimento da situação vivenciada pelas mulheres na vida privada como um reflexo das condições sociais as quais estão expostas na vida pública é um princípio estruturante do discurso feminista. Desta forma, a manifestação da violência contra as mulheres no âmbito

doméstico e nas relações de intimidade tornou-se ilustrativa da condição de insegurança vivenciada por muitas mulheres no interior de seus lares e da existência de uma matriz cultural que legitima a subordinação das mulheres à vontade masculina, perpetuando assim as desigualdades de gênero.

Referências

- AGENDE. 16 dias de Ativismo pelo fim da Violência contra a Mulher. Vídeo 1. 2008. 7'43''.
- AZAMBUJA, M.P.R.; NOGUEIRA, C. Introdução à violência contra as mulheres como um problema de direitos humanos e de saúde pública. **Saúde Soc.** São Paulo, v.7.n.3, p.101-112, 2008.
- BANDEIRA; L. Três décadas de resistência feminista contra sexismo e violência feminina no Brasil: 1976 a 2006. **Sociedade e Estado**, Brasília, v.24, n.2, p.401-438, maio-agosto, 2009.
- BARSTED, L.L O Progresso das Mulheres no Enfrentamento da Violência In: BARSTED, L.L.; PITANGUY, J. (Orgs). **O Progresso das Mulheres no Brasil. 2003-2010.** Rio de Janeiro: CEPIA, Brasília: ONU Mulheres, 2011, 346-382.
- BLAY, E.A. Violência contra a mulher e políticas públicas. **Estudos Avançados**, 17 (49), 2003.
- BRASIL. Lei 11.340 (Maria da Penha), de 7 de agosto de 2006. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 8 de agosto de 2006. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2004-2006/2006/lei/111340.htm. Acessado em: 10/09/2011.
- COSTA, A.A.A. O movimento feminista no Brasil: dinâmicas de uma intervenção política. **Niterói**, v.5, n.2, p.9-35, 1º sem. 2005.
- DEBERT, G.G.; GREGORI, M.F. Violência e gênero: novas propostas e velhos dilemas. **RBCS**, Vol. 23, nº 66, fevereiro/2008. 165-185.
- DINIZ, S.G. Violência contra a mulher: estratégias e respostas do movimento feminista no Brasil (1980-2005). In: DINIZ, S.G.; MIRIM, L.; SILVEIRA, L. (Org.) **Vinte e cinco anos de respostas brasileiras em violência contra a mulher.** São Paulo. Ed. Coletivo Feminista, 2006, v.1, p.15-44.
- D'OLIVEIRA, A.F.P.L.; SCHRAIBER, L.B. Violência contra mulheres: interfaces com a saúde. **Interfaces - Comunicação, Saúde, Educação**, 3(5), p.11-26. 1999.
- GROSSI, M.P. Novas/velhas violências contra a mulher no Brasil. **Estudos Feministas**, N.E., 1994, 473-484
- GROSSI, M.P.; MINELLA, L.S.; PORTO, R. **Depoimentos: trinta anos de pesquisas feministas sobre violência.** Editora Mulheres, Ilha de Santa Catarina: 2006.
- LEON, M. El empoderamiento de las mujeres: Encuentro del primer Y tercer mundos em los estudios de género. **La Ventana**, n.13, p.94-106, 2001

MACIEL, D.A. Ação coletiva, mobilização do direito e instituições políticas: o caso da Campanha Lei Maria da Penha. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, vol.26, n.77, outubro, 2011.

MARINHO, A.L.V.; VIEIRA, E.M.; SOUZA, L. Prevalência da violência contra a mulher usuária de serviço de saúde. *Rev. de Saúde Pública*, 40(4), 604-10, 2006.

MEDRADO, B.; MELLO, R.P. Posicionamentos críticos e éticos sobre violência contra as mulheres. **Psicologia & Sociedade**, 20, Edição Especial, 78-86, 2008.

MORENO; HEISE, 2002. Violência entre Parceiros Íntimos. In: KRUG, E.G. et al. **Relatório Mundial sobre Violência e Saúde**. Geneva: Organização Mundial de Saúde, 2002.

NOBRE, M.; FARIA, N. Feminismo em Movimento: temas e processos organizativos da Marcha Mundial das Mulheres no Fórum Social Mundial. **Estudos Feministas**, Florianópolis, 11(2): 360, julho-dezembro, 2003.

PIOVESAN, F.; PIMENTEL, S. (coord.). CEDAW. Relatório nacional brasileiro: Convenção sobre a eliminação de todas as formas de discriminação contra a mulher, Protocolo facultativo Brasília: **Ministério das Relações Exteriores, Ministério da Justiça, Secretária do Estado dos Direitos da Mulher**. 256p. 2002

PITANGUY, J. Advocacy e Direitos Humanos. In: BARSTED, L.L.; PITANGUY, J. (Orgs). **O Progresso das Mulheres no Brasil. 2003-2010**. Rio de Janeiro: CEPIA, Brasília: ONU Mulheres, 2011, 20-56.

PITANGUY, J.; BARSTED, L.L. O. Um instrumento de conhecimento e de atuação política. In: BARSTED, L.L.; PITANGUY, J. (Orgs). **O Progresso das Mulheres no Brasil. 2003-2010**. Rio de Janeiro: CEPIA, Brasília: ONU Mulheres, 2011, 15-18.

REICHENHEIM, M.E.; MORAES, C.L., SKLO, A.; HASSELMANN, M.H.; SOUZA, E.R.; LOZANA, J.A. et al. The magnitude of intimate partner violence in Brazil: portraits from 15 capital cities and the Federal District. **Cad Saúde Pública**, 2006; 22(2):425-37.

SANTOS, C.M. Da Delegacia da Mulher à Lei Maria da Penha: lutas feministas e políticas sobre violência contra a mulher no Brasil. **Oficina do CES**, março de 2008.

SANTOS, C.M. Da delegacia da mulher à Lei Maria da Penha: Absorção/tradução de demandas feministas pelo Estado. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, 89, Junho 2010: 153-170.

SANTOS, C:M.; IZUMINO, W.P. Violência contra as Mulheres e Violência de Gênero: Notas de Estudos Feministas no Brasil. **E.I.A.L.**, Vol. 16 - nº 1 (2005).

SARTI, C.A. O feminismo brasileiro desde os anos de 1970: revisitando uma trajetória. **Estudos Feministas**, Florianópolis, 12(2):264, maio-agosto/2004. 35-50.

SCHRAIBER, L.B et al. Violência contra mulher: estudo em uma unidade de atenção primária à saúde. **Revista de Saúde Pública**, 36:4. pp. 470/7, São Paulo. 2002

SCHRAIBER, L.B et al. **Violência dói e não é direito: a violência contra a mulher, a saúde e os direitos humanos**. São Paulo: Editora UNESP, 2005.

SCHRAIBER, L.B. e tal. Prevalência da violência contra a mulher por parceiro íntimo em regiões do Brasil. **Rev. Saúde Pública**. Vol.41, n.5, 2007.

SCHRAIBER, L.B.; D'OLIVEIRA, A.F.P.L.; PORTELLA, A.P.; MENICUCCI, E. Violência de gênero no campo da Saúde Coletiva: conquistas e desafios. **Ciência e Saúde Coletiva**, 14(4):1019-1027, 2009.

SCHUMAHER, M.A.; VARGAS, E. Lugar no Governo: alibi ou conquista? **Estudos Feministas**, ano 1, 2º semestre, 1993, 348-64.

ARTIGO 3

RESUMO

Sentidos da violência e gênero em materiais de campanhas sobre a violência contra as mulheres.

O presente artigo busca analisar os discursos sobre violência contra as mulheres presentes em materiais audiovisuais produzidos por campanhas educativas brasileiras. Os vídeos foram tomados como textos e analisados a partir de categorias teóricas baseadas na hermenêutica interpretativa, são elas: conteúdo proposicional, leitor implicado, relação autor e leitor e observando os significados de violência e gênero propostos no texto. Foram selecionados sete vídeos provenientes de campanhas educativas sobre violência contra as mulheres realizadas por organizações não-governamentais em parceria com agências governamentais e internacionais. No primeiro momento foram analisados os sentidos de violência e gênero para os sete vídeos e em seguida foram as análises foram aprofundadas em três vídeos selecionados.

Palavras-chave: violência contra as mulheres; campanhas de prevenção; hermenêutica

ABSTRACT

Senses of violence and gender in campaign on violence against women materials.

This article aims to analyze the discourses on violence against women present in Brazilian audiovisual materials produced by educational campaigns. The videos were taken and analyzed texts from the theoretical categories based on the interpretive hermeneutics, they are: propositional content, implied reader, relationship author and reader and noting the significance of violence and gender in the proposed text. Seven videos from educational campaigns on violence against women conducted by non-governmental organizations in partnership with government and international agencies were selected. At first the senses of violence and gender were analyzed for the seven videos and thereafter analyzes were detailed in three selected videos.

Keywords: violence against women; prevention campaigns; hermeneutics

Sentidos da violência e gênero em materiais de campanhas sobre a violência contra as mulheres.

1. Introdução

Nos últimos 40 anos a temática sobre a violência contra as mulheres tem alcançado uma crescente visibilidade em diferentes espaços sociais, nos cenários local e mundial. A violência contra as mulheres é um problema antigo e presente em diferentes sociedades. Entendê-la sob a perspectiva de gênero significa reconhecê-la como a possibilidade de uma mulher, ou menina, sofrer algum tipo de violência, pelo fato de ser mulher.

A despeito das conquistas e do amplo reconhecimento de sua relevância, o problema da violência continua sendo alarmante em diversas partes do mundo, mostrando a necessidade de novos e contínuos esforços para o seu enfrentamento, no contexto brasileiro, mas também internacional. Neste sentido, em 2002, o Relatório Mundial Violência e Saúde da OMS incluiu 48 investigações, nas quais revela-se que 10% a 69% das mulheres relataram algum episódio de violência física cometida por seus parceiros ao longo da vida, enquanto que 3% a 27% informaram terem sido agredidas no ano anterior à pesquisa (HEISE & MORENO, 2002). No Brasil, o padrão dos homicídios em mulheres está localizado prioritariamente na esfera doméstica, tendo como principal agressor o parceiro, ou ex-parceiro, da vítima (WAISELFISZ, 2012). Apesar da insuficiência de dados produzidos para um melhor detalhamento da situação no Brasil, WAISELFISZ (2012) afirma que seus resultados apontam para escassez de políticas de prevenção da violência contra as mulheres.

A realização de campanhas educativas de conscientização pública e inaceitabilidade da violência contra as mulheres foi recomendada ao Governo brasileiro pelo Comitê da CEDAW²³ como importante estratégia de enfrentamento do problema a partir de diferentes frentes de atuação. Com a criação da Lei Maria da Penha (Brasil, 2006), as campanhas voltadas para o enfrentamento da violência contra as mulheres configuram como importantes ações de prevenção que devem ser realizadas pelas três instâncias de governo (municípios, estado e união).

²³O CEDAW é o comitê criado na Conferência Internacional pela Eliminação de Todas as Formas de Violência Comentários do Comitê da CEDAW sobre a Eliminação da Violência contra a Mulher no Brasil, comentário de n. 22, na página 05, disponível em <http://www.sepm.gov.br/Articulacao/articulacao-internacional/recomendacoes-cedaw-portugues.pdf>

Nos últimos 10 anos, pode-se identificar um grupo de campanhas realizadas principalmente por organizações feministas, agências governamentais e órgãos internacionais, nos níveis nacional e locais. No entanto, observa-se também a inexistência de avaliações dos resultados alcançados com estas iniciativas. Situação semelhante foi apontada por Heise e Moreno (2002) em um levantamento de campanhas e outras intervenções educativas voltadas para a prevenção da violência contra a mulher, realizadas em diversos países.

O presente artigo busca analisar os discursos sobre violência contra as mulheres presentes em materiais audiovisuais produzidos por campanhas educativas brasileiras. Para isto, se propõe a analisar os sentidos presentes no texto, baseado no referencial da hermenêutica interpretativa de Paul Ricoeur.

2. Referencial teórico-metodológico

A interpretação, em Paul Ricoeur (1997), aplicada à análise de textos, se diferencia da tradição que atribui ao mundo interno do texto todas as características necessárias à sua interpretação, uma tradição que restringe a interpretação às leis internas do texto, fundamentadas na semiótica, cujos principais autores são Saussure e Charles Peirce. Segundo o autor, para além das leis internas do texto é importante necessário considerar a significação.

Na Teoria da Interpretação de Ricoeur (2009, p. 25), ele argumenta que, no trabalho de interpretação, o que se quer compreender de um texto não é o evento (alguém falando), mas a sua significação. Afirma que “Se todo discurso se actualiza como um evento, todo discurso é compreendido como significação”, e designa por significação ou sentido, o *conteúdo proposicional* de um texto, ou seja, “o entrelaçamento do nome e do verbo”.

Em Tempo e Narrativa o autor propõe que a análise da inovação semântica do enredo da narrativa é o *locus* privilegiado, em que se estruturam/escondem os sentidos (Ricoeur, 1997).

Ademais, para Ricoeur (2009), o que se comunica, se transfere de uma esfera da vida para a outra, não é a experiência, mas a sua significação (p.30). Para ele “A experiência, como vivida, permanece privada, mas o seu sentido, a sua significação torna-se pública.” Ricoeur ressalta ainda que, o que se comunica no evento do diálogo (que liga os eventos do locutor e do ouvinte), além do conteúdo proposicional, é o sentido, de modo que “a mensagem tem o fundamento da sua comunicabilidade na estrutura de sua significação” (2009, p.31).

Assim,

Ao falarmos de alguém, apontamos para a única coisa que queremos dizer graças aos **dispositivos públicos** dos nomes próprios, demonstrativos e descrições definidas. Ajudo o outro a identificar o mesmo elemento para o qual aponto, graças aos dispositivos gramaticais que fornecem a própria experiência singular com uma dimensão pública. (p.31) [grifo nosso].

Contudo, destaca Ricoeur, o diálogo é o contexto que permite “reduzir a pluralidade das interpretações possíveis, a ambiguidade do discurso que resulta da polissemia não filtrada das palavras” (2009, p. 31).

A partir da leitura de Ricoeur (1997b), entende-se neste estudo, que o texto só ganha sentido pela interpretação do leitor, em um determinado contexto, em que o diálogo texto e intérprete se dá, pois, o estatuto ontológico do texto permanece suspenso, à espera da sua leitura. É somente mediante a leitura que o processo interpretativo realiza-se plenamente.

Contudo, o texto traz em si uma proposição de significado/sentido, que é própria do autor/locutor. Ou seja, Ricoeur (1997) um sentido do autor/locutor, que utiliza um conjunto de dispositivos para seduzir, convencer, persuadir o leitor/ouvinte. Desse modo, Ricoeur (1997) retira o leitor da posição de um complemento para um lugar ativo, examinando a retórica entre o texto e o leitor, na qual o leitor acompanha o texto. Sem leitor que o acompanhe não há ato configurante em ação no texto; não há ato configurante sem leitor que se aproprie do texto; não há mundo desdobrado diante do texto.

Comentando as teses principais da estética da recepção de Jauss, Ricoeur (1997) afirma que a tese principal, da qual todas derivam, é a de que há significação de uma obra literária que se baseia na relação dialógica, instaurada entre ele e seu público em cada época.

Isso equivale a incluir o efeito produzido de uma obra, isto é, o sentido que um público lhe atribui, no perímetro mesmo da obra. Ou seja, o sentido define a obra ou faz parte de uma obra, constitui a obra.

Vale dizer que Ricoeur vê as estruturas de significação ao interior da obra – o texto- na forma de prescrições de leitura do texto. Em “O mundo do texto e o mundo do leitor” (RICOEUR, 1997), o autor analisa a estratégia de persuasão que tem como alvo o leitor, ressaltando que é o autor que fomenta tal estratégia e o leitor (sujeito que lê ou público receptor), responde a essa estratégia, acompanhando a configuração e apropriando-se da proposta do mundo do texto.

Para isso privilegia o exame da retórica “arte pela qual o autor (orador) visa persuadir seu auditório” (retórica de ficção), na qual se estabelece um pacto de confiança entre autor e leitor que corrige a violência dissimulada em toda estratégia de persuasão.

Na retórica, as técnicas estão assinaladas na obra e a única autoridade que está em jogo é a do autor implicado e não o autor real, que são, para Ricoeur (1997), figuras diferentes. Por *autor implicado* entende aquele que tem voz narrativa a partir de um ponto de vista próprio (estratégias pelas quais ele se faz presente no texto) e possui o direito de descrever o interior das almas, como parte de um pacto de confiança.

O autor faz uma crítica à retórica da leitura, argumentando que lhe falta a dialética do leitor. Argumenta que a retórica de ficção centrada no autor encontra seu limite na medida em que só conhece a iniciativa de um autor ávido de comunicar sua visão das coisas, sem a contrapartida dialética do leitor, posto que afirma que o autor cria o leitor. A teorização da leitura permite verificar que na retórica da leitura o leitor é construído no e pelo texto - e por isso é retórica. Para Ricoeur, a função da literatura é contribuir para fazer aparecer um leitor de novo tipo - o leitor desconfiado - em que a leitura passa a ser um combate do leitor com o autor implicado, que o reconduz a si mesmo.

Assim, entende-se neste estudo que os textos trazem em si prescrições de leitura e é a interpretação que revela a sua estrutura. Mas, se “*De tanto procurar a ‘leitura no texto’ o que se encontra é uma escrita que só se deixa interpretar em função das interpretações que ela abre*” (RICOEUR, 1997, p.276), entende-se que a estrutura é apenas um efeito de leitura e a leitura já não é o que o texto prescreve, mas é o que revela a estrutura por meio da interpretação.

Desse modo, Ricoeur identifica um paradoxo entre a prescrição contida no texto e a indeterminação e incerteza que permite a leitura reflexionante. Para o autor, “*a leitura está no texto, mas a escrita do texto antecipa as leituras futuras*” (RICOEUR, 1997, p. 283). Por isso, o texto que deveria prescrever as leituras é atingido pela mesma indeterminação e incerteza que as leituras futuras.

Para investigar a relação que se estabelece entre autor e leitor mediante o ato da leitura, Ricoeur (1997b) recorre a diferentes escolas da teoria literária e, ao estabelecer um panorama de suas principais contribuições, desenvolve as categorias *autor implicado* e *leitor implicado*, buscando compreender a relação que se estabelece entre o autor e o leitor no texto, ou a *fusão*

de horizontes entre o mundo do texto e o mundo do leitor²⁴, como denomina Ricoeur (1997b). A categoria de *autor implicado* está relacionada à estratégia utilizada pelo autor para compor a narrativa, através do uso de técnicas retóricas capazes de persuadir o leitor. Para o autor (1997b) é através desta estratégia que o autor real coloca-se presente na obra, tornando-se assim um *autor implicado* na narrativa. Todavia, o *autor implicado* é um disfarce do autor real, que se transforma em narrador imanente à obra, mediante o uso da *voz narrativa*.

Enquanto o autor real apaga-se no *autor implicado*, o *leitor implicado* ganha corpo no leitor real. O *leitor implicado* é então um papel reservado ao leitor real pelas instruções do texto. O *leitor implicado* é, assim, uma categoria de análise literária *compatível com a semântica do texto*, assim como o *autor implicado*. Ambos são construídos nos textos e “*são correlatos ficcionalizados de seres reais: o autor implicado identifica-se com o estilo singular da obra; o leitor implicado com o destinatário a que se dirige o destinador da obra*” (RICOEUR, 1997b, p. 292). O *leitor implicado* parece virtual enquanto não é actualizado através do leitor real.

Em sua obra “O que é um texto”, Ricoeur (1997) argumenta que todo texto tem uma referência e é precedido da fala e que, no texto que ocupa o lugar da fala, o movimento de referência é interceptado (e não suprimido), ao mesmo tempo que o diálogo é interrompido pelo texto. Assim, o texto para Ricoeur não é sem referência, e a tarefa da leitura, enquanto interpretação, será a de efetuar a referência. Para ele, “(...) *cada texto é livre para entrar em relação com todos os outros textos que venham a tomar o lugar da realidade circunstancial indicada pela fala viva*” (p. 145).

No texto escrito, distancia-se o sujeito falante de sua própria fala e estabelece-se a complexa relação do autor com o texto que permite dizer que o autor é instituído pelo texto, que ele próprio se mantém no espaço de significação traçado e inscrito pela escrita; o texto é exatamente o lugar onde o autor sobrevive” (p. 145).

Apesar de toda a obra de Ricoeur estar voltada para o texto escrito, considerando que este só se diferencia da fala pela sua fixação, neste estudo que analisa vídeos, recorre-se a Ricoeur em função da riqueza de sua teoria para o estudo da relação texto- referência, mundo do autor x mundo do leitor. Contudo, o texto audiovisual guarda especificidades que devem ser consideradas para a análise. A primeira delas é que o texto áudio visual, material a ser

²⁴ A fusão de horizonte é um conceito da obra de Gadamer que Ricoeur utiliza em sua análise.

estudado, coloca a interação autor/leitor, ouvinte/audiência, no âmbito da tele-experiência. O autor se faz presente por uma imagem e/ou uma voz. A relação face a face, a situação, a ambiência, o meio circunstancial do discurso, onde o discurso é plenamente significante, pois o remete para a realidade em torno reclamada por Ricoeur quando diferencia a fala da escrita, são devolvidas ao leitor/audiência por meio de imagens em movimento. Cabe refletir se isso reduz a distância entre a fala e obra. Reduziria também a indeterminação da interpretação? Aumentaria o poder de persuasão da obra?

O objeto de análise neste estudo são textos audiovisuais de campanhas de prevenção da violência contra as mulheres, que tentam *persuadir* a audiência. Interroga-se sobre eles, neste artigo: Que sentidos são propostos ao público sobre a violência contra as mulheres?

A persuasão, na teoria de atos de linguagem de Ricoeur, pode ser descrita como um o *ato perlocucionário* (o que se faz através do ato de falar), tal como assustar, seduzir, convencer, etc e é, segundo o autor, o ato de linguagem mais comunicável e nele o não linguístico tem prioridade sobre os atos linguísticos. O que se define então como o não linguístico para a análise dos materiais audiovisuais?

Considera-se que, em se tratando de imagem em movimento (vídeos), é necessário recorrer à análise de outros dispositivos de construção dos sentidos, que seriam comparáveis aos que Ricoeur aponta como próprios para a análise dos atos ilocucionários (pertinentes à intencionalidade do autor), e seriam dispositivos correlatos das marcas linguísticas de enunciação oral (pontos de exclamação, interrogação), que indicam expressões fisionômicas ou gestuais, dentre outros.

Massimo Canevacci (2009) identifica na montagem o método de produção de sentidos da comunicação visual. Segundo esse autor, “*A comunicação visual não se apresenta linear, mas como artifício composto por misturas contínuas, trocas e interfaces de visões, associações e abstrações*” (p.94). Considera que o que distingue a escritura de outras formas de linguagem,

particularmente a visual dos meios de comunicação de massa, é que a primeira segue um desenvolvimento sintagmático, no qual a corrente significante se define de acordo com a ordem unidirecional das palavras, como numa melodia; enquanto alguns setores da mídia podem produzir uma linguagem paradigmática pela qual “falamos” simultaneamente uma multiplicidade de linguagens diferentes – como uma estrutura harmônica. (p.95).

O autor ressalta a característica do meio digital que permite multiplicar os sinais por unidade de imagem, de modo que a mensagem da mídia se torna mais penetrante na percepção dos espectadores. Comentários internos, externos, ruídos, músicas, técnicas corporais, cor, escrita, movimentos de câmera, são alguns dos códigos citados pelo autor. Estes podem deixar o espectador em uma situação ambivalente em relação à mensagem de caráter hipertextual (CANEVACCI, 2009).

Para Vanoye e Goliot-Lété (2012), a análise de um filme, ou um fragmento, exige a decomposição de seus elementos constitutivos: “*É despedaçar, descosturar, desunir, extrair separar, destacar e denominar materiais que não se percebem isoladamente a “olho nu”, uma vez que o filme é tomado pela totalidade*” (p.14), o que pode ser feito de forma mais ou menos aprofundada. Em seguida é preciso reconstruí-lo buscando compreender como esses elementos “se associam e se tornam cúmplices para fazer surgir um todo significante”. Tal reconstrução, ressalta o autor, é uma criação (uma interpretação), do analista, uma ficção criada por este dentro de limites estritos, mas que faz com que o filme exista. Destaca contudo que o filme é o porto de partida e o ponto de chegada, de modo que após a “criação/reconstrução”, é preciso retornar ao filme quantas vezes for necessário em um movimento de análise não linear. Assim, o trabalho de análise inclui: desconstrução/descrição e reconstrução/interpretação.

2. 1. Procedimentos metodológicos

Para o desenvolvimento desta pesquisa foram selecionados 07 vídeos provenientes de campanhas brasileiras sobre violência contra as mulheres, realizadas entre os anos de 2004 a 2011²⁵. Estes produtos são parte integrante do conjunto de materiais midiáticos que compõem diferentes campanhas educativas sobre a temática realizadas por organizações não-governamentais e agências internacionais em parceria com o Governo Federal, especialmente elaboradas para a realidade brasileira.

A opção em trabalhar com materiais audiovisuais justifica-se porque os mesmos estiveram mais acessíveis à pesquisa, permitem maior clareza na exposição dos discursos veiculados e possibilitam melhor interação com a audiência.

²⁵ Este período foi definido de acordo com a disponibilidade do material: o mais antigo foi produzido em 2004, e o corte em 2011 justifica-se por ser este o período de realização do trabalho de campo, momento posterior da pesquisa.

Os vídeos foram identificados nos sites das organizações proponentes e no *youtube* (www.youtube.com), todos disponíveis neste último. Para a seleção dos mesmos, foram considerados ainda os seguintes critérios: ano de elaboração; destinatários potenciais (mulheres, homens e sociedade em geral); os emissores (organizações não governamentais e agências internacionais) e a diversidade das abordagens utilizadas (ficção, depoimentos reais, participação de artistas). Informações gerais sobre cada vídeo (nome, ano, duração, endereço na internet, campanha a qual pertence), bem como a descrição literal dos roteiros e comentários encontram-se apresentados em anexo. A ordem de apresentação dos vídeos levou em consideração o período do seu lançamento (do mais antigo ao mais recente).

Os vídeos neste estudo são tomados como textos e foram analisados a partir das categorias teóricas oriundas da Teoria da Interpretação de Ricoeur, a saber: *conteúdo proposicional*, *leitor implicado*, *relação autor e leitor*, observando-se os significados de violência e gênero propostos no texto.

3. Resultados e discussão:

Os vídeos selecionados foram reunidos em três subgrupos de acordo com os sentidos para a violência contra as mulheres, identificados a partir da análise dos principais conteúdos proposicionais que estruturam os textos/discursos analisados e da relação com o leitor. Estes enfatizam distintas dimensões do fenômeno: comportamental, relacional e social.

Inicialmente serão apresentados os três tipos que foram categorizados, para em seguida demonstrar a análise dos sentidos e significados.

3. 1. Sentidos de violência e gênero

Diante do imperativo de problematizar e explicar as persistentes desigualdades entre homens e mulheres, o termo gênero passou a ser utilizado nas investigações de orientação feminista como uma categoria analítica. Gênero é entendido neste estudo como “*um elemento constitutivo de relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos e uma forma primária de dar significado às relações de poder*” (SCOTT, 1995, p.86).

Ao entender gênero fundamentalmente como uma construção social – e, histórica -, deve-se considerar a sua pluralidade enquanto conceito, ou seja, a presença de concepções diversificadas de feminino e masculino que são articuladas no interior de uma sociedade, considerando outras especificidades, como classe e a raça (SCOTT, 1998; DEBERT e

GREGORI, 2008). Esse aspecto do conceito contrapõe-se à noção de essencialidade presente na dicotomia homem e mulher, e aponta para reflexões mais profundas sobre processos de construções socialmente determinados.

De acordo com essa perspectiva, a incorporação mais efetiva da construção social de gênero, e como esta se estabelece no âmbito das relações de intimidade, permite depreender que as relações de poder são muito mais explicativas da condição de violência do que a concepção de vítima ou cúmplice. Ou seja, mesmo que a mulher possa ser também sujeito da violência, essa condição revela uma consciência mediatizada pela concepção dominante da sociedade, que atribui uma valoração diferenciada ao masculino.

A dominação masculina, segundo Bourdieu (1999), consiste numa violência simbólica, muitas vezes invisível às vítimas, que se exerce pelas vias da comunicação e do conhecimento e se afirma e confirma nas estruturas sociais. O que permite apreender que gênero é mais do que uma aprendizagem de papéis, sendo constituído e instituído por diversas instâncias e relações sociais.

Cabe então nesta análise dos discursos dos produtos comunicativos, a compreensão dos sentidos sobre os diferenciais de gênero, entendendo que a violência contra as mulheres é uma expressão das desigualdades vivenciadas por mulheres e homens na relações sociais.

Da análise realizada é possível agregar os vídeos em quatro tipos de discurso identificados, para buscar os correspondentes sentidos de violência relacionada as gênero, explicitados no Quadro 1.

Quadro 1 – Significados da violência e gênero

Vídeo-ano	Significados de violência e gênero	Sentido
1. Onde tem violência todo mundo perde – spot bar- 2004	Violência decorre do comportamento do homem. A atitude de constrangimento pode mudar o comportamento.	Comportamental
2. Deixa de Esconder - 2005	A mulher oculta a violência sofrida no espaço doméstico. Ocultação como causa violência.	Comportamental
3. VT3 - Campanha 16 dias de ativismo 2007	A violência entre parceiros íntimos pode ser superada.	Relacional
4. VT03 - 16 dias de ativismo – 2008	A violência é um fenômeno social mais amplo. Requer atitudes e comprometimento de toda a sociedade.	Social

5. Campanha do Laço Branco - 2008	A violência não é natural, é cultural. Violência contra as mulheres como oposto dos valores: fraqueza ou boabeira, masculinidade.	Comportamental
6. Mulheres e direitos – Lavadeiras – 2011	A violência não é só física, pode ser psicológica e verbal. A mulher é um sujeito ativo / capaz de reconhecer as formas de violência que antecedem a agressão física.	Relacional
7. Mulheres e direitos - Artistas – 2011	Violência é crime. A mulher tem direitos iguais aos dos homens.	Social

3.1.1. Sentidos de violência e gênero (comportamental) 1, 2, 5

Nesta categoria se encontram os vídeos 1,2,5 que apresentam, como característica comum, os argumentos de seus discursos centrados no estímulo à mudança de comportamento dos protagonistas, como principal estratégia de enfrentamento da violência contra as mulheres. No primeiro, o foco está na crítica ao argumento de que o homem bate na mulher quando consome bebida alcoólica e perde o controle; no segundo, o comportamento refutado é o da ocultação da agressão pela própria mulher; e no terceiro refuta-se a naturalização da violência masculina contra as mulheres.

No vídeo 1, a violência abordada é uma violência física contra a mulher que acontece no ambiente doméstico em uma relação de intimidade. A mulher ocupa o lugar de vítima e o homem o de agressor. O universo feminino não é abordado na narrativa, nem as condições em que ocorre o ato violento.

A expressão "*homem que é homem ...*" é presente em diversos dizeres conhecidos na cultura brasileira. Um exercício de memória poderá sugerir diferentes formas de dar continuidade a este início de frase, tais como "*não chora*", "*não apanha*", "*é mais forte que a mulher*", "*não leva desaforo para casa*", entre outros. Mas, quem é afinal, o homem que não é homem? No imaginário social, construído a partir destes próprios dizeres, ele é "*uma mulherzinha*". É alguém frágil, incapaz de resolver os próprios problemas e que necessita da intervenção de terceiros ou em outras palavras, é um homem desprovido de características "masculinas". Estes discursos que sempre estiveram relacionados com a educação dos meninos e a sua diferenciação das meninas funcionam como bases para a construção de uma sociabilidade baseada nos estereótipos de gênero.

Todavia, é necessário reconhecer que a aplicação aqui do radical "*homem que é homem*" é inversa ao seu uso no senso comum. Esta estratégia, mais uma vez, revela a intenção do enunciador de desconstrução da masculinidade como essencialmente violenta. De acordo com lógica do senso comum, "*homem que é homem*" seria exatamente o homem que agride a mulher, aqui, entretanto, o significado é o contrário.

No vídeo 5, os *significados de violência e gênero* veiculados nos materiais: a estatística apresentada no início do vídeo aborda a violência física e sexual cometidas por homens contra as mulheres no Brasil. O tipo de violência abordada no material não se restringe às que acontecem nas relações de intimidade, na vida privada ou no ambiente doméstico. O texto trata de um conjunto mais amplo de violências que tem em comum o fato de serem cometidas contra as mulheres, exatamente por serem mulheres, independente das relações existentes entre eles ou dos espaços de sua ocorrência.

O homem é colocado no lugar do agressor e a mulher de sua vítima, mas o discurso não se limita a esta única possibilidade de masculinidade. O modelo de masculinidade como violenta é questionado ao se apresentar homens (os atores) que se posicionam contra as diferentes formas de violência, praticadas pelos homens contra as mulheres e assumem que o enfrentamento do problema exige uma mudança no comportamento dos próprios homens.

Essa desconstrução é operacionalizada principalmente mediante a construção de um paralelo que se estabelece na relação entre homens e violência presente nestes três vídeos, apesar de assumirem contornos diferentes em suas narrativas. Os homens são separados em dois grupos, de um lado os que exercem este tipo de violência e/ou a banalizam e, de outro os homens que não a aceitam, nem a reproduzem.

Esta construção que divide os homens em dois grupos com posicionamentos opostos em relação à violência contra as mulheres remete diretamente à Campanha Internacional do Laço Branco, como ficou conhecida no Brasil, ou White Ribbon Campaign, nome original no momento de sua criação no Canadá²⁶. Ela consiste em um movimento social de homens organizados que decidiram assumir um posicionamento político contrário a qualquer tipo de violência contra as mulheres, sofrida em razão de sua condição de gênero e, assim, se

²⁶ A Campanha do Laço Branco Homens pelo Fim da Violência foi criada no Canadá após a tragédia ocorrida em 06 de dezembro de 1989, com o assassinato de 14 estudantes do sexo feminino em uma sala de aula da Faculdade de Engenharia da Universidade de Montreal²⁶, no Canadá.

diferenciam do grupo masculino composto pelos agressores ou outros que sustentam, de alguma forma, este tipo de violência (WOOD, 2006; LIMA, BUCHELE e CLÍMACO, 2008).

No vídeo 1, esta construção é bastante evidente, pois os dois posicionamentos se fazem presentes na própria narrativa. De um lado, está o Chico que agrediu a mulher na noite anterior e do outro, os três amigos que o repreendem e se posicionam contra este tipo de comportamento. A fala do narrador reforça o posicionamento defendido no texto que separa claramente os homens em dois grupos e sentencia "*homem que é homem não bate*".

No vídeo 5, o posicionamento assumido no discurso é apresentado pelos protagonistas de forma incisiva, direta e sem questionamentos. O paralelo se estabelece entre o discurso veiculado e os demais discursos sociais pré-existentes que naturalizam e banalizam este tipo de violência: "*O silêncio é cúmplice da violência*", "*Agressão não é sinal de força, é covardia*". "*Nada justifica a indiferença diante da agressão*". "*(..) não tem graça nenhuma*". Estes trechos são textos ilustrativos das relações dialógicas inerentes à constituição de todo discurso, como aponta Bakhtin (2009).

No vídeo 2, os significados de violência e gênero veiculados nos materiais aborda a violência física, a mais visível e identificável entre todas, por deixar marcas que permitem o seu reconhecimento. Neste vídeo, a ênfase na importância da denúncia é quase impositiva. A protagonista aparece machucada e insegura, criando desculpas para esconder a violência vivida e, praticamente é responsabilizada por isto. Na narrativa não ocorre a problematização das dificuldades vivenciadas pelas mulheres para denunciar seus agressores, bastante presente nos estudos que abordam a temática (BRANDÃO, 1998, 2006).

A ideia de violência abordada no vídeo é da violência doméstica, a que acontece dentro de casa, espaço do qual ela sai ao trancar a porta. O vídeo traz uma clara demarcação entre o espaço privado e do espaço público, ambos sinalizados por portas: a da saída de casa e a que fica entre a escada e a rua. A cena acontece nesse espaço intermediário, onde se dá a criação da versão que ela irá apresentar no espaço público, deformando a realidade que aconteceu no espaço privado. Nesse espaço a protagonista está sozinha, exposta, pois a sua realidade é revelada: ela sofre violência em sua vida privada e esconde isso em sua vida pública. As cenas escuras, sem luz, contribuem para a construção de uma situação de pouca clareza em que se encontra a protagonista.

O texto apresentado no vídeo requer algumas reflexões críticas quanto a seu limite enquanto estratégias de prevenção da violência, ressaltando-se que a ênfase do discurso na denúncia pode ser considerada limitante por não permitir a problematização das dificuldades e/ou ambiguidades que uma mulher pode sentir ao denunciar seu agressor, com quem também mantém uma relação de intimidade. Este aspecto tem sido bastante tematizado nos estudos sobre a violência (BRANDÃO, 1998, 2006; PERSEU ABRAMO, 2001; PARENTE et al. 2009).

Ademais, o discurso estruturado unicamente na denúncia poderá contribuir, ainda, para um argumento de culpabilização da vítima, ou seja, fortalecer a ideia de que a mulher tem alguma responsabilidade pela situação vivida, resignada, sofre calada e não denuncia a violência sofrida.

Tal interpretação induz a uma compreensão simplista de um problema que demanda análises mais sofisticadas. Como efeito, tal discurso pode contribuir para o isolamento social ainda maior destas mulheres e o fortalecimento de preconceitos culturais arraigados na visão de que a mulher se mantém em uma relação violenta por seu desejo.

3.2. Significados de violência e gênero (relacional) 3, 6

Nesta categoria estão incluídos os vídeos 3 e 6, que têm como característica comum o fato de os discursos serem construídos a partir de uma perspectiva feminina da experiência de vivenciar uma relação de violência com seus parceiros íntimos do sexo oposto.

Os significados de violência e gênero do vídeo 3: a violência abordada acontece nas relações de casal, inclui desde ameaças até a violência física. A mulher aparece no lugar de vítima e o homem no lugar do agressor. Apesar do medo e das agressões, a mulher é vista como alguém capaz de realizar a denúncia e superar a situação.

As protagonistas são mulheres que vivenciaram relações violentas, denunciaram seus agressores e deixaram esses relacionamentos. Os depoimentos reais abordam as ameaças e agressões sofridas, os receios e medos que sentiram ao denunciarem seus companheiros e a continuidade de suas vidas após a superação da violência. O material é construído com um forte apelo emocional e busca comover os telespectadores, mas as protagonistas se

apresentaram como autoras da própria decisão e podem neste momento compartilhar suas experiências com outras mulheres.

Os significados de violência e gênero no vídeo 6: a violência abordada é um tipo mais sutil, menos perceptível, e por isso, também, banalizada na sociedade. O homem é colocado no lugar do agressor, mas a mulher não aceita o lugar de vítima. Ela é segura, capaz de reconhecer a violência vivida e de por fim a um relacionamento que não a satisfaça. As formas de violência menos severa, tais como as agressões verbais e psicológicas, são entendidas como parte de um conjunto. Este é o único vídeo, em todo o conjunto, que aborda um tipo de agressão mais sutil, que pode ser entendida como violência simbólica, como propõe Bourdieu (1998). Tem como uma das suas características a dificuldade de seu reconhecimento, inclusive pelas próprias vítimas.

O discurso desconstrói a visão da mulher como dependente de uma presença masculina para afirmar-se socialmente e a coloca em uma posição de sujeito, não de objeto. Essa condição lhe permite fazer escolhas e expressar seus desejos e vontades. A discussão é centrada em uma forma de violência mais sutil, que é a violência psicológica, mas que pode ser extremamente danosa e provocadora de profundas sequelas na saúde mental das mulheres. E é geralmente o passo inicial para tipos de violências mais severas (SOARES, 2001; HEISE e MORENO, 2002; SCHRAIBER, D'OLIVEIRA e COUTO, 2006). A abordagem é feita de forma direta demonstrando o discurso de fortalecimento das mulheres na identificação e não aceitação deste tipo de violência.

A abordagem é inovadora na construção da protagonista como alguém capaz de reconhecer a situação vivida como insatisfatória e de tomar decisões de acordo com os seus sentimentos e vontade. A mulher não ocupa o papel de vítima frágil, incapaz de reagir ou como alguém insegura em relação aos seus sentimentos. No sentido contrário, a protagonista é apresentada como uma mulher forte, segura, que se questiona sobre o que vivencia e confia em seus próprios sentimentos, não assumindo a postura de vítima. Esta é a imagem de uma mulher com a autoestima elevada que dificilmente se manterá em uma situação de violência.

Sendo assim, o discurso "*empoderado*" não é projetado para fora da protagonista, ao contrário, é ela quem o produz: "*(...) quem decide sobre minha roupa, meu corpo, minha vida, sou eu. Se não, prefiro ficar sozinha*" e "*(...) homem nenhum nesse mundo vale você deixar de ser o que é*". O mérito desta construção é o de exatamente inverter a lógica mais

comum nas abordagens sobre o tema. No entanto, as dúvidas, os questionamentos, a insegurança são também abordados na narrativa a partir de uma segunda personagem com quem a protagonista mantém o diálogo. A ênfase deste vídeo está muito mais na capacidade da mulher de reconhecer a situação vivida como violenta, do que na denúncia que acontecerá como uma consequência, um recurso disponível para a garantia de sua segurança e seus direitos.

3.3. Significados de violência e gênero (social) 4, 7

Nesta categoria estão incluídos os vídeos 4 e 7. Os dois têm como característica comum a centralidade da violência contra as mulheres como problema social e pertencente a uma matriz cultural marcada pelas diferenças de gênero.

Significados de violência e gênero do vídeo 4: a violência não é abordada exclusivamente na perspectiva dos envolvidos diretamente na situação, mas como um problema que demanda *comprometimento e atitude* da sociedade. A presença de protagonistas do sexo masculino como figuras-chaves no enfrentamento da violência - os dois policiais e o pai - contribui para a desconstrução social da violência como problema de interesse exclusivo das mulheres ou de sua naturalização por parte dos homens. As mulheres presentes, a liderança comunitária e a ex-vítima de violência são retratadas em posturas atuantes, que não reproduzem uma visão de passividade feminina diante da violência.

No vídeo 7, os significados de violência e gênero presentes no texto tornam-se perceptíveis em um discurso que aborda a violência contra as mulheres que é cometida por homens no âmbito das relações afetivas. O entendimento é que este tipo de violência é resultante das diferenças sociais entre homens e mulheres que se perpetuam na sociedade brasileira, apesar de mudanças sociais visíveis que retratam as conquistas das mulheres no espaço público.

A violência é abordada como algo "próximo" que pode acontecer em todos os grupos sociais, "*(...) um amigo meu bateu na mulher, eu tomei um susto danado, pois percebi que essa violência está mais perto do que a gente imagina*". O reconhecimento da abordagem da violência contra a mulher que acontece no espaço doméstico e familiar se confirma com a presença da Maria da Penha no final da narrativa.

O cenário reproduz um espaço construído socialmente como doméstico, onde se produzem as atividades do funcionamento da casa, tradicionalmente relacionado às imagens do mundo feminino. O recurso utilizado nesta contextualização visa reforçar a ideia de desconstrução dos estereótipos de gênero presente no discurso: as imagens de homens realizando atividades e ocupando espaços tradicionalmente vistos como femininos, parecem afirmar a necessidade de uma flexibilidade dos papéis de gênero.

4. Análise da produção dos sentidos e significados para violência e gênero

O quadro 2 apresenta uma síntese das categorias analíticas utilizadas neste estudo para aproximar os sentidos e significados de violência e gênero.

Quadro 2: Descrição dos vídeos conforme as categorias analíticas: conteúdo proposicional, leitor implicado e relação autor/leitor

Vídeo-ano (1 a 7)	Categorias analíticas			
	Descrição	Conteúdo proposicional	Leitor implicado	Relação autor/ leitor
Onde tem violência todo mundo perde – spot bar- 2004	Conversa entre amigos em uma mesa de bar. Bebida explicaria o uso da violência contra a mulher. Homens repreendem e contrangem o agressor.	Desvinculação da relação entre bebida e violência.	Público masculino.	Intencionalidade de construção de identidade com o leitor: homem que bate/não bate na mulher. Constrangimento como estratégia de persuasão.
Deixa de Esconder - 2005	Mulher cai da escada e se machuca. Voz narrativa revela que ela oculta a violência sofrida. A voz narrativa é masculina.	Denúncia como estratégia de enfrentamento da violência.	Mulheres que sofrem violência.	Homem narrador encoraja a denúncia por parte da mulher. Culpabilização da vítima.
VT3 - Campanha 16 dias de ativismo 2007	Narrativas femininas de violência sofrida por parceiros íntimos.	Denúncia como estratégia de enfrentamento da violência.	Mulheres que sofrem violência.	Compreensão e encorajamento.
VT03 - 16 dias de ativismo – 2008	Representantes do Estado, da família e da comunidade falam da sua experiência com a violência contra a mulher.	A violência é uma questão mais ampla inclusive de policia - divulgação dos	Toda a sociedade.	Reflexividade: estimula maior comprometimento do Estado, família e comunidade.

		serviços (delegacia e 180).		
Campanha do Laço Branco – 2008	Estatística revela o problema da violência contra a mulher no Brasil. Quatro atores apresentam um texto contra a naturalização e banalização da violência contra as mulheres.	Violência contra as mulheres é assunto sério. Homem que violenta a mulher não é homem	Público masculino.	Intencionalidade do autor de reconstruir identidade masculina com o leitor. Constrangimento como estratégia de persuasão.
Mulheres e direitos – Lavadeiras – 2011	Diálogo de duas amigas sobre a relação de uma delas com o marido. No final, Maria da Penha fala sobre as agressões verbais e psicológicas como formas de violência contra a mulher.	Formas mais sutis de violência, muitas vezes não reconhecidas.	Público feminino.	Reconhecimento das formas mais sutis de violência (psicológica e verbal) que antecedem as formas mais visíveis (física e sexual).
Mulheres e direitos - Artistas – 2011	Atores abordam as mudanças na participação da mulher na sociedade brasileira. A inflexibilidade das relações de gênero é apontada como uma causa da violência contra a mulher. No final, Maria da Penha diz que a violência contra a mulher é crime.	Aborda as mudanças nos papéis exercidos por homens e mulheres na sociedade.	Público masculino.	Enunciado pedagógico para a compreensão dos papéis de gênero na sociedade brasileira e dos direitos da mulher.

A seguir, será aprofundada a análise em três vídeos, um vídeo de cada uma das categorias de significados atribuídos à violência contra a mulher: comportamental, relacional, social.

4. 1. A violência contra as mulheres é comportamental

4.1.1. Vídeo 1 "Bebida não é desculpa"

4.1.1.1. Descrição do Roteiro

As cenas se desenvolvem em um bar, à noite. Os protagonistas são quatro homens de meia idade sentados em uma mesa, bebendo e conversando, representando o hábito da cervejinha

após o trabalho, no final do dia. São homens de etnias diferentes, representando a diversidade da população brasileira. Sobre a mesa, os copos e as garrafas de cerveja que se acumulam, e são parte da caracterização do cenário. Apesar de a cena ter o foco nos quatro atores que participam da conversa, é possível também observar um pouco do entorno, o balcão com muitas garrafas de diferentes tipos de bebidas ao fundo, algumas pessoas próximas ao balcão, inclusive um homem e uma mulher conversando. A câmera focaliza esses homens na mesa, em primeiro plano, mas é possível perceber que é um ambiente frequentado principalmente por homens.

O vídeo tem a duração total de 0,32''

A conversa se desenvolve na seguinte sequência de vozes ao interior da cena:

Início: duração 0,1 a 0,7''

Um *zoom* coloca em primeiro plano a face de um homem (1) que fala enfaticamente:

1. Homem 1: *Calma Chico...* (de frente para a câmera, em primeiro plano, gesticula, levantando uma mão em direção ao homem 2). (0,01)
... *vai devagaar!* (expressão séria, chateado; levanta as duas mãos, reforçando o pedido de calma...vá devagar)
2. *Cê anda nervooso....* (olhando de lado, testa franzida, gesticulando agora com ambas as mãos, tom repreensivo).
3. Homem 2 (Chico) (de costas para a câmera): *Nervoso por que?... hem amigoo?*
4. Homem 1: *Baixaria!* (levantando as duas mãos em direção ao homem 2). (0,07'')
5. Homem 3: *Viu o que você fez ontem?* (homem ao lado dos dois primeiros, em primeiro plano, também levantando o braço, em direção ao Homem1) (0,08')
6. Homem 4: *O quê tá acontecendo?* (também em primeiro plano, vira-se para o Homem 1, em tom de estranhamento/dúvida) (no fundo se vê uma mulher). (0,09'').
(A câmera gira na direção do Homem 1, colocando-o novamente no primeiro plano; ao fundo vê-se que a mulher está acompanhada por um homem. Todos estão bebendo. Há muitas garrafas de cerveja sobre a mesa).
7. Homem 1: *batendo na mulher de novo...* (voltando-se para o Homem 4)

A câmera focaliza os três (0,12''), e depois recua, enquadrando o Homem 2 de costas. Este movimentado inquieto o corpo, balança a cabeça (0,11 a 0,15'') e diz:

8. Homem 2: *Mas, ontem eu tomei todas, perdi a cabeça ...* (coloca as mãos no rosto, sugerindo estar constrangido) (0,16'')
9. Homem 1: *Não tem esse negócio..., não tem esse negócio, "tomei todas"... Aqui todo mundo toma e ninguém bate em mulher. Só você!* (aumenta o tom da voz, enfaticamente repreendendo o outro, gesticula, aproximando as mãos e a face ao homem 2).

Enquanto fala, a câmera foca no homem 4 bebendo cerveja (no tempo em que H1 fala "todo mundo toma...), enquanto o homem 3 olha expectante para o homem 2, sugerindo aguardar uma resposta – pressão), retornando a câmera para o Homem 1 em primeiro plano, falando de perto ao Homem 2.

Nesse momento (0,23'') entra a voz do narrador externo: *"Bebida não é desculpa, onde tem violência perde a mulher que apanha, os filhos e você. Homem que é homem não bate."*

Continuam as imagens dos dois homens (1 e 2) conversando cara a cara. Enquanto o homem 1 fala, o homem 2 inquieto, nitidamente desconfortável, passa a mão sobre a face, cabisbaixo.

Entra a imagem da logomarca da campanha: um coração vermelho pulsante, com um curativo do lado direito, cuja batida coincide com a fala "...não bate..." (sugerindo que não tem coração). Por fim aparece o slogan *"Homens pelo fim da violência contra a mulher"*

Outros elementos: vozes de conversas de fundo evidenciam que é um ambiente muito frequentado, público; tilintar de copos e talheres; música, marca a entrada da voz externa, sugerindo a entrada de algo novo: surpresa, expectativa?

4.1.1.2 Análise

A análise deste vídeo mostra que o conteúdo proposicional se centra na desvinculação da relação entre o consumo de álcool e a violência contra as mulheres. A cena retratada é uma conversa entre quatro amigos em uma mesa de bar, onde o tema é abordado a partir da experiência pessoal de um dos participantes. O discurso de um dos protagonistas assume tom repreensivo e polariza a posição dos homens em dois grupos: os que cometem violência contra as mulheres e os que não a cometem e também não a aceitam. Este último

posicionamento é assumido por todos na mesa que constroem o agressor. Assim, o entendimento da violência contra as mulheres é que ocorre em função de comportamento agressivo que se auto-justifica pelo consumo de bebidas alcólicas, de alguns homens, e o enfrentamento do problema dependeria da mudança do comportamento violento masculino.

O *leitor implicado* no vídeo 1, o público masculino frequentador de bares e consumidor de bebida alcólica é instado a refletir sobre os argumentos presentes no discurso. O clima de constrangimento construído na cena indica como consequência da violência contra a mulher a não aceitação do homem no grupo de convivência. Visa também desconstruir a relação de causalidade entre o consumo de bebida alcólica e violência contra as mulheres.

O leitor implicado é reafirmado no slogan da campanha: "*Bebida não é desculpa, onde tem violência perde a mulher que apanha, os filhos e você. Homem que é homem não bate*".

Observa-se um importante componente de gênero na construção do argumento e no posicionamento do autor. O texto parece dialoga com a questão: o que é ser homem? Refutar a ideia de que para ser homem tem que ser forte, bruto, violento, ao contrário da delicadeza, fragilidade e doçura, que fazem parte do imaginário do gênero feminino.

A análise da *relação autor-leitor implicados* no texto do vídeo 1 sugere a intencionalidade do autor em construir uma relação de identidade com o leitor. Há vários dispositivos no texto que contribuem para construir um pacto de confiança e relação de cumplicidade entre os protagonistas e consequentemente com o leitor, o que funciona como um convite ao engajamento do leitor na reflexão sobre os argumentos do discurso. São eles: a) o espaço é reconhecido como tipicamente masculino (uma mesa de bar); b) a caracterização dos personagens (homens de meia idade com etnias diferentes e representantes da população brasileira); c) o clima de amizade, evidenciado pelos assuntos abordados que dizem respeito á vida íntima. Estes tornam possível a apresentação de pontos de vistas diferentes acerca do tema, toda uma construção que parece constituir um convoca o leitor a refletir sobre o seu posicionamento sobre a violência contra as mulheres.

A caracterização dos quatro personagens também produz sentidos acerca do discurso. São homens de meia idade de diferentes raças/etnias, representativa da diversidade que compõem a população brasileira. A atribuição de suas falas e o peso que é dado aos dois argumentos: homens que utilizam a bebida como justificativa para o uso de violência contra a mulher e homens que não aceitam a relação entre bebida e violência. A conversa acontece basicamente

mediante as falas de dois personagens: o primeiro que introduz o assunto, se posiciona contra a legitimação da violência e repreende o amigo e o segundo que reconhece o uso da violência e o atribui ao consumo de álcool na noite anterior. Os outros dois amigos têm falas curtas, questionam o ocorrido e servem de suporte à fala do primeiro personagem que se apresenta como o porta-voz do grupo. A conclusão é clara: no grupo, todos bebem, mas, apenas o Chico é quem bate na mulher.

A voz do narrador é mais uma estratégia utilizada pelo autor em sua relação com o leitor. Nesse caso, a presença de uma voz narrativa do sexo masculino consiste em, mais um, elemento que contribui para não quebrar o pacto de confiança com o leitor com o qual a narrativa parece buscar construir uma identidade comum, masculina. No entanto, é mediante o uso da voz narrativa que o autor emite o seu posicionamento desfavorável a relação de causalidade entre bebida e violência contra a mulher. A relação de justificativa entre o consumo de bebida alcóolica e atos violentos é, definitivamente descartada e a violência contra a mulher aparece como um problema que afeta não apenas a mulher, mas também os filhos e o próprio agressor. Ao final, a frase "*homem que é homem não bate*" sentencia os agressores como não-homens, ou ainda, homens de uma qualidade diversa daqueles que não agredem as mulheres, os verdadeiros.

A análise das imagens em movimento acrescentam outros textos ao texto falado. Há nesse texto um homem que é censurado, constrangido e pressionado pelos outros a mudar de comportamento. Seus argumentos são enfaticamente refutados, o que lhe causa grande desconforto. A aproximação física do entre eles sugere talvez o desejo de entrar, de querer ver o que o faz agir assim, de olhar cara a cara, de homem para homem. É um incômodo que é mostrado ao público masculino a que se destina o vídeo, uma estratégia de persuadir a audiência a se afastar de um comportamento que pode torná-lo reprovado pelos amigos.

4. 2. A violência contra as mulheres é relacional

4. 2.1. Vídeo 3

4.2.1.1. Descrição do Roteiro

O vídeo é dividido em dois momentos diferentes, com tratamento de cores também diversos. No primeiro momento, as cenas apresentam sequências rápidas e não há uma caracterização marcante do cenário. A diversidade das mulheres brasileiras aparece representada por três mulheres de diferentes etnias e idades. Duas relatam as ameaças e situações de violência que sofreram, uma delas envolvendo também a própria sua mãe. As falas são pausadas e há tristeza nos olhares. Uma terceira mulher emite uma mensagem de orientação sobre como proceder a denuncia. Inicialmente, a câmera tem o foco nos olhos, em seguida alterna o enquadramento entre rostos e olhos e as cenas são produzidas em branco e preto. A sequência dos relatos iniciais é interrompida por uma tela escura com legenda em que aparece frase informativa e um fundo musical.

O segundo momento acontece em cenário diferente que parece ser um estúdio. As cenas tem cores e quem aparece na tela é a atriz Julia Lemmertz que fala sobre a violência contra as mulheres, a Lei Maria da Penha e a campanha 16 dias de ativismo. O enquadramento da cena está centrado na imagem da atriz, que aparece primeiro da cintura para cima e em seguida, com o foco mais próximo, é retratada do pescoço para cima.

O vídeo tem a duração total de 0,55". As falas se desenvolvem na seguinte sequência de vozes ao interior da cena:

Início dos depoimentos: duração 0,1 a 0,7''

Mulher 1 (branca de olhos claros, cabelos lisos, pele lisa, jovem):: - *É uma violência que começou com ameaças graves a vida e a paz.* (0,1 a 0,04) - a câmera tem o foco nos olhos da mulher.

Mulher 2 (negra, olhos mais escuros, pele com rugas, meia idade): - *Me agredia, me batia ...* (0,5 a 0,7) - a câmera tem o foco nos olhos da mulher.

Acontece uma quebra da sequência dos relatos por uma tela de fundo preto em que aparece escrita, em letras brancas, a seguinte frase sem áudio: "*Nenhuma mulher gosta de apanhar*". A tela divide a primeira e a segunda parte dos depoimentos e tem uma música instrumental de fundo (0,8 a 0,9").

Mulher 1: *Ele invadiu também a casa e mobilizou minha mãe por cinco horas com o estilete no pescoço dando telefonemas para mim.* (0,10 a 0,16") - a câmera tem o foco nos olhos da mulher.

Mulher 2: *Eu nunca denunciei ele porque eu tinha medo, porque ele falava que se eu denunciasse dele, ele... me matava.* (0,17 a 0,23") - a câmera alterna entre dois focos: o primeiro nos olhos da mulher e o segundo tem um enquadramento mais amplo em que ela aparece do busto para cima, tendo como cenário ao fundo o encosto de um banco de madeira localizado em área externa com plantas.

Um novo corte é feito entre as cenas com um fundo escuro que se fecha e em seguida se abre para as próximas cenas. (0,24")

Mulher 1: *A vida segue ... querendo proteção.* (0,25 a 0,27") - a câmera tem o foco no rosto da mulher.

Mulher 2: *Não tenha medo de denunciar.* (0,28 a 0,29") - a câmera tem o foco em um enquadramento no qual a mulher aparece do busto para cima, tendo como cenário de fundo o encosto de um banco de madeira localizado em área externa com plantas.

Mulher 3 (mulher loira): *Não deixe chegar à agressão física para procurar a Lei.* (0,30 a 0,32") - a câmera alterna dois focos: no primeiro enquadramento aparece a mulher aparece em pé, do busto para cima, tendo como fundo um portal em área externa com plantas e no segundo o enquadramento está centrado apenas nos seus olhos.

Mudança de cenário, de iluminação e do tratamento das imagens que é em cores. O fundo é uma tela em azul claro. O cenário parece ser de um estúdio de filmagem.

Entra Julia Lemmertz: *Viver sem violência é um direito das mulheres. A Lei Maria da Penha previne a violência e pune o agressor. Conhecer e divulgar a Lei é um dever de todas as pessoas que querem uma vida melhor.* - o foco da câmera mostra atriz da cintura para cima, que veste uma camiseta branca com a inscrição: "Tá na lei". (0,33 a 0,46)

Julia Lemmetz (continua): *Eu sou Julia Lemmertz e assumi essa luta que é de todas as pessoas. Campanha 16 dias de ativismo pelo fim da violência contra as mulheres.* - A câmera centraliza o foco mais próximo do rosto da atriz, que aparece do pescoço para cima. No momento em que ela fala o nome da campanha, o mesmo aparece escrito na tela junto com a sua logomarca (0,47 a 0,55").

4.2.1.2. Análise

O conteúdo proposicional no vídeo 3 está centrado no direito das mulheres a uma vida sem violência. O vídeo apresenta os relatos de duas mulheres sobre as violências vividas e suas relações com os seus agressores. No final, o vídeo recorre ao uso de uma fala socialmente autorizada, a da atriz Julia Lemmertz, sobre o reconhecimento do direito das mulheres a uma vida sem violência e a importância da Lei Maria da Penha.

O leitor implicado no vídeo 3 é uma mulher que sofre violência e pode se reconhecer nas experiências apresentadas. Os depoimentos das protagonistas são construídos de forma que possibilitem essa identificação. No discurso, a telespectadora pode reconhecer que não é a única a viver esta situação, se identificando com outras mulheres que tem histórias de violências semelhantes e que conseguiram superá-las. Desta forma, ao se identificar com os relatos, a telespectadora pode se sentir estimulada e encorajada a romper com a situação de violência e denunciar o seu agressor.

A relação autor-leitor no vídeo 3, a primeira parte do material é construída a partir de um forte apelo emocional. Os depoimentos apresentados são reais e as mulheres falam das violências, ameaças sofridas e do medo que sentiram em denunciar seus agressores. A denúncia é referida como um recurso disponível que deve ser acionado pelas mulheres para a interrupção da violência.

Em diferentes momentos do vídeo é possível reconhecer a opção pelo acolhimento à figura da mulher vítima da violência, *o leitor implicado* neste texto. Os relatos são expostos de forma delicada, as falas são apresentadas de maneira espontânea e o tratamento da imagem é cuidadoso, pois evita a exposição demasiada. As imagens produzidas em preto e branco e a câmera com o foco nos olhos e rostos das mulheres, remete ao formato de reportagens jornalísticas que utilizam um tratamento da imagem semelhante.

Na relação autor-leitor no vídeo 3, o autor demonstra compreender a situação vivenciada pela mulher em situação de violência e a encoraja a por um fim no problema, afirmando a importância da denúncia como estratégia de enfrentamento da violência sofrida pelas mulheres na relação com seus agressores. A compreensão acontece no sentido de legitimar o medo que as mulheres sentem ao denunciar seus agressores, o que as tornam ainda mais vulneráveis e as mantém, muitas vezes, na situação de violência.

O material é construído a partir de um forte apelo emocional. Os depoimentos parecem reais e as mulheres relatam ameaças e violências sofridas e o medo que sentiram em denunciar seus agressores. A denúncia é referida como um recurso disponível que deve ser acionado pelas mulheres como forma de interrupção da situação de violência. As protagonistas conseguiram denunciar seus agressores e podem falar de um lugar de superação, aconselhando assim outras mulheres a fazerem o mesmo. Quando as mulheres relatam suas experiências de violência, aparece a seguinte frase na tela "nenhuma mulher gosta de apanhar", este é mais uma estratégia utilizada pelo autor que demonstra a sua intenção em construir uma aproximação/acolhimento com a sua *leitora implicada*. Como afirma Barbara Soares (2009), ainda existe uma visão na sociedade brasileira que a mulher que vive uma situação de violência ou é vítima ou gosta de apanhar.

O segundo momento do vídeo, é composto pela fala da atriz Julia Lemmertz que retoma algumas conquistas importantes ao enfrentamento da violência contra as mulheres no âmbito da sociedade brasileira. O reconhecimento da violência contra as mulheres como uma violação dos direitos humanos e a conquista de uma legislação específica para a punição dos agressores e a prevenção da violência assumem destaque no discurso. O entendimento da violência como uma "luta de todas as pessoas que querem uma vida melhor" significa uma ampliação do foco do problema, não apenas restrito às mulheres que vivenciam este tipo de violência ou aos movimentos sociais que tiveram uma atuação pioneira na sua denúncia e no seu enfrentamento ao longo dos últimos anos (BARSTED, 2011).

O fenômeno é tratado a partir da sua relevância social e da necessidade do comprometimento de diversos setores da sociedade no seu enfrentamento. Nesta segunda parte do vídeo, as imagens são apresentadas em cores, marcando um contraponto com o tratamento dispensado às cenas anteriores. A presença da atriz Julia Lemmertz, uma personalidade conhecida do grande público, também confere valor ao que está sendo tratado e seu engajamento pessoal na campanha é mais um indicativo da importância da temática.

A atriz passa a imagem de uma mulher forte, segura, independente, que conhece seus direitos e ao se declarar comprometida com a luta pelo fim da violência contra a mulher, demonstra, mais uma vez, que este é um problema que interessa a todos. A imagem da atriz se contrapõe a imagem das mulheres que fazem seus relatos de agressão, mulheres desconhecidas, com diferenças de idade, grupos sociais e etnia/raça, o que implica dizer que a

violência acontecer com qualquer mulher, como pode também acontecer com a *leitora implicada*.

O fenômeno é tratado a partir da sua relevância social e da necessidade do comprometimento de diversos setores da sociedade no seu enfrentamento. Nesta segunda parte do vídeo, as imagens são apresentadas em cores, marcando um contraponto com o tratamento dispensado às cenas anteriores. A presença da atriz Julia Lemmertz, uma personalidade conhecida do grande público, também confere valor ao que está sendo tratado e seu engajamento pessoal na campanha é mais um indicativo da importância da temática.

A atriz passa a imagem de uma mulher forte, segura, independente, que conhece seus direitos e ao se declarar comprometida com a luta pelo fim da violência contra a mulher, demonstra, mais uma vez, que este é um problema que interessa a todos. A imagem da atriz se contrapõe a imagem das mulheres que fazem seus relatos de agressão, mulheres desconhecidas, com diferenças de idade, grupos sociais e etnia/raça, o que implica dizer que a violência acontecer com qualquer mulher, como pode também acontecer com a *leitora implicada*.

4.3. A violência contra as mulheres é um problema social

4.3.1. Vídeo 7 – Campanha Mulheres e Direitos – Artistas

4.3.1.1 Descrição do Roteiro

A narrativa é construída a partir das falas de três artistas brasileiros conhecidos do grande público. O primeiro é o ator Milton Gonçalves, o mais velho dos três, o segundo o ator Bernardo Mesquita, o mais jovem e, por último, o dançarino Carlinhos de Jesus, que tem uma idade intermediária a dos outros dois. Cada um deles aparece em um cenário relacionado às tarefas domésticas e suas falas abordam os seguintes temas: as mudanças na sociedade brasileira, as mulheres que se destacam nos espaços públicos, as desigualdades sociais entre homens e mulheres e a violência contra a mulher. Os atores se mostram à vontade com as tarefas e com os espaços que aparecem ocupando.

O vídeo tem a duração de 1 minuto e 20 segundos. Inicia com apresentação da logomarca e do nome da campanha (0,1'-0,4''). A marca representa quatro perfis em tamanhos crescentes,

superpostos, em vermelho e preto, sugerindo as polarizações luz/sombra, vida/morte, alegria/tristeza). O nome da campanha “*Mulheres e Direito*” é apresentado abaixo da marca.

1) Na primeira cena (0,5” – 0,23”) o ator Milton Gonçalves encontra-se em uma cozinha moderna, de classe média, bem equipada, bem vestido, portando um relógio dourado no braço esquerdo. Usa avental e está colocado na frente de um fogão, mexendo uma panela com a colher de pau.

A cena inicia com o ator, enquanto cozinha, dirigindo-se à câmera e falando: *Vocês não vão se lembrar, mais antigamente as mulheres não tinham direito nenhum...* Enquanto fala gesticula com o braço esquerdo, enfatizando a fala. Prossegue:

Não podiam estudar..., não podiam ter uma profissão..., não podiam trabalhar para fora... (0,15”).

Ainda bem que isso mudou! (exclama) (0,16”).

Vocês sabem quem é a jogadora de futebol mais famosa do mundo? (interrogando, aproximando o rosto da câmera) (0,17”-0,21”)

É uma brasileira (afirma sorrindo) (0,21”-0,23”).

2) A segunda cena acontece em um estacionamento. O ator Bruno Mesquita está retirando as compras do fundo do carro e colocando em um carrinho.

Olhando para a câmera pergunta: *Quem está hoje no cargo mais importante do país? A presidência da República?* (0,14” – 0,25”)

Com expressão de surpresa, com a face aproximada à câmera, em primeiro plano, responde: *Uma mulher!* (0,26” – 0,27”)

Continua em primeiro plano: *Mas mesmo assim nós fomos criados desde criança para saber que os homens e mulheres não têm os mesmos direitos.* (0,28”- 0,33”)

E é sobre esta desigualdade que a violência contra a mulher se sustenta (0,34”- 0, 36”)

3) A terceira cena (0,37 – 0,56”) se dá na sala de estar de uma residência. O dançarino Carlinhos de Jesus está sentado no sofá e fala dirigindo-se enfaticamente à audiência:

Todo o relacionamento tem que ter respeito! (acentua as palavras com as mãos) (0,37”-0,39”).

Não importa se é namoro, se é casamento... (olhando para as mãos e contando nos dedos...)
Ninguém manda em ninguém! (olhando novamente para a câmera e acentuando com as mãos) (0,40 – 0,43).

*Na semana passada, um amigo meu bateu na mulher, eu tomei um susto danado, pois percebi que **esta** violência* [apontando para trás, enfatizando que fala da violência contra a mulher] *está mais perto do que a gente imagina.* (0,44”- 0,51”).

Finaliza gesticulando: *Acabar com o machismo depende... **somente** da gente! De todos nós!* (gesticulando) (0,51-0,56).

Na sequência (0,57”- 1,04”) aparece a Maria da Penha sentada em uma cadeira, em primeiro plano, tendo como fundo uma parede coberta por estantes brancas cheias de livros.

Afirma e recomenda:

A violência contra a mulher é crime!

Denuncie!

Disque 180 ou vá à delegacia mais próxima.

Pode se ouvir uma música instrumental ao fundo.

No final, é mostrada novamente a logomarca e o nome da campanha com a expressão “Disque 180”.

Na tela seguinte, é apresentada a logomarca de todas as organizações parceiras da campanha: ONU Mulheres (Entidade das Nações Unidas para a Igualdade de Gênero e Empoderamento das Mulheres), UNAIDS (Programa Conjunto das Nações Unidas contra HIV/AIDS), UNFPA (Fundo da População das Nações Unidas), IMP (Instituto Maria da Penha), UNICEF, UNASE pelo Fim da Violência contra as Mulheres – Campanha do Secretário Nacional das Nações Unidas.

A logomarca e o nome da campanha aparecem novamente no final do vídeo. Todas as falas são acompanhadas de legendas.

4.3.1.2. Análise

O conteúdo proposicional do discurso está nas mudanças nos papéis desempenhados por mulheres e homens ao longo da sociedade brasileira e a participação dos homens na eliminação da violência contra a mulher. Os protagonistas se apresentam como homens que reconhecem, valorizam e não se sentem intimidados diante das conquistas femininas e posicionam-se contrários à violência contra a mulher.

No vídeo 7, o leitor implicado são homens que podem se identificar de diferentes formas com o discurso apresentado, reconhecendo a participação cada vez mais ativa das mulheres na sociedade, concordando que os homens podem assumir algumas atividades relacionadas às tarefas domésticas e engajando-se no combate a este tipo de violência.

Desta forma, o discurso é direcionado prioritariamente aos homens que são convidados a refletirem sobre os argumentos apresentados e as posturas assumidas pelos protagonistas. As falas e os comportamentos dos artistas se apresentam como referências na direção a uma desconstrução dos papéis estereotipados de gênero. O discurso se caracteriza por um tipo de enunciação pedagógica, como denominada por Verón (1985), em que o autor lança mão de um conjunto de argumentos para construir um percurso para o engajamento do leitor, neste caso, se realiza mediante historicização do problema na sociedade brasileira e o questionamento da matriz cultural que aprofunda as desigualdades de gênero.

Relação autor e leitor no vídeo 7 se constrói em discurso que tem o foco principal do discurso está nas mudanças nos papéis desempenhados por mulheres e homens na sociedade brasileira e a participação dos homens na eliminação da violência contra a mulher. Os protagonistas se apresentam como homens que reconhecem, valorizam e não se sentem intimidados diante das conquistas femininas e posicionam-se contrários à violência contra a mulher.

O discurso argumenta no sentido de que as desigualdades sociais constituem a base da violência contra a mulher. Desta forma, é possível identificar uma filiação do discurso a uma perspectiva sociológica, *"as mulheres não tinham direito nenhum, não podiam estudar, não podiam ter uma profissão, não podiam trabalhar fora"*²⁷, na qual as diferenças entre homens e mulheres são uma construção social e não devem ser naturalizadas (SCOTT, 1998). Em outra passagem, *"fomos criados desde criança para saber que homens e mulheres não tem o*

²⁷ Fala do ator Milton Gonçalves no vídeo 7, transcrição literal está disponível no anexo.

mesmo direito"²⁸, parece evidente o reconhecimento da existência de uma educação sexista que sedimenta os estereótipos de gênero (LOURO, 1997).

A escolha dos cenários e dos artistas presentes é parte integrante da análise do discurso. Existe uma consonância clara entre o que está sendo dito e o que pode ser observado nas imagens. O discurso que aborda as mudanças nos papéis desempenhados socialmente por homens e mulheres é reforçado pela presença dos protagonistas em espaços domésticos, realizando tarefas que comumente não estão associadas às imagens dos homens.

Esta opção na construção do cenário confere maior legitimidade ao que está sendo dito e reforça o argumento da necessidade de uma maior flexibilidade dos papéis sociais. Não há a presença de mulheres no vídeo, mas a referência à Presidente da República e à melhor jogadora de futebol do mundo demarcam os espaços já alcançados pelas mulheres na sociedade atual. Os protagonistas são três artistas de idades e etnias diferentes, o que ilustra parte da pluralidade que compõe o universo masculino brasileiro e possibilita uma identificação com o público receptor.

O reconhecimento da inaceitabilidade da manutenção da violência contra mulher como forma de opressão e dominação está presente no discurso a partir da identificação das mudanças ocorridas na sociedade, como a maior presença das mulheres em espaços sociais e cargos políticos, tradicionalmente ocupados por homens.

O vídeo é protagonizado por três artistas que representam diferentes gerações de homens brasileiros. O discurso das mudanças sociais na sociedade brasileira, o passado e o presente, é reforçado pela presença de Milton Gonçalves, um ator bastante conhecido do grande público e de idade madura. O ator mais jovem, entre os três, o Bruno Mesquita aborda diretamente a violência contra a mulher, como resultante de uma educação que valoriza homens e mulheres de forma diferenciada. E, por fim, Carlinhos de Jesus, o ator com a idade intermediária entre os três, é quem traz a violência como algo bastante próximo (cometida por um amigo) e transmite o recado final: "acabar com o machismo, depende somente da gente".

5. Considerações finais

²⁸ Fala do ator Bruno Mesquita no vídeo 7, transcrição literal está disponível no anexo.

Em todos os discursos sobre violência contra as mulheres presentes nos audiovisuais analisados identifica-se uma filiação à perspectiva feminista de abordagem da temática. Este reconhecimento está diretamente relacionado com as características do grupo de emissores: duas Organizações Não Governamentais feministas, o Instituto Patrícia Galvão e a Agende, uma Rede de Organizações Não Governamentais (RHEG) que desenvolvem intervenções voltadas para homens autores de violência sob uma perspectiva feminista e a Agência Internacional ONU Mulheres, que atua pela promoção dos direitos das mulheres.

A partir da análise dos vídeos é possível identificar três estratégias diferentes utilizadas pelos autores reais na construção dos vídeos/textos: a presença de artistas, o uso de depoimentos de reais e a utilização da encenação teatral. São formas diversas de produzir enredos e interações com os espectadores.

Primeiramente, a participação de artistas visa construir um argumento de autoridade (Verón, 1997), visto que são pessoas que estão frequentemente presentes na mídia e por isso conhecidas pelo grande público. Desta forma, a sua presença no material é um recurso para influenciar as opiniões acerca da temática, favorecendo-se das relações de empatia pré-existente. O segundo tipo, o uso de depoimentos reais visa aproximar os dois lados, protagonistas e receptores, conferindo veracidade mediante a correlação entre as experiências vivenciadas e relatadas, recorrendo ainda ao tratamento semelhante ao que é destinado às reportagens jornalísticas. Por último, a utilização da encenação, um recurso da ficção, visa reproduzir situações e diálogos que possibilitem reflexões acerca do tema, aproximando-se da linguagem da teledramaturgia e do cinema.

Observa-se, no conjunto dos discursos analisados, a presença da polarização da relação entre mulher e homem, nas posições de vítima e agressor. Desta forma, é possível identificar dois "movimentos" antagônicos nestes discursos: a necessidade de "empoderar" as mulheres e "desempoderar" os homens. Por um lado, as mulheres devem ser detentoras de poder, mesmo que instrumentalmente, ou seja, ter poder para reconhecer e denunciar a violência sofrida. Por outro lado, os homens devem ter seu poder "enfraquecido", mesmo que pontualmente, no que diz respeito ao uso da violência contra as mulheres. Estes dois polos abordados no discurso, da mulher vítima e do homem agressor, é um impasse ainda presente no debate feminista sobre a temática e que também continua sendo problematizado na literatura especializada (SANTOS e IZUMINO, 2009).

Algumas mudanças graduais podem ser observadas nas construções das imagens da "mulher vítima" e do "homem agressor" a partir da análise dos vídeos. Estas modificações foram objeto desta pesquisa que estudou os vídeos apresentando-os em ordem cronológica, do mais antigo ao mais recente. Pode-se ainda observar que estas mudanças são relacionadas de forma intrínseca com o processo histórico de construção do discurso feminista sobre violência contra a mulher na sociedade brasileira, podendo ainda ser estabelecida relação com os demais discursos que abordam a temática, assunto que tratado no artigo 2 que compõe esta tese.

No entanto, deve-se ressaltar que a permanência do viés analítico que coloca homens e mulheres como opostos está diretamente relacionado à realidade social presente nas estatísticas e nas prevalências desta forma de violência. As análises destes dados demonstram riscos diferenciados de mortalidade entre homens e mulheres, nos espaços públicos e privados. As mulheres são as principais vítimas da violência que ocorre no espaço doméstico e tem-se na figura do agressor alguém do sexo oposto e próximo à vítima (HEISE e MORENO, 2002).

A relação que se coloca entre o enunciador e destinatário, ou entre o autor real e o leitor real, como propõe Ricouer (1997), assume particularidades na construção do texto que são dignas de uma análise aprofundada. É diante do reconhecimento da inexistência de um discurso universal, ou seja, um discurso capaz de abranger as diversidades e pluralidades que envolvem o universo dos destinatários que se torna necessário um reconhecimento do processo de recepção e dos sentidos que os leitores reais podem atribuir aos textos em análise.

Por último, a especificidade da natureza dos produtos em análise deve ser considerada. São peças de comunicação produzidas para a televisão com duração média abaixo de 60 segundos. O tempo exíguo imprime limitações significativas na produção do material, na escolha da abordagem e na construção do discurso, não impedindo, no entanto que se possa extrair de seus discursos importantes referências sobre os discursos emitidos nas mensagens publicitárias veiculadas em campanhas de combate à violência contra as mulheres.

Referências

- AZAMBUJA, M.P.R.; NOGUEIRA, C. Introdução à Violência Contra as Mulheres como um Problema de Direitos Humanos e de Saúde Pública. **Saúde Soc.** São Paulo, v.7.n.3, p.101-112, 2008.
- BOURDIEU, P. **A dominação masculina.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 1999. 160p. 1999.
- BRANDÃO, E. R. Violência Conjugal e o recurso feminino à polícia. In: BRUSCHINI, C. & HOLLANDA, H.B. de (org.) **Horizontes plurais: novos estudos de gênero no Brasil.** pp.51-84. São Paulo: Fundação Carlos chagas. Rio de Janeiro: Editora 34, 1998.
- BRANDÃO, E.R. Renunciando de Direitos? A Problemática do Enfrentamento Público da Violência contra a Mulher: o Caso da Delegacia da Mulher. **PHYSIS: Rev. Saúde Coletiva,** Rio de Janeiro, 16(2):207-231, 2006.
- CANEVACCI, M. **Comunicação Visual.** São Paulo: Brasiliense, 2009.
- CASAL, A. Y. A hermenêutica como teoria e como método. In: _____. **Para uma Epistemologia do discurso e da prática antropológica.** Lisboa: Edições Cosmos, 1996, p.49-70.
- DEEK, L.P. et al. A dinâmica da violência doméstica: uma análise a partir dos discursos da mulher agredida e seu parceiro. **Saúde, Soc.** São Paulo, v.18, n.2, p.248-258, 2009
- DINIZ, S.G. Violência contra a mulher: estratégias e respostas do movimento feminista no Brasil (1980-2005). In: DINIZ, S.G.; MIRIM, L.; SILVEIRA, L. (Org.) **Vinte e cinco anos de respostas brasileiras em violência contra a mulher.** São Paulo. Ed. Coletivo Feminista, 2006, v.1, p.15-44.
- GARCIA-MORENO, C., WATTS, C.; JANSEN, H.A.; ELLSBERG, M.; HEISE, L.; WATTS, C.H. Prevalence of intimate partner violence: findings from the WHO multi-country on women's health and domestic violence. **Lancet.** 2006; 368(9543):1260-9.
- GROSSI, M.P. Novas/velhas violências contra a mulher no Brasil. **Estudos Feministas,** ano 2, 2º semestre, 1994.
- HEISE, L.L.; MORENO, C.G. Violência entre parceiros íntimos. In: KRUG, E.G. et al. **Relatório Mundial sobre Violência e Saúde.** Geneva: Organização Mundial de Saúde, 2002.

INSTITUTO AVON; IPSOS. **Percepções sobre Violência Doméstica contra a Mulher no Brasil**. São Paulo, 2011.

LEON, M. El empoderamiento de las mujeres: Encuentro del primer Y tercer mundos em los estudios de género. **La Ventana**, n.13, p.94-106, 2001

LIMA, D.C.; BUCHELE, F.; CLIMACO, D.A. Homens, gênero e violência contra a mulher. **Saúde e Soc.**, v.17, n.02, p.69-81, 2008.

LOURO, G.L. **Gênero, Sexualidade e Educação: uma perspectiva pós-estruturalista**. Petrópolis: Vozes, 1997.

MEDRADO, B. MELLO, R.P. Posicionamentos críticos e éticos sobre violência contra as mulheres. **Psicologia & Sociedade**, 20, Edição Especial, 78-86, 2008.

VENTURINI, G.; RECAMAN, M.; OLIVEIRA, S. **A mulher brasileira nos espaços público e privado**. São Paulo: Ed. Perseu Abramo, 2004.

PIOVESAN, F.; PIMENTEL, S. (coord.). CEDAW. Relatório nacional brasileiro: Convenção sobre a eliminação de todas as formas de discriminação contra a mulher, Protocolo facultativo Brasília: **Ministério das Relações Exteriores, Ministério da Justiça, Secretária do Estado dos Direitos da Mulher**. 256p. 2002

RICOEUR, P. O mundo do texto e o mundo do leitor. In: _____. **Tempo e Narrativa**. Tomo III. Campinas, SP, Papyrus, 1997. p. 273 a 314.

RICOEUR, P. O que é um texto? In: _____. **Do texto à ação. Ensaio de Hermenêutica II**. Porto, Portugal: RÉ S Editora, 1989. p. 141-162

RICOEUR, P. **Teoria da Interpretação** - O discurso e o excesso de significado. Lisboa: Edições 70, 2009.

SANTOS, C.M.; IZUMINO, W.P. Violência contra as Mulheres e Violência de Gênero: Notas sobre Estudos Feministas no Brasil. E.I.A.L., Vol.16 - nº1, 2005.

SANTOS, C:M. Da Delegacia da Mulher à Lei Maria da Penha: Absorção / Tradução das Lutas Feministas pelo Estado. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, 89, p.153-70, junho de 2010

SCHRAIBER, L.B et al. **Violência dói e não é direito: a violência contra a mulher, a saúde e os direitos humanos**. São Paulo: Editora UNESP, 2005.

SCHRAIBER, L.B et al. Violência e Saúde: estudos científicos recentes. **Rev. Saúde Pública**. 40(N Esp):112-20, 2006.

SCHRAIBER, L.B. e tal. Prevalência da violência contra a mulher por parceiro íntimo em regiões do Brasil. **Rev. Saúde Pública**. Vol.41, n.5, 2007.

SCHRAIBER; L.B.; D'OLIVEIRA A.F.P.L.; COUTO, M.T. Violência e saúde: contribuições teóricas, metodológicas e éticas de estudos de violência contra a mulher. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, 25 Sup 2: S205-S216, 2009.

SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil para a análise histórica. **Educação e Realidade**, Porto Alegre: UFRS. 20(2), jul/dez, 1995.

SOARES, B.M. **Mulheres invisíveis: violência conjugal e novas políticas de segurança**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 319p. 1999.

SOARES, B.M. A Antropologia no executivo: limites e perspectivas. CORREA, M. (Org). **Gênero e Cidadania**. Campinas:SP. Pagu / Núcleo de Estudos de Gênero, Unicamp, 2002.

WOOD, J.T. **Gendered Lives: communication, gender and culture**. 9^a edition. WADSWORTH: Boston, USA, 2009.

VANOYE, F. E GOLIOT-LÉTÈ, A. Ensaios sobre a análise fílmica. Campinas, SP: Papyrus, 2012.

VERÓN, E. **L'analyse du "Contrat de Lecture": une nouvelle méthode pour les études de positionnement des supports presse**. Paris: IRE. 1987.

Filmografia (vídeos)

AGENDE. Campanha 16 dias de ativismo pelo fim da violência contra as mulheres. VT03. 2007. 56 seg. acessado em: 25 de março de 2014, disponível em: <http://www.youtube.com/watch?v=cdlqrzwxzfZQ>

AGENDE. Campanha 16 dias de ativismo pelo fim da violência contra as mulheres VT03. 2008. 70 seg. Acessado em: 25 de março de 2014, disponível em: http://www.youtube.com/watch?v=31rtsLTN2_Q&feature=related

INSTITUTO PAPAI; RHEG et al. Campanha brasileira do Laço Branco. 2008. 60 seg. Acessado em: 25 de março de 2014, disponível em: <http://www.youtube.com/watch?v=clFseVAFqb8>

INSTITUTO PATRICIA GALVÃO. Campanha “Onde tem violência, todo mundo perde”. Spot bar 2004. 32seg. Acessado em: 25 de março de 2014, disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=BezvyIMdt9k>

INSTITUTO PATRICIA GALVÃO. Campanha “Deixa de Esconder”. Spot Escada. 2005. 29 seg. Acessado em 25 de março de 2014, disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=gyaVVAMcgbY>

ONU MULHERES. Campanha Mulheres e Direitos. Lavadeiras completo. 2011. 121 seg. Acessado em: 25 de março de 2014, disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=bOK_ufjFIZc

ONU MULHERES. Campanha Mulheres e Direitos. Artistas completo. 2011. 79 seg. Acessado em: 25 de março de 2014. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=xsntsKrrFxs>

ARTIGO 4

RESUMO

Sentidos sobre violência e gênero em leituras de materiais audiovisuais que tratam de violência contra as mulheres produzidas por homens e mulheres na cidade de Salvador, Bahia.

O presente artigo tem por objetivo analisar os sentidos de violência e gênero e suas formas de enfrentamento em discursos de homens e mulheres construídos a partir da leitura de vídeos pertencentes a campanhas educativas de prevenção da violência contra as mulheres, por homens e mulheres de um bairro popular de Salvador, Bahia. O referencial utilizado é o da hermenêutica interpretativa de Paul Ricoeur em que o ato da leitura é considerado o mediador entre o momento da configuração (texto em si) e refiguração (interpretação do leitor). Os vídeos foram apresentados durante 12 entrevistas individuais com 06 homens e 06 mulheres. O projeto foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa do Instituto de Saúde Coletiva / UFBA em 29 de novembro de 2011, com parecer no 053-11/CEP-ISC. As leituras dos entrevistados acerca dos vídeos foram organizadas da seguinte a partir dos sentidos atribuídos aos textos/vídeos selecionados: Sentidos de violência e gênero na leitura dos vídeos selecionados foram organizados da seguinte forma: a) A violência é relacionada a atributos do masculino; b) A violência relacionada a atributos do feminino; c) A violência relacionada à transição de gênero na sociedade contemporânea. Os sentidos relacionados às formas de enfrentamento da violência contra as mulheres estiveram organizados por: a) aconselhamento; b) punição; c) denúncia d) empoderamento. Os sentidos de gênero e violência atribuídos aos textos/vídeos selecionados apontam para a construção de visões diversificadas do feminino e do masculino nos contextos de violência contra as mulheres, não se restringindo a modelos fixos da mulher como vítima, e do homem como agressor.

Palavras-chave: violência contra as mulheres; sentidos e significados; campanhas preventivas.

ABSTRACT

Meanings of violence and gender readings of audiovisual materials about violence against women produced by men and women in the city of Salvador, Bahia.

This article aims to analyze the meanings of violence and gender and the ways of coping in speeches of men and women constructed from a reading of videos belonging to campaigns to prevent violence against women by men and women of a neighborhood popular in Salvador, Bahia. The framework used is that of interpretive hermeneutics of Paul Ricoeur in the act of reading is considered to be the mediator between the time of configuration (the text itself) and refiguring (interpretation of the reader). The videos were presented for 12 individual interviews with 06 men and 06 women. The readings of the videos were interviewed about organized as follows from the meanings attributed to the texts / selected videos: meanings of violence and gender in the reading of selected videos were organized as follows: a) the violence is related to attributes of the male; b) violence is related attributes of the female c) the transition related to gender violence in contemporary society. The meanings related to ways of dealing with violence gainst women were organized by: a) counselling b) punishment c) denounces d) empowerment. The meanings of gender and violence attributed to texts / videos selected point to the construction of diverse visions of the feminine and masculine in contexts of violence against women, not restricted to fixed models of woman as victim and man as the aggressor.

Keywords: violence against women; meanings; preventive campaigns.

Sentidos sobre violência e gênero em leituras de materiais audiovisuais que tratam de violência contra as mulheres produzidas por homens e mulheres na cidade de Salvador, Bahia.

1. Introdução

A violência contra as mulheres é reconhecidamente um problema de saúde pública e um importante agravo para a saúde das mulheres com sérias consequências físicas, psicológicas e sexuais. O Relatório da Organização Mundial de Saúde afirma que, em média, 1/3 das mulheres, em todo o mundo, sofreram algum tipo de violência física e/ou sexual em suas relações de intimidade, e que aproximadamente 30% dos assassinatos de mulheres foram cometidos por seus parceiros íntimos (WHO, 2013). Na mesma direção, dados recentemente divulgados pelo IPEA (2013) apontam que em média 40% dos assassinatos de mulheres, no Brasil, são cometidos por seus maridos e/ou companheiros, sendo essa forma fatal de violência contra as mulheres conhecida como feminicídio.

No Brasil, diversas campanhas educativas são desenvolvidas visando o enfrentamento da violência contra as mulheres e têm sido produzidas prioritariamente por organizações feministas, em parceria com órgãos governamentais e agências internacionais. Desta forma, é possível identificar a filiação dos discursos veiculados à perspectiva feminista de compreensão da violência contra as mulheres como uma das mais graves expressões das desigualdades de gênero no âmbito social (BARSTED, 2011; DEBERT e GREGORI, 2008; SANTOS e IZUMINO, 2005).

No que tange às orientações teóricas em que se embasam as investigações produzidas acerca da temática da violência contra as mulheres, Santos e Izumino (2005) identificam basicamente duas perspectivas, apesar de apontarem algumas variações em suas aplicações. A primeira, diz respeito à compreensão da violência contra as mulheres como resultado de uma sociedade patriarcal que legitima aos homens o exercício de direito de dominação sobre as mulheres. Neste entendimento, os papéis sociais desempenhados por homens e mulheres são estáticos, não havendo a possibilidade de mudanças, os dois permanecem em polos opostos de uma mesma relação, como agressor e vítima, respectivamente. A segunda perspectiva incorpora a categoria de gênero que enfatiza a diferença entre o social e o biológico. De acordo com este ponto de vista, a compreensão da violência contra as mulheres no âmbito das relações afetivo-

sexuais a partir das diferenças de gênero deve problematizar os papéis desempenhados por homens e mulheres, como socialmente construídos e detentores de poder, mesmo que este circule de forma desigual na sociedade (SANTOS e IZUMINO, 2005).

Diante deste reconhecimento da violência contra as mulheres como grave problema social e também de saúde pública, é pertinente também estender o seu entendimento como um problema de comunicação. O enfrentamento da violência contra as mulheres exige a identificação de matrizes culturais que legitimam e naturalizam a subordinação das mulheres na sociedade, e o seu endereçamento mediante ações de comunicação voltadas para a sua prevenção. As campanhas preventivas de violência contra as mulheres são importantes como ações de combate à violência devido ao seu alcance e a sua possibilidade de produzir e fazer circular, difundindo discursos sociais comprometidos com o seu enfrentamento. Nesse sentido os meios de comunicação podem desempenhar contribuição importante em função do seu papel disseminador de informações e produtor de sentidos que operam no campo social.

Os estudos no campo da comunicação desenvolvem-se enfrentando a complexidade do fenômeno mediante a proliferação de teorias com diversos enfoques metodológicos, as quais se refletem no campo da comunicação e saúde. Neste, são escassos os estudos que analisem as estratégias de comunicação quanto às suas condições de produção, circulação e recepção dos materiais. A partir das análises identificadas (KELLY-SANTOS e ROZEMBERG, 2005; 2006; ROZEMBERG et al., 2002; RANGEL, 2008; DIOGENES & NATIONS, 2011), é possível traçar um elenco de críticas que apontam para o uso instrumental das mensagens; ausência da problematização da realidade do público receptor; ênfase excessiva no "poder" da mensagem reproduzindo uma lógica linear e unidirecional da comunicação e a inexistência de processos avaliativos, para citar apenas algumas delas.

O presente artigo tem por objetivo analisar os sentidos de violência e gênero e suas formas de enfrentamento, em discursos de homens e mulheres moradores de um bairro popular de Salvador, Bahia, construídos a partir da leitura de vídeos integrantes de campanhas educativas de prevenção da violência.

São recentes os estudos que analisam a produção dos sentidos na área da saúde. Em busca na base de dados bibliográficos utilizando-se o descritor “produção de sentidos saúde”, foram localizados apenas 141 itens, incluídos artigos, livros, teses e dissertações realizados no Brasil, entre os anos de 1998 e 2010, sendo que, apenas seis tratam de comunicação. Dentre

estes últimos destaca-se o estudo de Rangel-S (2001) que analisa a construção de sentidos em narrativas jornalísticas a partir do estudo da cobertura realizada por quatro jornais de Salvador, Bahia, por ocasião de uma epidemia de leucopenia por exposição ocupacional ao benzeno, ocorrida no Polo Petroquímico de Camaçari, também na Bahia, nos anos de 1990 e 1991. Em sua análise, a autora tem Paul Ricoeur e sua Teoria da Interpretação como importante referência.

Sobre análise de produção de sentidos em produtos de campanhas, destaca-se Medeiros (2002) que aborda campanhas massivas de prevenção de DST/Aids. No trabalho são relacionadas ações de política pública de saúde, financiamentos e recursos destinados à propaganda em relação à lógica de produção de sentidos expressos em peças publicitárias veiculadas pelos órgãos governamentais. Há ainda a tese de Camarnado Junior (2005) que estuda campanhas em saúde e violência. O trabalho analisa as campanhas do Governo Federal em sua concepção e financiamento. O autor define como objetivo de sua investigação “*conhecer os repertórios interpretativos utilizados pelas pessoas sobre o fenômeno-violência, nos programas e serviços de saúde em DST/aids, e quais são seus possíveis sentidos*”. Para Camarnado Junior a violência “*é uma constante na história da humanidade*” e considera que deve ser abordada como um “*fenômeno social complexo*” que se apresenta “*enredado às questões macrossociais e estruturais.*”

De todo modo, na medida em que nos afastamos de concepções instrumentais e informacionais da comunicação e compreendemos que o processo comunicativo é muito mais complexo do que apenas a transmissão e recepção de mensagens, mediada ou não por tecnologias, torna-se necessária uma aproximação de abordagens teóricas que privilegiem a perspectiva interpretativa dos sujeitos, reconhecendo-os como produtores legítimos de significados, e compreendendo os produtos de comunicação como textos abertos a essas interpretações.

2. Referencial Teórico

Neste artigo, toma-se como referencial a Teoria da Interpretação de Paul Ricoeur, centrando-se no momento da refiguração (ou a mimese III), da Tríplice Mimese. Este momento pode ser considerado como um correlato do que seria o campo da recepção nas teorias da comunicação que fragmentam aquilo que Ricoeur considera inseparável.

Pode-se distinguir na seara da Comunicação, para fins acadêmicos, os eixos de estudos da produção, circulação e recepção. Os estudos de recepção são, portanto, parte integrante do campo da comunicação (JACKS & ESCOSTEGUY, 2005). O uso do termo recepção encontra-se consolidado, seja para referir-se às relações que se estabelecem entre a audiência e os meios de comunicação, seja para referir-se a uma área específica de estudos no campo da comunicação.

De acordo com Robert White (1998), apenas em meados dos anos 80 surgem as primeiras pesquisas interessadas na análise dos significados que as audiências constroem a respeito das mensagens da mídia. Segundo o autor essas investigações podem também ser identificadas como pertencentes a uma Teoria Interpretativa (WHITE, 2009). O que se justifica por estarem mais preocupados com a interpretação dos sujeitos acerca dos produtos culturais veiculados nos meios de comunicação, do que com os efeitos comportamentais estimulados pela mídia. O autor afirma que:

(..) a Teoria da Interpretação é produto de valores sociopolíticos de teóricos que acreditam que as audiências participam efetivamente da construção da cultura e que a prioridade das pesquisas deve ser a compreensão da ação dos leitores, espectadores, ouvintes, tendo como base a necessidade de uma política de democratização dos meios de comunicação (WHITE, 1998:58).

O significado do termo interpretação guarda uma forte relação etimológica com o da hermenêutica (hermeneia), que é a arte ou a ciência da interpretação. Na tradição grega, a palavra está associada a Hermes, deus criador e mensageiro da linguagem entre os homens, que torna possível a compreensão humana (CASAL, 1996). Contemporaneamente, a hermenêutica constitui-se como uma reflexão filosófica interpretativa sobre os símbolos e mitos em geral (JAPIASSÚ & MARCONDES, 2008).

A hermenêutica interpretativa de Paul Ricoeur é direcionada à interpretação de textos. Segundo o autor, todo discurso ao ser fixado pela leitura pode ser tratado como um texto (RICOEUR, 1989). A interpretação de um texto não deve se restringir aos limites internos do texto, mas considerar os três momentos inseparáveis que compõem na teoria ricoeuriana o círculo interpretativo: prefiguração, configuração, refiguração, que podem ser ainda nomeados de pré-texto, texto e pós-texto (RICOEUR, 1997a).

Neste estudo, reconhece-se como mais rica e dinâmica uma análise apoiada no referencial da hermenêutica interpretativa de Paul Ricoeur (1997b), o qual compreende a importância fundamental do ato da leitura, o mediador do momento de configuração (texto em si) e

refiguração (interpretação do leitor). Segundo o autor, o processo interpretativo somente se completa quando o texto é ativado pelo leitor, o que define a passagem da configuração à refiguração como um momento marcado pelo confronto entre dois mundos, o mundo fictício do texto e o mundo real do leitor (RICOEUR, 1997b).

“Uma reflexão mais precisa sobre a noção de mundo do texto e uma caracterização mais exata de seu estatuto de transcendência na imanência, porém, convenceram-me de que a passagem da configuração à refiguração exigia um confronto entre dois mundos, o mundo fictício do texto e o mundo real do leitor. O fenômeno da leitura tornava-se, com isso, o mediador necessário da refiguração. (RICOEUR, 1997b, p.277).

Para a realização de tal empreitada, Ricoeur (1997b) recorre às contribuições da teoria da leitura, entendendo-a, em parte, como pertencente à poética, mas também como um processo comunicativo que assume o seu ponto de partida no autor e o ponto de chegada no leitor. *“Com efeito, do autor é que parte a estratégia de persuasão que tem como alvo o leitor. É a essa estratégia de persuasão que o leitor responde acompanhando a configuração e se apropriando da proposta do mundo do texto”* (RICOEUR, 1997b, p.277).

Para compreensão do processo comunicativo que se realiza em uma obra, a partir da relação que se estabelece entre autor e leitor, Ricoeur identifica três momentos necessários que correspondem a disciplinas próximas, mas distintas. Seriam eles: *“(...) 1) a estratégia fomentada pelo autor e dirigida para o leitor; 2) a inscrição dessa estratégia na configuração literária; 3) a resposta do leitor, considerado quer como sujeito que lê, quer como público receptor”* (RICOEUR, 1997, p.277)

Com vistas ao entendimento de cada um dos momentos acima, Ricoeur (1997b) constrói aproximações e distanciamentos com as principais contribuições de três escolas diferentes da teoria da leitura, analisadas à luz de sua teoria da interpretação. Para este trabalho interessa especialmente as ligações que o Ricoeur costura com a fenomenologia da leitura, que tem como seus principais referências W. Iser e H.R. Jauss.

Na teoria da interpretação de Ricoeur, o leitor não é entendido apenas como alguém que responde às estratégias de persuasão do autor, ou, ainda, que revela, por meio da leitura, uma estrutura já prescrita no texto. O leitor real é alguém que se relaciona com o texto, deposita suas expectativas na leitura e modifica o seu mundo a partir da mesma. Ricoeur (1997) recorre mais precisamente às contribuições da fenomenologia e da estética da leitura, na busca

de uma teoria que dê ênfase às respostas do leitor aos estratagemas do autor real, necessária à compreensão da passagem da configuração à refiguração (RICOEUR, 1997b).

Segundo Ricoeur (1997b), a fenomenologia da leitura tem o seu ponto de partida no aspecto inacabado do texto literário, o qual o leitor é chamado a “concretizar”, ação descrita como “*a atividade figurante pela qual o leitor se empenha em figurar os personagens e os acontecimentos relatados pelo texto* (RICOEUR, 1997: p.287)”. É a essa concretização figurante que “*a obra apresenta lacunas, “lugares de indeterminação”; por mais articuladas que sejam “as vistas esquemáticas” propostas à execução, o texto é como uma partitura musical, suscetível a execuções diferentes*” (idem.p. 287).

Ricoeur busca na fenomenologia da leitura, elementos que permitam identificar as respostas do leitor à estratégia de persuasão do autor:

Deixando bem claro muitas das riquezas dessa fenomenologia da leitura, concentrar-me-ei naqueles traços que assinalam a resposta, ou até a réplica, do leitor à retórica de persuasão. Esses traços são o que sublinham o caráter dialético do ato de leitura, e inclinam a falar do trabalho de leitura, como se fala do trabalho do sonho. A leitura trabalha o texto graças a esses traços dialéticos (RICOEUR, 1997:289).

A partir de tais contribuições e dialogando com a sua própria teoria da interpretação é que Ricoeur (1997b) entende a leitura como uma experiência viva mediante a combinação de três dialéticas. São elas:

1) a leitura aguarda uma configuração, ela é uma busca de coerência. O autor define a leitura como um drama de concordância discordante, na medida em que “os lugares de indeterminação” funcionam como lacunas presentes no texto, mas também como uma estratégia de frustração incorporada no próprio texto. Desta forma, ele define nessa primeira dialética a leitura como um combate a ser travado pelo leitor.

2) a leitura revela a falta de determinabilidade no texto, mas também o seu excesso de sentido, ou seja, existe um lado não escrito no texto que a leitura empenha-se em figurar. Todo texto revela-se inesgotável à leitura, é como se a leitura revelasse no texto o seu caráter não escrito. Sendo assim, o texto se apresenta à leitura tanto em sua carência, mas também pelo seu excesso.

3) o sucesso da leitura ocorre quando o não-familiar torna-se familiar para o leitor e o mesmo permite-se “perder” na obra. E o seu fracasso dá-se diante do estranhamento, fazendo com que o leitor permaneça na “porta” do texto, sem “adentrá-lo”.

No presente trabalho, a partir do referencial da teoria interpretativa Paul Ricoeur busca-se observar a dinâmica da leitura produzida pelos/as entrevistados/as sobre os produtos comunicativos selecionados, e entender como os mesmos se posicionam frente aos textos. Torna-se interessante também observar as diferenças em relação ao que torna “familiar” ou permanece “estranho” nas leituras produzidas por homens e mulheres.

Para fins de analisar os sentidos de gênero e violência nas leituras produzidas por homens e mulheres é importante considerar o conceito de gênero como forma de situar as diferenças no espaço social, e problematizar a compreensão de que é neste campo que se constroem e se reproduzem as relações assimétricas entre os sujeitos (LOURO, 1997; 2008). De acordo com esta perspectiva, as explicações para as desigualdades não estão situadas nas diferenças biológicas, mas nas condições sociais, na história e nas formas de representação do masculino e feminino em uma dada sociedade (LOURO, 1997).

Gênero é definido como “um elemento constitutivo de relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos e uma forma primária de dar significado às relações de poder” (SCOTT, 1995:86). O aspecto relacional da categoria de gênero permite que investigações produzidas a partir da análise do universo feminino incluam também o masculino e vice-versa.

Ademais, torna-se necessária a desconstrução da oposição binária masculino-feminino presente em algumas análises sociais que adotam perspectivas de gênero (LOURO, 1997, 2008; DEBERT e GREGORI, 2008). Este pensamento dicotomizado e polarizado que coloca homem e mulher em polos opostos que se relacionam sob a lógica de dominação-submissão, em nada contribui para um trabalho analítico. Como afirma Louro (2008, p.18), “não há nada de puramente ‘natural’ e ‘dado’ em tudo isso: ser homem e ser mulher constituem-se processos que acontecem no âmbito da cultura” (LOURO, 2008:18).

É imperativo o entendimento de gênero como uma construção social – e histórica -, devendo-se considerar a sua pluralidade enquanto conceito, ou seja, a presença de concepções diversificadas de femininos e masculinos que são articuladas no interior de uma sociedade, conforme a classe, a raça, a religião e a idade. Esse aspecto do conceito contrapõe-se à noção

de essencialidade presente na dicotomia homem e mulher, e aponta para a necessidade de reflexões comprometidas com o entendimento da realidade social como processos em permanente construção (LOURO, 1997; DEBERT e GREGORI, 2008).

O referencial de violência e gênero adotado contribuirá para a análise dos sentidos produzidos a partir da leitura dos entrevistados acerca de produtos comunicativos selecionados. Possibilitará, ainda, analisar as diferenças de leitura produzidas por homens e mulheres participantes da pesquisa.

3. Metodologia:

Para a realização deste artigo, no corpo desta tese, foram selecionados os discursos dos entrevistados a partir da leitura de três vídeos²⁹ apresentados aos participantes da pesquisa (roteiros em anexo). Para a seleção dos vídeos foram considerados os seguintes critérios: o tipo de argumento presente no material (comportamental, relacional e social) segundo quadro 1 (em anexo); o período de sua realização (2004, 2006 e 2011); e produtores diferentes (duas ONGs feministas e uma agência internacional), para configurar uma maior pluralidade dos materiais de análise.

O vídeos foram apresentados durante 12 entrevistas individuais com 6 (seis) homens e 6 (seis) mulheres, moradores do bairro da Liberdade, na cidade de Salvador. As entrevistas foram realizadas em locais de escolha dos entrevistados. A maioria aconteceu nas residências (todas as mulheres e um homem), três ocorreram em locais de trabalho e duas em espaços públicos próximos aos locais de trabalho dos entrevistados.

Os participantes da pesquisa foram indicados por informantes-chave previamente identificados no trabalho de campo. Estes eram Agentes Comunitários de Saúde (ACS) da Unidade Básica de Saúde localizada na área, e moradores do bairro, definidos a partir da lista de contatos pessoais da pesquisadora.

O trabalho de campo foi realizado entre os meses de dezembro de 2011 e abril de 2012. A opção metodológica de incluir homens também como sujeitos da pesquisa exigiu a inserção de um pesquisador/entrevistador que participou das diferentes etapas do estudo. A equivalência entre o sexo do entrevistador e do entrevistado em pesquisas que abordam a temática da violência contra as mulheres é sugerida em literatura especializada (SCHRAIBER

²⁹ Manteve-se a mesma numeração dos vídeos que em toda a tese. Os vídeos aqui selecionados foram os 1,3 e 7. Todos os vídeos estão disponíveis em versão digital no final da tese.

et al., 2009), devido à sutileza do tema e às possíveis interferências que podem ocorrer durante o momento da entrevista.

Na maioria das vezes, as visitas realizadas para a identificação de pessoas interessadas em participar da pesquisa aconteceram na companhia das ACS ou de outros residentes do bairro³⁰ em que foi realizado o trabalho de campo. Esta estratégia permitiu um melhor reconhecimento da área e facilitou a abordagem dos moradores, que associavam o pesquisador a pessoas próximas ao seu cotidiano.

Os entrevistados foram esclarecidos dos objetivos, da abordagem e da estrutura da entrevista. A leitura do Termo de Consentimento Esclarecido (TCLE) foi feita pelo entrevistador com o acompanhamento do entrevistado, que recebeu uma cópia do documento, contendo o contato da pesquisadora responsável e do Comitê de Ética do ISC/UFBA. O projeto foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa do Instituto de Saúde Coletiva / UFBA em 29 de novembro de 2011, com parecer no 053-11/CEP-ISC.

Foi assegurado aos entrevistados o caráter voluntário e a possibilidade de interromper ou desistir da participação na pesquisa em qualquer momento da entrevista, bem como a confidencialidade das informações e o uso de nomes fictícios em artigos e/ou relatórios, ou demais produtos proveniente da pesquisa.

4. Resultados e Discussão

4.1. Os participantes da pesquisa

Os participantes da pesquisa são mulheres e homens moradores de um bairro popular na Região Metropolitana de Salvador. Todos se identificaram, no momento da pesquisa, como negros ou pardos. Quanto às faixas etárias, o grupo de mulheres se mostrou mais homogêneo com a variação entre 47 a 53 anos e o grupo masculino apresentou um maior intervalo entre as idades dos entrevistados que variou entre 29 a 55 anos, conforme Tabela 1 (Anexo1). Todos os nomes utilizados são fictícios.

Dentre as seis entrevistas do sexo feminino, três exercem atividades remuneradas fora de casa: uma professora comunitária, uma técnica de costura e outra faxineira. As outras três já exerceram atividades remuneradas em momentos anteriores à realização das entrevistas, mas

³⁰ Houve algumas exceções, quando a entrevistadora e o entrevistador procuravam o contato diretamente e marcavam a entrevista, sem um encontro anterior. Mas em todos os casos, havia sempre uma indicação daquele contato, que era identificado no momento da apresentação.

naquele momento duas tiveram afastamento por problemas de saúde e uma delas estava aposentada.

Entre os homens entrevistados, um estava desempregado, dois eram autônomos e trabalhavam em atividade comercial própria no mesmo bairro em que moravam, um estoquista de uma loja, dois seguranças e um engenheiro.

A violência contra mulheres é relatada como um evento conhecido e próximo ao cotidiano da maioria dos entrevistados. Durante a realização das entrevistas foram citados casos e situações apresentadas como exemplos ou ilustrativos dos argumentos defendidos pelos participantes da pesquisa. Em geral, os entrevistados emitiram opiniões acerca do problema e mostraram-se à vontade em abordar a temática, tratando-a com certa propriedade. É importante ressaltar que a condução da entrevista não foi direcionada para as experiências pessoais, as mesmas foram reveladas espontaneamente pelos entrevistados quando consideraram relevantes ou sentiram-se confortáveis para isto.

As mulheres mostraram-se mais à vontade em compartilhar espontaneamente casos de violência que aconteceram com elas, com parentes próximos ou outras pessoas do seu círculo de contatos. Três entrevistadas (Adelia, Beatriz e Celina) relataram experiências pessoais de violência em seus relacionamentos conjugais, duas delas relataram casos de violência na família, uma do pai com a madrasta (Fatima) e outra do filho com a nora (Diana). Em geral, os relatos masculinos apresentados, em menor número, estiveram relacionados a amigos ou conhecidos, ou mesmo casos noticiados pela televisão. Somente um entrevistado (Edgar) revelou sua experiência pessoal de violência. De acordo com o seu relato a sua mulher era extremamente agressiva e apesar de brigarem constantemente ele nunca a agrediu, somente a conteve para não ser agredido.

4.2. Sentidos de violência e gênero na leitura dos vídeos selecionados

Neste item apresenta-se a leitura dos participantes da pesquisa, de ambos os sexos, para violência e gênero nos produtos selecionados de campanhas preventivas de violência contra as mulheres. Observa-se como a leitura dos entrevistados relaciona-se com o universo masculino e feminino (diferenças de gênero) na temática da violência contra as mulheres.

Podem ser identificados claramente três sentidos contruídos em torno da violência, se consideradas as relações de gênero: a) A violência relacionada a atributos do masculino; b) A

violência relacionada a atributos do feminino; c) A violência relacionada à transição de gênero na sociedade contemporânea.

4.2.1 A violência é relacionada a atributos do masculino

Entrevistados de ambos os sexos reconhecem a violência como decorrente de características atribuídas ao gênero masculino, porém apresentam conteúdos semânticos distintos, diferenciados nos discursos de homens e mulheres entrevistados. São identificados três conteúdos de interpretações: a) a violência atribuída ao homem fraco, inseguro e dissimulado; b) a violência atribuída ao homem ignorante, de má índole; c) a violência atribuída ao nível educacional do homem.

4.2.1.1 A violência é atribuída ao homem fraco, inseguro e dissimulado.

Na leitura dos textos/vídeos produzida pelos entrevistados do sexo masculino acerca do homem violento, o mesmo é visto como alguém fraco, dissimulado, que se esconde por trás da bebida, desequilibrado e/ou inseguro. Deraldo, de forma exploratória, ao descrever o perfil do homem violento, entrelaça diferentes visões sobre a violência em sua argumentação. Para ele os homens violentos seriam pessoas com problemas emocionais: inseguros ou desequilibrados ou vítimas de violência na infância (que reproduzem) ou, ainda, com dificuldades no convívio social.

Geralmente homens que usam esse artifício de bater em mulher são pessoas inseguras. Eu acredito que são pessoas que têm problemas emocionais muito graves, às vezes sofreram alguma violência, quando era criança, de pai ou de mãe. Ou então são pessoas que têm medo de perder (Deraldo, 42 anos).

O entrevistado explora também a ideia de que a violência é parte da socialização do homem. Ainda, em seu argumento parece buscar relações explicativas que se estabelecem entre o consumo de bebida alcoólica e a violência masculina. Na sua visão, o homem violento vive conflitos em relação aos estereótipos de gênero – o homem como chefe da casa, se vê como superior à mulher, não aceita a sua emancipação – e no espaço doméstico revela seu lado violento. A bebida então aparece como elemento revelador daquela personalidade masculina que permanece latente na interação social.

E geralmente homem gosta de se colocar como ‘o cara’, que é aquele que manda em casa, é aquele que dá as coordenadas, que não ouve desaforo de mulher e com ajuda do álcool, que mostrou muito bem várias cervejas ali, muitas vezes coisas caem ali, aquela figura. Porque muitas vezes é um cara

correto pra sociedade, mas dentro de casa ele senta o pau na mulher, e aquela máscara cai quando ele começa a tomar uma cervejinha e começa a falar demais, desabafa com os amigos (Deraldo, 42 anos).

O discurso de Deraldo permite, ainda, perceber a construção de um jogo entre bebida e violência. A bebida esconderia ou revelaria o homem violento? Ou o homem violento é fraco e se esconde atrás da bebida, que funcionaria como uma máscara; ou a bebida revelaria a sua real personalidade, ou seja, permitiria que sua “máscara” de homem cordato caísse e revelasse sua natureza violenta? Isso diante do mesmo homem que poderia comportar-se de forma cordata em sua vida social e ser violento no seu núcleo doméstico.

O uso da bebida como uma espécie de “proteção” ou esconderijo de uma natureza violenta é sugerida também por Fábio. Em sua visão, os homens violentos são aqueles que se escondem atrás do consumo de bebida ou de outras drogas.

Ao meu ver, está sendo diretamente relacionado aos homens que agredem as mulheres de um modo geral, e acabam se escondendo atrás de um álcool, da cocaína, do crack (Fábio, 29 anos).

Carlos, Fábio e Benito ressaltam como uma característica do homem violento a tentativa de buscar uma justificativa para os seus atos, no caso analisado, o consumo de bebida alcóolica. Os entrevistados desconstróem a relação de causalidade entre bebida e violência e afirmam a independência entre as duas, em concordância com o argumento presente no vídeo analisado e, em seguida, acrescentam novos sentidos relacionados aos seus entendimentos da relação violência e gênero.

Para Benito, a bebida serve apenas para fazer com que o homem se comporte da forma pretendida, visto que já tinha a intenção utilizar o consumo de álcool como justificativa para o seu comportamento. Mas, todos os três discordam que a bebida pode ser considerada como justificativa e que o fato de ser violento independe da bebida. Rejeitam a relação de causalidade entre a violência masculina e consumo alcóolico e concordam que a bebida é utilizada por homens violentos como uma justificativa aos seus comportamentos.

É que aproveita da bebida pra fazer esse tipo de violência (Carlos, 35 anos)

O ser humano sempre vai procurar uma justificativa para algo, nesse caso foi a bebida, né? O álcool (Fábio, 29 anos)

Eu também acho que bebida não é desculpa pra nada. Eu concordo com isso. Eu acho que quando você faz uma coisa, você usa o artifício da bebida pra

justificar, mas **eu acho que você já tinha a intenção de fazer mesmo que não tivesse bêbado faria**. Então a bebida não é justificativa (Benito, 44 anos).

Antonio parece buscar entender quem é esse homem fraco, inseguro, dissimulado, ou seja, qual a "real" motivação da violência masculina na narrativa apresentada no vídeo. Agrega um novo sentido, que está implícito em seu discurso, e parece sem resposta: “algo” que surge na fala de Fábio acima, e “uma coisa” que surge na fala de Antônio, e sugere um desconforto do homem dentro da relação com a mulher. Segundo ele, este homem violento tem como motivação o ciúme ou mesmo à traição da companheira.

Para mim, quer dizer o seguinte: se o cara bebe, chega, vem para casa, fica criando problema com a mulher ... na certa, ele tá enciumando da mulher e achando que a mulher tá traindo ele, qualquer coisa ... Aí, ele parte para a violência. O que dá para perceber é isso aí! (Antonio, 55 anos).

O entrevistado posiciona-se diante da situação, apresentando como solução (resposta) para o problema, a separação, com forma de prevenção de uma violência mais grave.

Se ele acha que a mulher que está traindo ele, que não está dando certo o casamento deles, separa. Porque se ele chega hoje bate, continua apanhando, amanhã bate, continua apanhando... amanhã depois vai voltar e matar. Não vai resolver nada (Antonio, 55 anos).

Esta leitura se aproxima dos resultados de pesquisa recente realizada pelo Instituto AVON/ Data Popular (2013), na qual 45% (425) dos participantes-homens vincularam o uso da violência nas relações intimidade com motivações como ciúme e traição. Achados semelhantes são recorrentes também em outras investigações (DEEK et al., 2009; COUTO, SCHRAIBER; D´OLIVEIRA, 2009; INSTITUTO PATRICIA GALVÃO/DATA POPULAR, 2013) que abordam a relação entre masculinidade e violência, demonstrando ainda que o ciúme e a suspeita de traição, mesmo quando não comprovada, são referidos comumente por homens, e também mulheres, como elementos desencadeadores de conflitos nas relações de intimidade, podendo progredir para casos de violência.

4.2.1.2. A violência é atribuída ao homem ignorante, de má índole

De modo semelhante à leitura dos homens no tópico anterior, as mulheres entrevistadas também reconhecem um traço animal, não domesticado do homem violento. Para Adélia e Fátima, o homem agressor é visto como "ignorante" e possuidor de "má índole" que são

expressões presentes nos seus discursos, onde a violência parece ser entendida como algo inerente à própria natureza de alguns homens.

Adélia fala de uma espécie de homem, “o homem ignorante”, com quem não há possibilidades de negociação ou reflexão, a violência é a única forma de comunicação existente. Nesta leitura, ela invoca a própria experiência como elemento diferencial de sua argumentação e afirma:

Na minha opinião pra homem ignorante não adianta nada. Se ele é ignorante ele vai chegar em casa vai dizer: “Ah, fulano estava intercedendo, você deve tá comendo ele”, aí pau de novo. Ele gosta de bater. Já vivi com homem ignorante e sei como é (Adélia, 49 anos).

Para Fátima é a má-índole do homem violento que o diferencia dos demais.

Acho que é da índole má que o próprio homem tem, sabe? A própria formação que ele já tem, porque, como os outros dizem, os outros tavam tudo ali bebendo, mas nenhum faz o que ele... (Fátima, 53 anos).

É possível identificar nos dois trechos acima, sentidos relacionados a uma visão da violência como algo natural, ou seja, essência do próprio homem violento. A visão essencialista atribui a violência como inerente ao masculino, mesmo que se esteja tratando de um tipo de homem específico, negando a construção social da violência e das relações de gênero, atribuindo aos homens o lugar fixo de ativo/violento.

A diferenciação entre *homem*, *macho* e *machismo* é central na argumentação de Beatriz sobre masculinidade e violência. A entrevistada apresenta uma construção que atribui aos três termos posições diferenciadas em sua relação com a violência. O homem violento assim não seria *homem*, nem um *macho*, mas sim um *machista*.

Esse tipo de homem [o violento] não é mais para existir. Porque ele diz claramente, não é ser homem, isso aí é usar do machismo, não é ser homem, isso é ser machista! E olhe que quando eu falei isso dos meninos [outro vídeo], não tinha visto esse, e a ideia, o que eles quiseram dizer lá, esse Carlinhos disse claramente... Carlinhos falou e eles deram a entender. Não é ser homem, é querer ser macho, não é nem ser macho, é ser machista (Beatriz, 47 anos).

4.2.1.3 A violência é atribuída ao nível educacional do homem

Uma terceira característica do homem, implicada na violência contra a mulher, é o nível educacional, que pode dar lugar ao homem sensível e inteligente. Nesse caso, observa-se que

a construção do sentido da violência com se faz também por ressaltar o seu oposto, colocando-se o homem em posições antagônicas, homem violento x homem não violento, reproduzindo-se sentidos sobre violência e masculinidade. Os trechos dos discursos femininos que se referem ao homem não violento são produzidos a partir da leitura dos vídeos, tomando como referência os protagonistas das campanhas.

A educação privilegiada surge como um marcador nítido que diferencia os homens com relação à violência. E os que não praticam violência são exatamente a expressão do que os violentos não se tornaram, como se mostra abaixo:

Achei homens conscientes, inteligentes e de educação privilegiada, com certeza tiveram educação doméstica. Às vezes não aconteceu isso na família dele, então é uma coisa que eles acham um absurdo, isso não existe (Adélia, 49 anos).

A ênfase na educação na relação com a violência reaparece nas falas das entrevistadas, no entanto, não se limita à educação formal ou ainda à educação doméstica. Os homens não violentos são apresentados como seres diferenciados e a educação se expande para as questões emocionais, sociais e culturais. Ele, o homem não violento, é mesmo um tipo diverso do seu oposto.

Mas eles são pessoas super conscientes e responsáveis e sábios (Adélia, 49 anos).

Como você vê aí, o povo que tá fazendo essas mensagens são pessoas esclarecidas, pessoas instruídas, (..) são pessoas maduras (Celina, 53 anos).

Outra característica ressaltada por Adélia é a habilidade deste “homem” em reconhecer a separação bem demarcada entre o masculino e o feminino, que são deslocados para polos opostos de força/fragilidade. O homem não violento reconhece essas diferenças e as respeita, se posicionando de forma diversa do homem violento.

Eles estão conscientes da força do homem e da fragilidade da mulher. E é um absurdo! Realmente é um absurdo! Homem espancar mulher é um absurdo! Não tem motivo que leve a fazer isso que seja válido (Adélia, 49 anos).

Os homens não violentos seriam diferenciados pela consciência de sua fortaleza e da fragilidade das mulheres, e não por um posicionamento diferenciado nos modelos das relações de gênero. A leitura produzida por Adélia está marcada pelas dualidades – violento x não violento; forte x frágil. Tal polarização não leva em conta a construção social de gênero e

contribui para a reprodução de estereótipos, que toma como base uma visão biológica e essencialista do masculino, definido em oposição ao feminino, não admitindo, por exemplo, que haja mulheres fortes e homens frágeis. Embora, a entrevistada reconheça que existem diferenças entre os homens e que os mesmos podem se comportar de forma diferenciada em relação à violência (homens violentos e não violentos), seu discurso reproduz a diferença estereotipada entre masculino e feminino como opostos.

Quando questionadas sobre a existência dos homens que descreveram como não violentos, na realidade em que vivem, Celina e Adélia concordam que esses homens existem, mas discordam quanto ao seu número. Enquanto Celina acredita que eles são raros, Adélia considera que são muitos.

Existe. Acho que existe. São poucos, são poucos, mas existe. E são pessoas esclarecidas. (Celina, 53 anos)

Claro! Tem um montão, sim. Acho até que 50% são assim e 50% são violentos (Adelia, 49 anos).

4.2.2. A violência é relacionada a atributos do feminino.

Outros sentidos construídos pelos entrevistados em suas leituras dos vídeos colocam a mulher no centro de suas interpretações: a) a violência é um fenômeno abrangente entre as mulheres; b) o medo é elemento de vulnerabilidade da mulher nas relações íntimas; c) a violência é relacionada com o comportamento das mulheres.

4.2.2.1. A violência é um fenômeno abrangente entre as mulheres.

Os pesquisados ressaltam a abrangência do fenômeno da violência que afeta igualmente mulheres de diferentes classes sociais, idades e distintos padrões de beleza. As diferenças de classe social de mulheres violentadas são observadas tanto por homens como por mulheres entrevistados. Dentre os pesquisados do sexo masculino, Benito destaca as diferenças sociais presentes entre as mulheres que vivem situações de violência em suas relações de intimidade, a partir da leitura do vídeo 2. Ele reconhece que a violência atinge diferentes mulheres, em grupos diversos da sociedade brasileira. São mulheres de classes sociais diferentes, mas de também de idades, níveis culturais e padrões de beleza diversos.

Nesse vídeo me pareceu diversos segmentos sociais, né? Classes A, B e talvez C também. Cultural também, não é somente a mulher que tem uma cultura de formação, mas existem mulheres com pouca cultura também no vídeo. Mostra que a violência não é somente contra mulheres idosas, mas é também contra

jovem. A violência é também para pessoas que estão dentro dos padrões de beleza determinado pela sociedade, assim como as que estão fora desse padrão (Benito, 44 anos).

Esse é mais interessante do que os outros. Você tem depoimentos de mulheres, né? Mulheres com diversas raças, diversas idades, passa a ideia de que culturalmente também são diferentes (Benito, 44 anos).

Entre as mulheres entrevistadas, Celina é quem, ao mesmo tempo aponta as diferenças sociais presentes no grupo de mulheres que sofrem violência e sinaliza um elo comum que une a todas: o fato de serem mulheres e de terem a presença da violência em suas experiências de vida.

Diferença, né? De nível, de cultura, **mas aí todas com mesmo problema: violência.** Todas as mulheres (Celina, 53 anos).

As diferenças de escolaridade entre as mulheres que sofrem violência são destacadas por Celina. São mulheres com diferentes níveis de escolaridade, tanto as mais estudadas, como as menos instruídas.

Eu achei que tem mulheres de classes pobres, né? Mulheres mais evoluídas, mulheres mais estudadas, tem mulheres que parece até que é nascida no interior, menos instruídas, com menos possibilidades de procurar ajuda (Celina, 53 anos).

4.2.2.2. O medo é elemento de vulnerabilidade da mulher nas relações de intimidade.

A visão de que as mulheres que permanecem em situações violentas são tomadas pelo medo é aprofundada na leitura produzida por Elisa e Celina. A decisão em fazer a denúncia do seu agressor e romper com a situação de violência vivenciada para muitas mulheres não é uma escolha simples, mas envolve uma série de outras questões de ordem financeira, familiar e afetiva, dentre outras, que devem ser problematizadas e consideradas a partir de cada experiência, realidade social e da própria subjetividade da mulher. Algumas entrevistadas trazem o medo como um elemento significativo na descrição do universo vivenciado pelas mulheres em relações violentas.

Para Elisa o medo assume o sentido de um elo, uma conexão que une as duas partes, homem e mulher, que compõem a relação violenta. Ela sente medo, ele mete medo, e assim se consolida a situação de violência. A denúncia aparece como a alternativa disponível para a mulher desvencilhar-se da relação abusiva, e a ameaça masculina é o que a faz manter-se na condição de agredida.

São mulheres que já apanharam, entendeu? que já teve a violência. Então como ela disse assim: “Eu fiquei com medo de denunciar, porque ele disse que ia me matar”. Mas não pode ficar! Ela tem que denunciar, porque de qualquer jeito ela vai morrer. Ela denunciando, ela não vai morrer. Ele mete medo, medo. Ameaça que vai matar (Elisa, 53 anos).

Na leitura produzida por Elisa, o medo ocupa um lugar particular em uma relação violenta, funcionando com um terceiro elemento na relação (homem-medo-mulher) capaz de manter a mulher imobilizada. É diante do medo que a mulher sucumbe e permanece na situação de violência.

Não. Eu achei assim, que na hora que ela falou que não pode denunciar porque estava com medo, que ele estava ameaçando ela ... que ia matar. Eu achei que ela devia dizer que ela ficava com medo, mas que ela ia denunciar. Ela tem que denunciar. O medo dela foi que dominou ela, mas o medo não pode dominar a pessoa (Elisa, 53 anos).

Celina também se questiona sobre o medo que sentem as mulheres que permanecem em relações violentas e assim revela algumas particularidades (atribui sentidos particulares) que a violência assume em uma relação de intimidade. Ela demonstra não entender o porquê de tanto medo e da permanência da mulher na relação conflituosa:

Por que ficar com medo, com medo? Oxente! Ah! A mulher ainda tem muito medo de homem, esse negócio de mulher ter medo de homem não vai acabar não? Muito medo de homem, as mulheres tem medo de homem, não sei o quê? ‘Medo, ele vai me matar’. Não. Não dá certo com o namorado, com o marido, **se separa dele**, vai ficar com outro, **se ele começar a lhe perturbar você pega tudo e some pelo mundo** e acabou (Celina, 52 anos).

Desse modo Celina ressalta a ambiguidade da relação amorosa em que a mulher está envolvida, pois tem medo do homem que ama, com quem faz sexo, estaria, portanto, “dormindo com o inimigo”.

Eu acho que ainda é essa coisa que a mulher deixou e continua ainda: muito medo dos homens. As mulheres dormem com um homem, ama, tem sexo com ele, mas morre de medo deles (Celina, 52 anos).

Um obstáculo à denúncia é a falta de garantia de proteção e de uma rede de apoio e cuidados voltados para as mulheres que sofrem violência e seus filhos. A mulher vítima de agressões muitas vezes é estigmatizada, o que acarreta mais isolamento e maior vulnerabilidade.

Enquanto Celina parece indignada com as mulheres que se mantêm em uma relação amorosa apesar do medo, Adélia parece buscar culpabilizá-las, reconhecendo-as como desprovidas de inteligência e coragem, afirmando que são mulheres “tapadas, medrosas e covardes”.

Não são esclarecidas. Como minha mãe disse, são mulheres tapadas. E medrosas, covardes. Elas não tiveram assim ... ou alguém para orientar ou realmente são medrosas (Adélia, 49 anos).

Adélia utiliza palavras em tom pejorativo que desqualificam a mulher em situação de violência. “Tapadas” é um termo popular, para se referir a pessoas desinformadas, não instruídas, não esclarecidas. Medo e covardia são atributos negativos, socialmente vinculados a pessoas fracas. As características que atribui às protagonistas do vídeo 3 reproduz alguns estereótipos e pre-concepções relativas à mulher que permanece em uma situação de violência, estigmatizando-as. É uma visão que contribui para a responsabilização das próprias mulheres, sem considerar as dificuldades que as mantiveram nesta situação.

Contudo, cabe relacionar a leitura de Adélia com a sua experiência de vida, relatada em outros momentos da entrevista. Adélia é uma mulher que sofreu violência durante longos anos em dois casamentos seguidos. Além dos relatos dos comportamentos violentos do marido, das discussões de casal e das dificuldades que enfrentou para se separar, é importante observar um ponto de vista em que ela se responsabiliza pelo fim do relacionamento. É interessante que em diversos momentos de sua entrevista, como nos trechos acima, ela reproduz a visão que aprisiona e responsabiliza a mulher pelas dificuldades do casal, mas também pelo comportamento violento do marido, e de forma dura, Adélia avalia as mulheres que permanecem em relações violentas, o que pode ser entendido como uma justificativa de auto-aceitação da sua conduta frente à violência sofrida.

4.2.2.3 A violência é relacionada com o comportamento das mulheres.

Edgar e Adélia destacam que a violência decorre da ação de ambos os sexos, mas reconhece que a mulher também pode exercer comportamentos violentos, o que leva ao entendimento da violência contra as mulheres como uma construção social, na qual é importante desconstruir o binário masculino-feminino como sinônimos de dominação-subordinação, para trazer uma reflexão mais abrangente que contemple a complexidade da dinâmica relacional.

Assim, Edgar traz a discussão do reconhecimento de que as mulheres também praticam a violência, não sendo, portanto, uma especificidade do comportamento masculino.

Rapaz eu pensei assim ó: é como eu lhe disse: a violência contra a mulher vem das duas partes, num vem só do homem, vem da mulher também, mas o que é que acontece, tem que se ter uma boa investigação, certo? (Edgar, 42 anos).

Do mesmo modo, os trechos abaixo das falas de Adélia enfatizam a necessidade do reconhecimento de que as mulheres também praticam violência contra seus parceiros.

Como eu disse ali, as propagandas só mostram que tem que punir o homem, mas tem que analisar o caso, porque muitas vezes a mulher agride o homem também e a mulher tem que ser punida (Adélia, 49 anos).

Realmente ele tem que ser punido, porque a maioria das vezes o culpado é ele mesmo, é o homem, mas todo caso tem suas exceções. E não tem que ser tão taxativa. Tem que ter lei pra mulher também (Adélia, 49 anos).

Como vozes dissonantes dentre os demais, dois entrevistados reclamam um olhar também para outros significados relacionados à díade ‘mulher e violência’ não presentes nos produtos analisados.

Adélia também traz para a discussão sentidos que contribuem para deslocar a mulher do papel passivo em relações de violência. Ela argumenta que as mulheres podem tirar proveito em situações de conflito com maridos ou companheiros, ao simularem que sofreram violência.

Teve uma mulher já que me aconselhou a eu me machucar e dizer que foi meu marido pra poder dar uma queixa. Tem mulheres que se machucam. Ela mete a cabeça na parede, ela pega uma escova de cabelo e faz isso assim e fica roxo e chega na delegacia e diz que foi o marido. Eu acho que todo caso tem que ter investigação. Tem aquelas provas que é o flagrante, né? Mas tem mulher que ela mesma se machuca e vai dizer que foi o marido (Adélia, 49 anos).

Adélia, que destaca a punição como forma de enfrentamento, o faz em um contexto em que a violência nas relações de intimidade muitas vezes também é perpetrada por mulheres. Desta forma, ela argumenta que a punição não deve ser exclusiva para os homens agressores, mas também para as mulheres, quando este for o caso. Ela destaca a importância de uma análise do caso, reconhece que geralmente o homem é o principal agressor, mas defende que a punição e a lei também devem ser utilizadas nos casos em que mulher é a parte violenta do relacionamento.

Ampliando a visão dicotomizada/polarizada acerca da violência entre o gênero masculino x feminino, um outro foco surge nas entrevistas: as tentativas de explicação do fenômeno da violência, relacionadas às mudanças ocorridas na sociedade.

4.2.3 A violência é relacionada à transição de gênero na sociedade contemporânea

A percepção da violência como um fenômeno social mais amplo também está presente nas leituras dos entrevistados, de ambos os sexos, sob três aspectos: a) A violência é relacionada às mudanças nos papéis sociais de homens e mulheres; b) Violência decorre da resistência masculina às mudanças sociais; c) Violência relacionada à reprodução sócio cultural.

4.2.3.1 A violência é relacionada às mudanças nos papéis sociais de homens e mulheres.

Dentre as falas reproduzidas dos entrevistados do sexo masculino, é possível identificar uma visão otimista com afirmações que indicam que "as coisas mudaram", "a mulher tá tendo tudo". Mas também há, entre os entrevistados, aqueles que entendem a mudança como algo processual, já iniciado, mas ainda em curso na sociedade brasileira. Em um segundo momento, algumas leituras de entrevistados, no entanto, demonstram um questionamento aos argumentos apresentados no discurso de referência, ao estabelecer um paralelo com a realidade dos seus entrevistados e, mais ainda, ao analisar tais mudanças no contexto das relações de intimidade e a sua articulação com a violência contra a mulher.

Entre os pesquisados do sexo masculino, Fábio demonstra o reconhecimento que há uma luta em curso, no que diz respeito à legitimação dos direitos das mulheres e do enfrentamento das desigualdades sociais, às quais homens e mulheres são submetidos de forma diferenciada.

Que os tempos são outros, que as mulheres são iguais aos homens e que estão lutando pra mostrar que não é pelo fato de serem mulheres que são incapazes, elas são capazes (Fábio, 29 anos).

Mais uma vez atingiu o objetivo e isso é realidade mesmo. Antigamente mulher não tinha direito a nada, nem a votar. Agora eles estão tentando igualar isso aí, né? É uma luta e eu acho que não pode parar de lutar nunca por isso até atingir o objetivo (Fábio, 29 anos).

As falas de Carlos e Antônio, como a de Fábio, realçam um paralelo entre a situação da mulher na sociedade em diferentes tempos (passado e presente).

Gostei porque eles estão falando aí que a mulher antigamente não podia trabalhar, ter carteira assinada, esses negócios assim. Hoje a mulher está tendo tudo, né? (Carlos, 35 anos).

É isso... o espaço, o direito do ser humano. Por que antigamente, o quê? Antigamente a mulher era objeto, nasceu para ser dominada. Antigamente, a mulher nasceu para ser dominada. E hoje em dia, a mulher não tá sendo mais dominada, a mulher criou o espaço dela, tá competindo no dia a dia, dividindo o espaço com os homens. Então pronto. A coisa mudou, avançou muito. Hoje em dia, as mulheres dizem que o direito é igual para todos (Antônio, 55 anos).

Para Antonio as mulheres dizem, mas os homens (no caso ele) não parecem estar convencidos disso. O tom de Antônio sugere que os homens não estão confortáveis com essas mudanças. Apesar de Antonio reconhecer mudanças na atuação social das mulheres, os avanços no cumprimento dos direitos e maior equivalência com os homens, ele não parece tão convencido dessa legitimidade. Fábio chama a atenção para a diferença entre o discurso e a realidade, o ideal e o real.

As mulheres são capazes como os homens. Eu acho que na propaganda há uma grande contradição. A propaganda [o vídeo apresentado] é interessante, mas assim, pra ser vista..., mas na nossa realidade, a nossa política e os meios administrativos ainda estão distantes, né? Distantes do ideal (Fábio, 29 anos).

Ele aponta uma distância entre o discurso dos direitos iguais e a mudança efetiva no papel das mulheres na realidade que ele observa.

A argumentação de Edgar agrega novos significados sobre o papel da mulher na sociedade. Para ele, na realidade, não existe a "simetria" de gênero propagada no discurso do vídeo. Desta forma, esses argumentos colocam em suspeição a visão masculina favorável à mudança nos papéis tradicionais desempenhados pelas mulheres, ou mesmo sugere o questionamento quanto à veracidade dessas mudanças, quando se trata das relações entre os gêneros, principalmente nos espaços privados e nas relações de intimidade.

Edgar compara ainda a atuação das mulheres nos espaços público e privado, e embora reconheça que as mulheres estão mais presentes nos espaços de poder, a ponto de o país ter uma mulher como presidente, considera que elas não ambicionam tanto o poder, pois de algum modo, elas sempre o tiveram.

A mulher hoje é reconhecida socialmente, o cargo mais importante do Brasil é uma mulher que ocupa, então as coisas mudaram (Deraldo, 42 anos).

Hoje tem a presidente. Poderia ter uma prefeita, poderia ter uma governadora ... mas, o que é que acontece? A própria mulher em si, ela num quer, ela num quer... E por que ela num quer? Porque ela num quer eu num sei. Mas, poderia ter? Claro que poderia. O que ele falou aí? De que agora mulher tá no poder, mas a mulher sempre teve no poder. Por que quem era o comando da casa? Quem é o comando da casa? É a mulher! (Edgar, 42 anos).

Em seu questionamento, ao supervalorizar os micros poderes domésticos, Edgar atribui a ausência de uma representação maior das mulheres nos espaços públicos como uma responsabilidade da própria mulher, e assim termina por reproduzir um discurso que nega as desigualdades de gênero historicamente produzidas ao longo da sociedade brasileira.

Com um enfoque diverso, mas também supervalorizando o poder circunscrito à esfera doméstica, Adélia se diferencia das demais ao considerar que um maior protagonismo das mulheres na sociedade consiste em uma ameaça ao modelo de feminilidade e harmonia familiar. Para Adélia há uma incompatibilidade entre uma maior atividade feminina na vida pública e a manutenção da feminilidade na vida privada. Os conflitos vivenciados pelas mulheres para conciliar a vida pública e privada são reconhecidos como uma das sobrecargas de gênero que incide sobre a saúde física e mental das mulheres (KRUGG et al. 2002). Em seu discurso, Adélia faz uma distinção clara entre o que ela considera serem "atividades" do feminino e do masculino, e identifica "tarefas" como responsabilidade exclusiva dos homens. Mesmo reconhecendo que as mulheres podem fazê-las bem, considera que a divisão sexual das tarefas deve ser mantida para a manutenção da vida a dois. Isso pode ser visto no trecho abaixo:

Tem muitas coisas que a mulher deve sempre deixar pro homem, e tem muitas coisas que é da mulher. A mulher perdeu um pouco a feminilidade, aquele sexo frágil ela perdeu, que tinha antigamente. Mas, assim, eu acho bom a mulher crescer, mas acho também que ela não deve perder a feminilidade dela. Hoje a mulher quer um cargo de homem, aquele poder e tudo. Mas, ela não quer aquele cargo de botar o saco de cimento nas costas pra levar. Acabou o botijão de gás, ela chama o marido pra pegar. Mas, se você é mulher e quer ser igual ao homem, você pegue o seu bujão de gás e bote no lugar. Eu acho que a mulher tem que ter o lugar dela na sociedade, claro, mas ela também não deve ser tão radical com isso pra ela não perder a feminilidade dela (Adélia, 49 anos).

Quando perguntado sobre uma atividade que é só pra homem, ela responde:

A liderança do lar mesmo. Acho que a última palavra tem que ser do homem. Claro que a mulher às vezes com sabedoria faz o que ela quer, mas a mulher tem que ser sábia. É uma decisão que tem que tomar, às vezes não é a correta, não é a certa, mas você tem que deixar que ele pense que é: "É meu amor, você está certo, mas veja por esse lado e tal...", mas a palavra final tem que ser dele (Adélia, 49 anos).

4.2.3.2. Violência decorre da resistência masculina às mudanças sociais.

Dentre os sentidos atribuídos à violência emerge o seu entendimento como uma reação de resistência masculina às mudanças nos papéis tradicionais de gênero. Por um lado, os entrevistados reconhecem a participação mais ativa das mulheres na sociedade contemporânea, mas por outro lado, apontam que, nas relações domésticas as mudanças no comportamento feminino indicam maior liberdade nas diversas esferas da vida social, mas

indicam também uma forma de cerceamento essa liberdade, tornam a mulher alvo da violência por parte do homem.

Na leitura produzida pelo grupo masculino, Edgar denuncia os conflitos de gênero diante dessas mudanças sociais. Para ele, os novos papéis desempenhados pelas mulheres encontram resistências por parte dos homens, acarretando situações de conflito. A violência contra as mulheres se apresentaria então como uma manifestação do descontentamento masculino e dos tumultos na relação do casal.

Assim, de acordo com Edgar e Antonio, uma maior participação da mulher na esfera pública produz conflitos nas relações de gênero na vida privada. As mulheres, ao dividirem as despesas, as decisões no lar, também se sentem igualmente livres em seus comportamentos, o que não é aceito por alguns homens, como aponta Edgar.

Hoje em dia, a mulher está dividindo o direito da casa junto com os homens, entendeu? Mas, né só, só no direito da casa, é só no direito à tudo! Na despesa, na liberdade, em tudo, em tudo, em tudo... aí... tem muito homem que não aceita porque acha que perdeu o terreno para a mulher (Edgar, 42 anos).

Na visão de Antonio houve um desequilíbrio de forças no espaço doméstico e os homens se mostram “despreparados” diante da nova realidade produzida por uma nova postura feminina.

Então aí, tem muitos homens que não aceita ser mandado por uma mulher. Porque acha que um homem que tem que dar as ordens, não receber ordens de mulher. Então aí, já parte daí... que eu acho assim que a ignorância ... a ignorância, tem muita gente ignorante que acha que tem que ser ele, ser superior a tudo e ser mandão de tudo. E a pessoa obedecer. Então hoje não existe mais isso, hoje em dia tem que sentar para conversar e concordar, entendeu? (Antonio, 55 anos).

A inaceitabilidade por alguns representantes do grupo masculino de uma condição menos desigual entre homens e mulheres é para Antonio uma referência aos “homens não evoluídos” ou àqueles que custam a aceitar uma relação mais igualitária com as mulheres.

Então modificou muitas coisas, e aí a mente do ser humano, tem muita gente que não evoluiu. Ainda acha que as coisas tem que ser como ele quer. Aí que tá o problema, que as pessoas que a mente não evoluiu, é que cria muitos problemas, para ele e para nação também. Então isso aí, o que achei foi isso aí (Antonio, 55 anos).

Em geral, é possível observar uma distinção entre os discursos produzidos pelos entrevistados sobre a relação da dicotomia entre os espaços públicos e privados e a atuação das mulheres nestes dois âmbitos da sociedade. Os homens demonstram reconhecimento e aceitação de

uma maior atuação das mulheres nos espaços públicos e, portanto, mais distantes do seu cotidiano, e ao mesmo tempo, uma maior resistência ao reconhecimento das mesmas mudanças nos contextos mais próximos.

Na leitura das mulheres entrevistadas, há também o reconhecimento de que as mudanças nos papéis tradicionais de gênero, a ampliação dos direitos sociais das mulheres acirraram as disputas nas relações com os homens no âmbito da vida doméstica.

De fato, entre as entrevistadas, o posicionamento mais comum é que o novo papel assumido pelas mulheres na sociedade interfere diretamente nas situações de violência vivenciadas por elas. Sobre isso, Fátima aponta que a legitimação dos direitos sociais das mulheres não lhe retirou da posição de subalterna nas relações de gênero e também não lhe privou das situações de vulnerabilidade.

Esse, esse... [vídeo] aí você vê que ele engloba várias coisas, né? É... os direitos, né? Que hoje a gente tem mais... é... liberdade para estudar, para ficar fazendo faculdade, trabalhar pra ter o nosso próprio salário, pra ter a nossa independência, pra que não fique subalterna de uma forma que seja espancada ... (Fátima, 53 anos).

Celina, por sua vez, reconhece uma maior valorização social das mulheres nesta sociedade contemporânea, mas concorda que as mudanças ainda encontram resistência por parte dos homens, gerando um aumento da violência. Em sua leitura, problematiza as diferenças nas relações de gênero na ocupação dos espaços públicos e privados, destacando que, apesar de avanços importantes na representação das mulheres nos espaços públicos, a violência contra as mulheres mantém-se como uma realidade.

Claro que nós temos mais direitos. Hoje em dia a mulher trabalha, a mulher é presidente da república, a mulher é tudo. E continua a violência contra a mulher. **Eu ainda acho pior, ainda.** Porque assim, eu acho o seguinte: que antigamente, as mulheres não sabendo da sua condição, que era subalterna, elas obedeciam e ficavam até menos violentadas do que hoje. Hoje em dia, acho que, por conta das mulheres trabalharem, ter seus direitos, ela enfrenta e, aí, **eles não conseguem engolir que a mulher tem direitos**, que pode enfrentar eles cara a cara, tem emprego, tem tudo, aí eles querem matar mesmo (Celina, 53 anos).

Essa mulher “cheia de direito”, como mencionada por Celina, convive com a ambiguidade de ser, ao mesmo tempo, mais livre, porém ainda vulnerável.

Eu acho que o problema da violência contra a mulher hoje em dia tá pior, porque os homens tão achando que a **mulher tá muito cheia de direito**, quer

enfrentar eles. É tanta coisa ainda que acontece, mas eu acho também que a violência também tá maior porque as **mulheres tão com mais... tão lutando** mais contra isso também, **tão se igualando** e eles não aceitam. Eles não aceitam (Celina, 53 anos).

A visão de Celina, de certa forma, aproxima-se dos pontos de vista dos entrevistados do sexo masculino (Antonio e Edgar) de que a participação social mais ativa das mulheres tem implicado em maior resistência por parte dos homens, o que termina por agravar as situações de violência contra a mulher nas relações de intimidade.

Beatriz atribui às desigualdades de remuneração entre homens e mulheres como um dos fatores que colaboram para a perpetuação das desigualdades de gênero nas dinâmicas das relações do casal, contribuindo para que as mulheres se mantenham subordinadas aos homens na vida privada.

Claro que faz, porque o homem ele, por ele sustentar a casa, é que eles fazem com que a mulher ache que se ele sair, ela vai passar fome. Como eu disse que meu marido me dizia, “se eu te largar, você vai ficar de cuia na mão...” Então, veja como eles realmente usam o poder aquisitivo, que isso é... para a sociedade que coloca isso, que infelizmente isso já é comprovado que no mesmo cargo, o homem ganha mais e a mulher ganha menos (Beatriz, 47 anos).

É um processo terrível, então, a gente vê que realmente essa desigualdade social tem essa influência; o homem se apodera disso, né? Para coagir a mulher a ceder a tudo que ele quiser, a tudo que ele impõe, a mulher fica realmente a mercê... (Beatriz, 47 anos).

Em outro momento, a própria Beatriz se questiona sobre a relação de dependência financeira e subordinação feminina na vida privada, ao refletir sobre a situação de uma irmã que se mantém em uma relação abusiva, mesmo sendo a provedora das despesas da casa.

E mesmo mulher que tem poder aquisitivo também. Isso também é uma coisa que não entra muito na minha cabeça, mas tem mulher, como essa minha irmã que eu disse que ela é quem mantém a casa e no entanto, ela fica ...[sofre violência] (Beatriz, 47 anos).

4.2.3.3 Violência relacionada à reprodução sócio cultural

Na leitura dos vídeos produzida entre os homens, Benito é quem aponta as raízes culturais da violência, entendendo-a como um comportamento enraizado na sociedade e reproduzido em diferentes gerações.

Esse vídeo está mostrando a violência contra a mulher como algo que está enraizado dentro da sociedade e que é uma cultura que vem passando de pai pra filho, que precisa ser quebrada. Acho que essa é a ideia principal desse vídeo (Benito, 44 anos).

Acho que a contribuição é mostrar que essa violência não é do nada, que é algo cultural mesmo e que ela está aí há muito tempo e que vem perpassando de geração a geração (Benito, 44 anos).

Na leitura das mulheres dos mesmos vídeos, Celina discorre claramente sobre a reprodução cultural da violência contra as mulheres. Entende a violência como forma de socialização do masculino: os homens aprendem a violência com os outros homens. Considera que em um ambiente social onde a violência é naturalizada, e onde os filhos vêem os pais batendo em suas mães, as novas gerações tenderão a reproduzir esses relacionamentos com suas namoradas ou esposas.

O que meus filhos viram foi eu criar eles sem pai, sem marido, trabalhando muito e valorizando a minha vida. A minha vida que eu levei pra criar eles. E digo: ‘sabe por que eu tô assim hoje em dia? Porque eu não admiti que homem me batesse, vocês não vão ter a mulher de vocês pra bater, também’. Então eu acho que, também, homem que bate em mulher, vem de formação, vem de criação. Porque o homem é o fruto do meio. Eu acho que também tem isso. O homem que nasce e cresce vendo o homem, o pai bater na mãe dele, ele bate na mulher dele, também. Eu acho que também é isso... (Celina, 52 anos).

Celina reconhece a importância da educação doméstica na reprodução da violência masculina contra as mulheres, ressaltando as experiências/exemplos apreendidas na família. Ela recorre à sua experiência pessoal para considerar violência como um dos resultados da reprodução de comportamentos de homens de uma mesma família.

Eu sempre disse isso prá meu filho. Meu filho tá com quatro anos casado com essa criatura... Às vezes chega tomando umas duas, vai dormir, mas não bate nela. Por que, também, eu acho que o homem que vai bater na mulher é de formação. Você vê o seu pai bater na sua mãe o tempo todo, você casa e bate na sua mulher também. Então, meus filhos não tiveram esse exemplo, como eu não tive na minha casa, com minha mãe. Os meus filhos não viram esse exemplo, também (Celina, 52 anos).

Em outros momentos da entrevista, Celina relatou sua experiência pessoal de violência, vivenciada no casamento com o pai do seu primeiro filho, e sua decisão de separar-se diante da primeira agressão. A partir desse fato marcante em sua história, Celina se posiciona como alguém capaz de decidir sobre a própria vida e intervir em seu contexto social de forma ativa,

deslocando-se do lugar de fragilidade e submissão atribuído socialmente ao feminino. Ela fez uma escolha pela não violência em sua vida, o que implicou, em sua opinião, em uma interferência positiva na vida de seus filhos.

Entretanto, nem sempre a violência doméstica é uma experiência próxima, assumida e relatada, como faz Celina, podendo ser ocultada no próprio espaço doméstico, como veremos a seguir.

Deraldo, ao abordar a relação entre violência e sociedade, identifica a agressão contra as mulheres como algo oculto, escondido e sutil. O entrevistado constrói uma argumentação sobre a existência de um “comodismo” social que atribui a violência a uma realidade distante, um problema do outro.

E também englobou o **comodismo**, porque às vezes a gente vê uma propaganda dessa, mas a gente acha que essa realidade [violência contra a mulher] não está tão perto da gente, de repente você toma um susto. Por que isso não é uma coisa tão abrangente assim que você possa ver, é uma **coisa bem escondida, oculta, sutil** [grifo nosso] (Deraldo, 42 anos).

Dentre os entrevistados encontra-se ainda a compreensão de que a violência pode também ser provocada pela mulher e de que é um fenômeno que pode afetar a ambos os sexos.

4.3. Sentidos atribuídos às estratégias de enfrentamento da violência contra as mulheres por homens e mulheres a partir da leitura de vídeos selecionados

Nas leituras produzidas pelos entrevistados a partir dos vídeos selecionados foram atribuídos sentidos que serão aqui organizados em torno de quatro diferentes estratégias de enfrentamento da violência contra as mulheres. Dentre as mesmas, duas estão direcionadas aos homens agressores: o aconselhamento e a punição, e as outras duas direcionadas às mulheres em situação de violência: denúncia e empoderamento.

É importante destacar que os participantes durante a construção de suas leituras, posicionaram-se de forma a confirmar, questionar ou mesmo desconstruir os argumentos por eles identificados como pertencentes nos textos/vídeos apresentados. Esse processo dinâmico é particular ao ato da leitura, considerado por Ricoeur (1997) como uma experiência viva.

4.3.1. Formas de enfrentamento da violência direcionada aos homens.

4.3.1.1. Aconselhamento

Sentidos atribuídos por homens e mulheres entrevistados aos vídeos/textos selecionados sugerem o reconhecimento de uma estratégia de enfrentamento da violência com uma espécie de aconselhamento/conscientização direcionado aos homens agressores com o intuito de provocar reflexões sobre a relação entre masculinidade e violência visando uma posterior mudança de comportamentos. Esta estratégia está claramente presente nos textos apresentados, sendo reconhecida e valorizada nas leituras produzidas por participantes da pesquisa de ambos os sexos.

Desta forma, na visão dos participantes da pesquisa, a violência masculina deve ser alvo de diálogos, tratamentos profissionais e também ações sócio-educativas voltadas para a prevenção da violência e reabilitação dos homens com histórias de violência. Nas leituras produzidas, Adélia e Beatriz reconhecem também a importância que essas ações sejam realizadas por outros homens, reafirmando a visão presente nos vídeos/textos selecionados em que os homens devem assumir o papel protagonista na conscientização de outros homens como fator de eficácia da estratégia de enfrentamento da violência e desconstrução de raízes culturais que legitimam a relação dominação-submissão entre homens e mulheres.

Desta forma, Carlos e Celina demonstram reconhecer e valorizar a estratégia presente no vídeo na forma de um aconselhamento e incentivo à conscientização como forma de enfrentamento da violência masculina.

“Contribui porque ele é uma espécie de aconselhamento e é bom para os homens refletirem e não praticarem mais esse tipo de coisa, de violência (Carlos, 35)

É, pra conscientizar os homens que não deve bater, né? Nem deve beber prá fazer violência (Celina, 52 anos).

Deraldo valoriza o incentivo a uma maior conscientização dos homens sobre os seus comportamentos violentos, presente no discurso dos vídeos apresentados. Mas, entende que essa reflexão deve funcionar apenas como um primeiro passo, que precisará ser seguido da busca de um tratamento profissional voltado para o homem violento ou, mesmo, para o casal.

Trazendo o homem à razão, tentando fazer com que esse homem possa meditar naquilo que ele está fazendo pra ele começar a se perguntar: “Poxa, será que o que eu estou fazendo é certo?”. Isso já é um começo e aí ele procura ajuda e incentiva a outra parte, como eu disse, a procurar ajudar. “Eu sou violento com a minha esposa e quero a ajuda de um psicólogo, uma terapia de casais”. É legal (Deraldo, 42 anos).

O reconhecimento da importância de ações de enfrentamento da violência contra as mulheres direcionadas ao público masculino é presente na fala de Deraldo. Em sua opinião, as mesmas serão mais efetivas ao passarem reconhecê-lo como foco do problema.

E o bom especificamente nesse vídeo aí é que está tratando do homem. Por que geralmente quando trata de violência contra a mulher, se esquece da outra parte que é o homem e o homem é um ser vivente que tem sentimentos, errados, mas tem. Então se for no foco do problema que verdadeiramente é o homem, resolve (Deraldo, 42 anos).

As leituras produzidas por Adelia e Beatriz revelam um novo sentido à visão do aconselhamento como estratégia de enfrentamento da violência, destacando a importância das ações serem realizadas por outros homens. Nesse sentido, o aconselhamento por pares (homens-homens) é valorizado pelas entrevistadas que consideram como positivo o fato de alguns homens posicionarem-se claramente contra as violências e, assim, contribuírem para a conscientização de outros homens.

Adelia valoriza a ideia de que os amigos podem atuar de forma decisiva para uma mudança de comportamento violento masculino.

Mas o vídeo propõe você ajudar um amigo. Se você está achando que ele está agindo errado você pode pelo menos ajudar com conselhos, que é uma coisa boa (Adélia, 49 anos).

Beatriz valoriza as intervenções voltadas para os homens agressores, funcionando como um espaço de questionamento de valores culturais relacionados à violência masculina. Reconhece a importância que o mesmo ocorra em um clima amigável como o reproduzido no texto/vídeo em que homens se encontram e podem abordar abertamente a temática da violência contra as mulheres, possibilitando espaços de reflexão masculina.

É eu achei bem criativo, né, porque ele [o vídeo] mexe com o brio do homem. "Homem que é homem não bate em mulher", que a gente já ouviu isso desde criança, né? Isso até... mas, que na verdade ficou esquecido, né? (Beatriz, 47 anos).

De acordo com Beatriz, os homens não valorizariam igualmente uma intervenção semelhante se realizada por mulheres. Em sua forma de ver, a situação retratada no vídeo (amigos questionando o comportamento violento do outro amigo) não acontece frequentemente porque homens dificilmente se posicionam contrários aos comportamentos de outros homens quando se trata de problemas relacionados à vida doméstica e à vida conjugal, o que poderia ser

entendido como um pacto entre iguais, o que poderia revelar as dificuldades e particularidades de abordagens do tema da violência.

Mas isso partindo do homem é muito positivo, homem não aceitando, homem criticando um outro homem é muito positivo, por que geralmente homem até critica, mas ele não diz ao homem que ele está errado, e no caso aí da maneira que eles colocam, de maneira amigável, né? É muito sadio, eu achei totalmente positivo (Beatriz, 47 anos).

Contribui. O que eu falei para você, homem ouve muito homem. E essas mentes doentes ... quando ele ouve isso, ele ... acho que toca, toca. Porque mulher, eles não dão o respeito, homem não respeita mulher, isso aí para eles, mulher não adianta (Beatriz, 47 anos).

A construção de programas voltados para o envolvimento de homens em ações dirigidas ao fim da violência nas relações de intimidade tem sido desenvolvida em diferentes experiências no Brasil e em outras partes do mundo (GUARESCHI, COMUNELLO, NARDINI, 2006; LIMA, BUCHELE; CLÍMACO, 2008; BEIRAS E CANTERA, 2012). Tais iniciativas são objetos de avaliações e têm servido como referências importantes para futuras intervenções, além de contribuírem significativamente para o maior aprofundamento da compreensão das relações entre masculinidade e violência. No Brasil, iniciativas pioneiras começaram a ser desenvolvidas ainda no final dos anos 90 e intensificam-se após a criação da Lei Maria da Penha que impõe a implantação de serviços para o atendimento psicossocial dos homens agressores (LIMA, BUCHELE; CLÍMACO, 2008).

4.3.1.2. Punição

Os sentidos atribuídos por alguns entrevistados apontam também para uma segunda forma de enfrentamento da violência que é a punição do homem agressor. Fábio, Edgar e Antonio reivindicam que os homens violentos sejam punidos, identificando uma lacuna nos vídeos apresentados que não trazem essa estratégia. Para eles a punição dos agressores é a forma mais eficiente de enfrentamento da violência masculina contra as mulheres.

A partir das falas dos três entrevistados pode-se apreender a ideia de que a punição é entendida como um “freio” para a violência masculina. Após a punição, ou mesmo, ao saber de sua existência, ou ainda, diante do reconhecimento de que ela realmente acontece, pressupõem que o homem violento passará a agir de forma diferente. Isso remete aos sentidos descritos anteriormente, nos quais a violência é vista como parte da natureza masculina ou o agressor como irracional, corroborando para o entendimento de que o homem violento precisa ser “domado”, “interditado” e que isso acontece mediante a sua punição.

Na leitura produzida por Fabio, o foco da abordagem (presente no vídeo/texto) busca desconstruir a relação entre o consumo de álcool e violência e a punição do agressor destacada como uma forma realmente efetiva de enfrentamento da violência contra as mulheres. É interessante observar nesta passagem que, como afirma Ricoeur (1997), a resposta do leitor não é passiva diante das estratégias de persuasão do autor. O leitor questiona e contrapõe-se ao texto propondo a sua própria significação, mesmo que divergente ao que foi proposto pelo autor. É essa relação de combate entre o mundo fictício do texto e o mundo real do leitor, como refere Ricoeur (1997), que se trava no ato da leitura.

Porque justamente o cara que agride a mulher, ele vai agredir com ou sem bebida e acho que **o foco da bebida aí não vai diminuir a violência**. Eu acho que poderia diminuir a violência era, de repente, o sujeito fosse preso, questionar no vídeo [apresentado] que **independente de bebida, ou não, o cara que praticou a violência foi preso** (Fábio, 29 anos).

A necessidade da inclusão de imagens que apontem nos textos/vídeos a punição dos homens agressores é recorrente nas falas dos três entrevistados. Edgar avalia que cenas que retratem a prisão do agressor, mostrando-o algemado, ou mesmo, a inclusão do aparato policial como parte da encenação contribuiriam para conferir maior importância à argumentação do vídeo. Seguindo na mesma linha argumentativa, Antonio defende a inclusão de cenas de punições como uma referência relevante para os homens agressores, reforçando os argumentos do combate à violência. O apelo de inclusão da punição como forma de enfrentamento mediante o uso de imagens remete à necessidade de ser a mesma vista, reconhecida e até mesmo acreditada. Não basta conhecer ou saber da sua existência, a punição precisa se fazer presente/realizada mediante sua própria imagem.

O poder atribuído à imagem na sociedade contemporânea, em que a sua ausência parece afirmar sobre a não existência, é apontada por Wolf (2005): “*A imagem torna presente aquilo que não está presente*” (p.23) ou ainda “*Vamos nos ater a essa ideia de representação. É preciso tomá-la ao pé da letra. Uma imagem representa, no sentido bem simples de que ela torna presente qualquer coisa ausente.*” (p.20).

Só reduziria se houvesse a prisão do elemento que agrediu ela (Edgar, 42 anos).

A mudança que eu faria é aquela que eu falei, acrescentar o policial e a viatura prendendo ele... que dá mais conteúdo ao vídeo (Edgar, 42 anos).

Eu acho assim, que... as pessoas que são violento, que vê esses filmes [vídeos apresentados] e **vê a punição** que vem depois, eu acho que... poderia reduzir muita coisa, né? (Antônio, 55 anos).

Acho que... isso aí é uma orientação para combater mais a violência, porque isso é o seguinte as pessoas que está assistindo, **que está vendo e vê a punição que vem...** (Antônio, 55 anos).

Nessa mesma linha argumentativa, Edgar estende a importância dos efeitos das imagens de punição nos vídeos também para as mulheres telespectadoras. Ele considera que as mesmas precisam “enxergar/acreditar” na punição do agressor, para assim poderem conferir maior importância aos produtos de campanhas sobre a violência.

A contribuição que esse vídeo dá é como eu tô lhe dizendo... ele contribui? Claro que contribui, mas da seguinte maneira: tendo uma punição, mostrando a elas que teve a punição do agressor, entendeu? Sem a punição ... se elas não vêem a punição, elas não vão dar importância. Mas, se ela vê o cara saindo preso na viatura, algemado... (Edgar, 42 anos).

A ênfase na importância da punição nos casos de violência e a insistente argumentação dos entrevistados da necessidade da presença de imagens que a retratem requer uma referência à Lei Maria da Penha (Lei 11.340/2006). Um dos efeitos dessa legislação é o endurecimento das penalidades contra os agressores. Até a sua promulgação, os casos de violência contra as mulheres eram julgados como crimes de menor poder ofensivo, aos quais eram atribuídas penas alternativas como o pagamento de cestas básicas ou trabalhos voluntários (BANDEIRA, 2009; SANTOS, 2010). Embora pesquisas recentes demonstrem que, nos últimos anos, é crescente o número de pessoas que conhecem a Lei Maria da Penha (98% já ouviram falar da lei de acordo com pesquisa do Instituto Patricia Galvão/Data Popular, 2003), o que parece reclamar as falas dos entrevistados é o reconhecimento de sua real eficácia quanto à punição dos agressores.

Neste sentido, Antonio compara as formas de tratamento destinadas às mulheres, antes e depois da Lei Maria da Penha, e reconhece que a violência tem sido mais combatida e tratada com mais seriedade e importância após a edição da lei.

Então aí... depois que surgiu a Lei Maria da Penha combateu muito a violência, por que do jeito que estava antes as mulheres ia na delegacia, ainda saia de lá através de gozação. Então hoje não, hoje tem punição, tem punição... (Antônio, 55 anos).

Tenho para mim que depois da Lei Maria da Penha, a coisa modificou, muita coisa mudou, muita coisa... Porque se não fosse isso, acho que já existia bem

poucas mulheres, viu? Se não fosse a lei Maria da Penha e a televisão que vem combatendo (Antonio, 55 anos).

Por último, um aspecto inusitado também é atribuído por Edgar à punição dos agressores: o reordenamento da vida do casal. Em sua opinião, o agressor após a punição não se comportará mais de forma violenta, porque recordará de sua punição. Essa visão reforça a ideia de que a punição pode ser entendida ainda como um elemento disciplinante da violência masculina.

Se ela [a mulher] fizesse da primeira vez [a denúncia] como eu falei a vc, ele ia aceitar e ia dizer “rapaz eu me fudi, orra velho, eu bebi e fui batê na mulhé, ó. Ela deu queixa e eu me fudi velho...fui preso, a porra que eu vou batê mais nela...”. Isso porque teve uma punição lá nele... e ele vai sentar e vai beber, mas eu quero ver se ele vai bater nela de novo, ah...num vai, ele vai chegar pianinho, ela vai falar, ele vai tomar um banho e vai dormir, vai dizer que ela tá certa...tá entendendo? (Edgar, 42 anos).

Diferentemente do que pensa Edgar, investigações realizadas em delegacias de proteção à mulher demonstram que os casos de violência geralmente são reincidentes, demonstrando o grau de vulnerabilidade a que as mulheres estão submetidas (DEEK et al.,2009; PARENTE, NASCIMENTO e VIEIRA, 2009).

4.3.2. Formas de enfrentamento da violência direcionada às mulheres.

4.3.2.1. Denúncia.

A revelação das situações de violência vividas por mulheres nas relações de intimidade com seus maridos e/ou companheiros é um recurso essencial para o acesso aos meios de proteção pelas vítimas e de punição dos agressores mediante a aplicação da Lei Maria da Penha. O incentivo para que um número cada vez maior de mulheres busquem os serviços de proteção e denunciem as situações de agressões é primeiramente uma forma de interrupção do drama pessoal, mas também uma iniciativa necessária que visa conferir maior visibilidade ao problema social da violência contra as mulheres e possibilitar a ampliação da atuação dos órgãos de governo e de toda a sociedade, orientando as políticas públicas e os debates necessários ao seu enfrentamento (BARSTED, 2011).

A denúncia da situação de violência é reconhecidamente uma decisão difícil na vida de muitas mulheres. Em geral, as denúncias são motivadas por episódios de violência física severa e/ou ameaças contra a vida dessas mulheres, podendo ser seguidas de um recrudescimento dos atos agressivos (PARENTE, NASCIMENTO, VIEIRA, 2009).

Os entrevistados de ambos os sexos reconhecem a ênfase na importância do discurso da denúncia como estratégia de enfrentamento da violência e discutem seus desdobramentos. Nas leituras produzidas, o incentivo à denúncia é valorizado no enfrentamento da violência, sendo questionado quanto à sua validade e aos seus desdobramentos.

Na visão de Antonio, as mulheres precisam ser estimuladas a denunciarem as agressões sofridas e desta forma se defenderem das situações de violência. Ele entende que as mulheres precisam ser encorajadas a denunciarem e, assim valoriza iniciativas de incentivo à denúncia como é proposto nos textos/vídeos apresentados.

Acho que esse vídeo aí é para... **elas ter mais coragem para denunciar.** Aquelas que nunca foi, que nunca denunciou, mas quando ela assistiu um vídeo desse ela vai criar mais coragem para se defender, no dia a dia delas. Eu penso isso (Antônio, 55 anos).

Adélia valoriza a argumentação presente no texto/vídeo apresentado e avalia que o mesmo funciona como um alerta para as mulheres que sofrem violência mediante a divulgação de informações sobre a Lei e os serviços de proteção, avaliando que assim as mulheres podem se sentir mais seguras, respaldadas pela Lei Maria da Penha.

Gostei porque tem o relato de algumas mulheres, né? Como ela disse, pra não ter medo, pra buscar ajuda, aquele negócio, isso aí é um alerta. Porque tem mulher que fica assim sem saber o que é que faz, não tem um parente para correr. Mas já sabendo que tem uma Lei que protege a mulher com relação a isso e tem um órgão aonde ela possa ir e proteger ela. Então isso aí é legal. (Adélia, 49 anos).

O estímulo à denúncia como argumento central do discurso também é reconhecido por Celina. Ela avalia como positivo o incentivo, mas questiona-se quanto a sua real efetividade. Em sua leitura, ela contrapõe a visão presente no texto – valorização da denúncia – com a sua opinião de que homem agressivo “não pára nem com lei”. Esse entendimento é ilustrativo do processo dinâmico característico do ato da leitura, como descreve Ricoeur (1997), marcado pela concordância-discordante.

Ajuda sim. Dá uma força, estimula, você a denunciar. Por que quem sabe? Até esse marido, quando ele for denunciado que ele pare, né? De agredir ela. Porque na realidade, na minha concepção, eles quando gostam de agredir, eles não param de agredir mesmo com lei (Celina, 52 anos).

De forma mais incisiva que Celina, Fabio também questiona a validade da denúncia como estratégia de enfrentamento da violência. Em sua argumentação, ele reproduz uma realidade

vivenciada por muitas mulheres que denunciam seus agressores e tornam-se ainda mais vulneráveis à violência dos seus companheiros pela ausência de medidas que garantam a sua punição. Na leitura produzida por Fabio, a denúncia é desacreditada como uma forma de enfrentamento em si, devendo ser combinada com outras estratégias que garantam a segurança da vítima.

Em partes, porque mostra uma forma do estado proteger essa possível vítima. Quer dizer, ela namora com determinado cidadão, cidadão bate nela e diz: “Se você falar pra alguém vou lhe matar”. Se o cara for extremamente agressivo ela vai saber que o cara vai matá-la, mas de tal forma que se ela for dar queixa dele que garantia ela tem? Eu acho que o estado não dá essa proteção, né? Quer dizer: “Ah, bom, beleza!”. Vai lá a polícia prende o cara, se o cara for réu primário de repente pega uma pena de dois anos no máximo e aí sai. E aí? E depois? O cara pode muito bem ir atrás da mulher e cumprir o que ele prometeu. Eu acho que isso está faltando. O governo não dá, não está interessado em proteger. Só denuncie, denuncie, denuncie... (Fábio, 29 anos).

Uma crítica na ênfase excessiva do discurso da denúncia está presente nas leituras produzidas por Fabio (acima) e Celina. A crítica aponta para o entendimento de que o discurso da denúncia pode tornar-se vazio caso não sejam garantidas as medidas de proteção das vítimas e punição dos agressores.

Tem que denunciar, tem que falar. Sempre essa mensagem ... a mensagem é toda essa, ‘denuncie, procure a lei’, né? Como se isso tivesse adiantando alguma coisa, será? (Celina, 52 anos).

Tais reflexões convergem com os resultados de recente estudo realizado pelo IPEA (2013), demonstrando que a implementação da Lei Maria da Penha não causou o impacto desejado na diminuição dos assassinatos de mulheres. O próprio estudo atribui essa situação à não aplicação plena da Lei e à falta de garantia dos mecanismos de proteção às vítimas deste tipo de violência (IPEA, 2013).

Da mesma forma que os demais, Beatriz reconhece que o discurso do enfrentamento da violência como proposto no vídeo está centrado na denúncia das agressões sofridas pelas mulheres e na busca de proteção policial e da justiça para a resolução do caso. No entanto, a entrevistada questiona-se sobre quais foram os desfechos das histórias relatadas no vídeo 3: as protagonistas contam que sofreram graves ameaças e violências, mas que apesar das dificuldades conseguiram denunciar seus agressores. Beatriz relata sentir falta de maiores detalhes sobre os desdobramentos nas relações afetivas das protagonistas e termina por concluir que provavelmente elas se separaram, e por isso estão bem. Desta forma, Beatriz

sinaliza a existência de uma lacuna no texto/vídeo - a não continuidade das histórias daquelas mulheres.

É, na verdade ele [o vídeo] só mostra realmente você é denunciar, procurar a polícia e a justiça. Primeiro a polícia, depois a justiça. Agora ele mostra o quê? O que eu vejo é que ele, ele não dá um desfecho, mas ele mostra que todas elas [as protagonistas] se separaram. Então eu digo: polícia e depois justiça, porque você tem que se afastar dessa pessoa, porque não vai ser só a polícia, você está tendo naquele momento, naquele instante resolveu, vai para um lado, ele vai para o outro, para depois continuar uma situação, você vinculada ainda a essa pessoa. Ele mostra aí que elas se separaram, elas não estão mais com eles e dão a entender que hoje elas estão bem, justamente por que não estão com eles... (Beatriz, 47 anos)

A partir das histórias das protagonistas, Beatriz reflete sobre as dificuldades que sente uma mulher no momento da denúncia, dificuldades ligadas ao fato de romper um relacionamento quando ainda se sente muito vinculada ao outro, ao homem que também é o seu agressor. Beatriz relatou, em outros momentos de sua entrevista, sua própria história de violência vivida durante longos anos, com muitas idas e vindas em delegacias de proteção à mulher. A reflexão de Beatriz prossegue e ela questiona se o fim do relacionamento é o único desfecho possível, questiona também sobre a possibilidade de haver outros desfechos, outras histórias para essas mulheres (as protagonistas, as mulheres fora da ficção, mas também, si mesma). Este trecho da leitura produzida por Beatriz é bastante ilustrativo do trabalho de figuração construído pelo leitor diante do texto, identificando lacunas e experimentando um sentimento de frustração.

A Lei Maria da Penha só vai punir, só vai acabar? A Lei Maria da Penha tem que recuperar o espaço quando a mulher quer continuar o casamento e o homem também quer continuar o casamento, eles tentam recuperar, né? Então, tem que mostrar também o outro lado, não só o lado, que é só destruição de lares que fica pregado, e para também as mulheres não pensar, poxa eu dou uma queixa dele, acabo com a vida dele, ele vai me odiar pelo resto da vida e como é que vai ser a convivência dele com os meus filhos? Porque tem toda uma sequência, né, todo um esticamentozinho depois, como vai ser meus filhos vão visitar o pai dele na cadeia? Tudo isso passa pela cabeça da mulher. Agora eu realmente colocaria situações, nem lhe digo situações, colocaria um desfecho (Beatriz, 47 anos).

Os dois desfechos possíveis dos relacionamentos violentos – separação ou reconciliação - diante da denúncia/punição das agressões presentes no discurso de Beatriz também são abordados por Adélia. Ela pondera que o relacionamento pode terminar após a denúncia, mas também o homem pode “se conscientizar” e mudar o seu comportamento, reduzindo a

violência até que ela não mais exista. Desta forma, a fala de Adélia aponta para dois aspectos: a crença na recuperação do agressor e uma certa tolerância à violência nas relações de intimidade.

Que ela procure a delegacia, faça a denúncia e aí pronto! Ele vai ser punido, ele vai ser chamado. Você vai conversar, se ele continuar, ele vai ser punido e se der, vai ajudar. Tem casos que não tem jeito, ela vai ter que separar. Mas tem casos que ele talvez, se ele for um homem consciente, ele vai reduzindo, reduzindo até não espancar mais a mulher dele. Se ele gostar dela e quiser viver com ela (Adélia, 49 anos).

A expectativa de mudanças nos comportamentos violentos por parte de seus companheiros ou maridos é frequente em relatos de mulheres que vivenciam situações de violência em suas relações de intimidade (BRANDÃO, 2006; PARENTE, NASCIMENTO e VIEIRA, 2009). Muitas mulheres hesitam em realizar a denúncia da violência por acreditarem na mudança de comportamento de seus companheiros ou por atribuírem a violência a problemas externos que serão superados com o tempo ou, ainda, por se sentirem emocionalmente ligadas aos mesmos, além de outras questões de ordem financeira, familiar ou afetiva (PARENTE, NASCIMENTO e VIEIRA, 2009). Em outras situações, investigações realizadas no âmbito das delegacias de proteção a mulheres demonstram que a busca da denúncia está muitas vezes relacionada a uma estratégia feminina de busca por um equilíbrio de forças entre as duas partes (homem-mulher) e por consequência, um reordenamento do relacionamento a partir da intervenção policial ou da ação da justiça (BRANDÃO, 2006; DEBERT & GREGORI, 2008; SANTOS, 2010).

4.3.2.2. Empoderamento

Os sentidos atribuídos pelas entrevistadas apontam ainda para uma diferente forma de enfrentamento da violência direcionada às mulheres: o seu empoderamento. O discurso presente no vídeo/texto, ao abordar os direitos sociais das mulheres, sua maior participação na vida pública e as mudanças nos papéis tradicionais de gênero na atualidade, é bastante valorizado entre as entrevistadas e reconhecido como capaz de produzir um efeito de fortalecimento da autoestima das mulheres, contribuindo para uma menor vulnerabilidade delas em relação à violência masculina.

É interessante destacar que o discurso de empoderamento das mulheres está presente no vídeo/texto apresentado, mas as estratégias de persuasão do autor estão direcionadas ao público masculino construindo um discurso social sobre as desigualdades entre homens e

mulheres, a maior participação das mulheres na sociedade brasileira e a desconstrução da violência como algo natural com protagonistas homens. O reconhecimento do efeito “empoderante” do texto é realizado pelas mulheres que se sentem afetadas pelo mesmo. Essa relação entre o texto não escrito e revelado na figuração do leitor está contida na afirmação de Ricoeur:

todo o texto, ainda que sistematicamente fragmentário, revela-se inesgotável à leitura, como se, por seu caráter inelutavelmente seletivo, a leitura revelasse no texto um lado não escrito. É esse lado que, por privilégio, a leitura se empenha em se figurar. O texto parece, assim, em alternadamente em carência e em excesso relativamente à leitura (Ricoeur, 1997:290).

Diana reconhece como característica do discurso o seu efeito de fortalecimento na autoestima feminina.

E esses dois últimos³¹ (vídeos) você acha que **botam a moral da mulher mais pra cima** (Diana, 52 anos).

O empoderamento é visto por Beatriz como uma forma de enfrentamento positivo da violência ao posicionar a mulher no lugar de protagonista de sua própria vida e assim capaz de tomar decisões, fazer escolhas e também resolver a própria situação de violência.

Mas, o que eu gostei dele, que **o enfrentamento dele é positivo** pelo seguinte, é o destino, como o da lavadeira [outro vídeo], você pode fazer aquilo, não precisa chamar a polícia, **você pode tomar a posição, você pode tomar a dianteira**, você pode ser você, você pode ser é uma mulher realizada, você pode ser tudo, por que você pode resolver essa situação (Beatriz, 47 anos).

Beatriz reconhece que a presença de argumentos relacionados à independência feminina e o desenvolvimento profissional no discurso do texto/vídeo funcionam como incentivos a uma maior valorização das mulheres.

Eu acho que é bom o estímulo que eles botam muito o lado profissional, que a mulher mais pensa em depender do bolso do homem... Então, o **lado profissional eu acho que é justamente para futucar por aí, né? Para se valorizar** (Beatriz, 47 anos).

O que eu pensei foi o seguinte, que eu achei que é positivo, é justamente que eles **mostram que a mulher é independente do homem** (Beatriz, 47 anos).

³¹ A entrevistada refere-se aos dois vídeos pertencentes a campanha Mulheres e Direitos produzida pela ONU Mulheres. Um deles é o que está sendo analisado e o outro não foi tratado neste artigo.

Beatriz descreve, ainda, o que ela considera como efeitos positivos no reforço da autoestima feminina. São elementos “empoderadores” que contribuem para autoreflexão, maior valorização da sua presença na sociedade e autoconfiança das próprias mulheres no reconhecimento do seu potencial.

Ele mostra que mulher não precisa ser dependente, mulher não precisa ser submissa... Então, **procure ser você, procure se evoluir, procure fazer o que você quer, seja o que você é.** Ali, mas **assim o estímulo para mulher, né?** Porque quando ele coloca o exemplo das mulheres, é por que ele mostra que qualquer pessoa pode ser (Beatriz, 47 anos).

Elisa reconhece o discurso como um incentivo das mulheres para uma desconstrução das persistentes desigualdades entre os papéis sociais desempenhados por homens e mulheres na sociedade. A busca por esse maior fortalecimento do feminino reflete-se no discurso que aborda os direitos das mulheres, questionando as assimetrias de gênero e o lugar diferenciado ocupado por homens e mulheres tanto na vida pública, como nas relações pessoais e familiares.

Muito bom! Muito bom, mesmo. Porque eles estão incentivando as mulheres, dizendo que elas têm direitos, entendeu? Está no direito delas, é direito da gente, né? Porque os homens acham assim, eles são machistas, machão porque eles são homens e mulher não pode ter o direito de ter isso ou aquilo porque é mulher e eles são mais fortes do que a gente. Eles acham assim (...). Eles têm que ver isso! Foi bom esse vídeo aí (Elisa, 53 anos).

É interessante observar a identificação de Elisa com o discurso, ao se incluir como parte: *“está no direito delas, direitos da gente, né?”*. O processo da leitura é um momento em que o não familiar torna-se familiar e o leitor se reconhece diante do texto.

A contraposição entre violência e os direitos sociais das mulheres aparece nas falas de Celina que considera a violência como resultante do machismo, e o "fortalecimento" das mulheres como a estratégia de enfrentamento da violência presente no vídeo. Quando questionada sobre que reflexões lhe trouxeram a análise do vídeo/texto, ela responde:

Essa forma aí seria falar dos direitos da mulher. Dos direitos da mulher e protestar contra o machismo. Eu acho (Celina, 52 anos).

Na leitura produzida por Beatriz há uma comparação entre os sentidos e efeitos presentes em dois discursos direcionados às mulheres nas ações voltadas para o enfrentamento da violência. O primeiro, é o discurso que busca o empoderamento das mulheres, e o segundo é o discurso que enfatiza a importância da denúncia da violência sofrida. Segundo Beatriz, enquanto o

primeiro é mais positivo e tem como diferencial apresentar a mulher como alguém capaz de tornar-se agente de um processo de mudança em sua vida, o segundo é mais apelativo e centrado na punição e ressalta a mulher no lugar de vítima, de alguém que precisa ser encorajada (por outrem) a denunciar a agressão.

É esse eu achei bem... Esse aí, é menos apelativo, né? Ele não manda 'o denuncie' já é bom, né? Que ele não tem aquele negócio, como eu disse a você, de 'denuncie, denuncie' e fica assim aquela coisa como uma punição (Beatriz, 47 anos).

Eu acho que é mais uma mensagem de estímulo, não puxado para o lado de, 'ah se ele... para denunciar esse negócio todo'. É mostrando que você é ser humano, e que você tem, e que você pode mudar sua vida, você mesma, né? (Beatriz, 47 anos).

Eles não ficam muito assim, batendo na tecla do 'denuncie', é mais as campanhas que bate mais na tecla do 'denuncie', né? Mas, esse lado não apelativo deles, mas, é um lado não apelativo, mas, também direto que ele mostra que você pode ser você. Não precisa ser isso aí, essa sofredora, você pode ser uma pessoa melhor, então. É o enfrentamento dele é, mostrando aí, a capacidade, como da lavadeira [outro vídeo] também, mostrando que você é quem pode é, né? (Beatriz, 47 anos).

Cabe ainda ressaltar que na leitura produzida por Beatriz, tomando como referência os discursos dos dois vídeos analisados – da denúncia e do empoderamento –, é reforçada a importância da denúncia. Entretanto, as temáticas são abordadas de formas diversas quanto às aproximações acerca do universo feminino e a violência. Enquanto um deles está realmente centrado nas imagens de mulheres vítimas de violências severas que denunciaram seus agressores (vídeo 3), o outro (vídeo 7) opta por um discurso social mais amplo em que exalta as características empreendedoras das mulheres na sociedade contemporânea.

5. Considerações Finais

O ato da leitura constitui-se num momento dinâmico em que diante do leitor o texto se transforma, tomando novas configurações e revelando-se quanto às diferentes possibilidades de figuração. É possível perceber, durante todo o processo de análise das leituras produzidas pelos entrevistados, que o leitor não se posiciona de forma passiva perante o texto, mesmo quando aguarda a configuração. Em todo momento a configuração é posta à prova, mediante suas experiências e a sua visão de mundo.

Os sentidos de gênero e violência atribuídos aos textos/vídeos selecionados apontam para a construção de visões diversificadas do feminino e do masculino nos contextos de violência

contra as mulheres, não se restringindo a modelos fixos da mulher como vítima, e do homem como agressor. Os entrevistados exploram outras possibilidades na construção das relações que se estabelecem entre homens e mulheres em contextos de violência. No entanto, observa-se que tais construções ainda são operacionalizadas mediante uma lógica que produz relações de oposição entre o masculino e o feminino, homem violento e não violento.

Os sentidos atribuídos pelos entrevistados às formas de enfrentamento da violência organizam-se em torno de estratégias reconhecidas e divulgadas na sociedade brasileira e que estão presentes, de alguma forma, nos textos/vídeos apresentados. No entanto, a maneira como tais estratégias são reveladas pelos entrevistados está diretamente relacionada com a dinâmica do processo de leitura em que alguns sentidos tornam-se mais ou menos familiares para o leitor. Desta forma, é interessante observar que as estratégias de ressocialização dos homens violentos e de denúncia pelas mulheres em situação de violência estão claramente presentes nos vídeos/textos. Também revelam outras não claramente expostas, mas presentes no discurso social sobre a violência, demonstrando que autor e leitor compartilham de um repertório familiar acerca da temática da violência contra as mulheres.

É possível observar a partir das leituras dos textos/vídeos selecionados que os sentidos de violência identificados apontam para um reconhecimento da violência contra as mulheres como “algo” que pode ser modificado, recuperado, ou mesmo reordenado nas relações entre mulheres e homens, mesmo que, para isto, torne-se necessário uma intervenção externa, como a punição ou a denúncia das agressões.

As leituras produzidas por homens e mulheres no contexto da pesquisa demonstram as potencialidades do uso de produtos comunicativos como disparadores de produção de sentidos sobre a temática da violência contra as mulheres. Os três vídeos/textos selecionados pertencentes a campanhas de prevenção foram elaborados por organizações feministas e seus discursos reproduzem essa perspectiva na compreensão do fenômeno da violência contra as mulheres. Os participantes da pesquisa perceberam e interagiram com os mesmos agregando novos sentidos ao que estava sendo abordado. As possibilidades de acolhimento de cada sujeito estão diretamente relacionadas às suas subjetividades, suas experiências de vida e a realidade social em que está inserido. Estes são fatores que direcionam e orientam, a cada momento, o processo de configuração do texto realizado pelo leitor.

Os discursos feministas presentes nos vídeos têm um forte viés ideológico e afetam homens e mulheres de forma diferenciada. Em geral, as mulheres sentiram-se mais a vontade diante da abordagem da temática, relataram suas experiências pessoais com a violência (próximas e distantes) e as revelaram de forma mais explícita como elementos presentes em suas leituras. Os homens, talvez, menos disponíveis para abordar suas experiências pessoais (e este não foi o objeto da pesquisa), também puderam questionar e posicionar-se diante dos sentidos que atribuíram aos textos/vídeos selecionados.

Referências

- BARSTED, L.L. O Progresso das Mulheres no Enfrentamento da Violência In: BARSTED, L.L.; PITANGUY, J. (Orgs). **O Progresso das Mulheres no Brasil. 2003-2010**. Rio de Janeiro: CEPIA, Brasília: ONU Mulheres, 2011, 346-382.
- BRANDÃO, E.R. Renunciando Direitos? A Problemática do Enfrentamento Público da Violência contra a Mulher: o Caso da Delegacia da Mulher. **PHYSIS: Rev. Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, 16 (2):207-231, 2006.
- CAMARNADO JUNIOR, D.V. **Os sentidos da violência nos programas e serviços de saúde em DST/AIDS**. Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências. Universidade São Paulo. 2005
- CASAL, A. Y. A hermenêutica como teoria e como método. In: _____. **Para uma Epistemologia do discurso e da prática antropológica**. Lisboa: Edições Cosmos, 1996, p.49-70.
- DEBERT, G.G.; GREGORI, M. F. Violência e Gênero: novas propostas, velhos dilemas. **RBCS**, Vol 23, n.66, fevereiro, 2008.
- DEEK, L.P. et al. A dinâmica da violência doméstica: uma análise a partir dos discursos da mulher agredida e seu parceiro. **Saúde, Soc.** São Paulo, v.18, n.2, p.248-258, 2009
- GILL, R. Análise de Discurso. In: BAUER, M.W.; GASKELL, G. (Orgs). **Pesquisa Qualitativa com Texto, Imagem e Som: Um manual prático**. Ed. Vozes: Rio de Janeiro, 11ª edição, 2013. 244-270.
- GROSSI, M.P. Masculinidades: uma revisão teórica. **Antropologia em Primeira Mão**. 2004.
- GUARESCHI, N.M.F.G.; WEBER, A, COMUNELLO, L.N.; NARDINI, M. Discussões sobre Violência: Trabalhando a Produção de Sentidos. **Psicologia: Reflexão & Crítica**, 19(1), 122-130.
- INSTITUTO PATRICIA GALVÃO; DATA POPULAR. **Percepções da sociedade sobre violência e assassinatos de mulheres**. 2013. Disponível em: http://www.spm.gov.br/publicacoes-teste/publicacoes/2013/livro_pesquisa_violencia.pdf, acessado em 30 de novembro de 2013.
- INSTITUTO AVON; DATA POPULAR. **Percepções de homens sobre a violência doméstica contra a mulher**. 2013. Disponível em http://www.institutoavon.org.br/wp-content/uploads/2013/11/pesquisa_instituto22x44_5.pdf, acessado em 30 de novembro de 2013.
- IPEA. **Violência contra a mulher: feminicídios no Brasil**. 2013. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/130925_sum_estudo_femicidio_leilagar cia.pdf, acessado em 22 de novembro de 2013.
- JAPIASSU, H.; MARCONDES, D. **Dicionário Básico de Filosofia**. 5ª ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.
- LIMA, D.C.; BUCHELE, F.; CLIMACO, D.A. Homens, gênero e violência contra a mulher. **Saúde e Soc.**, v.17, n.02, p.69-81, 2008.

LAMEGO, G.; NORONHA, C.V. Agressividade e Violência nas Relações Conjugais: Um Estudo sobre os Diferenciais de Gênero. In: TAPARELLI, G.; NORONHA, C.V. (Orgs). *Vidas em Risco: quando a violência e o crime ameaçam o mundo público e privado*. Salvador: Ed. Arcádia. p. 69-118, 2008.

LOURO, G. L. A emergência do gênero. In: _____. *Gênero, sexualidade e educação. Um perspectiva Pós-estruturalista*. Editora Vozes, 6ª edição. p.19-40. 1997.

LOURO, G.L. **Gênero e sexualidade: pedagogias contemporâneas**. *Pro-posições*, v.19, n.2 (56) - maio/ago, 2008.

MARTÍN-BARBERO, J. América Latina e os anos recentes: o estudo da recepção em comunicação social. In: SOUZA, M.W. **O lado oculto do receptor**. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1995. p.39-68.

MARTIN-BARBERO, J. **Dos Meios às Mediações: comunicação, cultura e hegemonia**. Ed. UFRJ, 2003.

MORENO; HEISE, 2002. Violência entre Parceiros Íntimos. In: KRUG, E.G. et al. **Relatório Mundial sobre Violência e Saúde**. Geneva: **Organização Mundial de Saúde**, 2002.

PARENTE, E.O.; NASCIMENTO, R.A.; VIEIRA, L.S.E.S. Enfrentamento da violência doméstica por um grupo de mulheres após a denúncia. **Revista Estudos Feminista**, Florianópolis, v.17(2): 344, maio-agosto, 2009.

RANGEL-S., M. L. Epidemia e mídia: sentidos construídos em narrativas jornalísticas. **Saúde soc.** [online]. vol.12, n.2, 2003, p 5-17.

RANGEL-S., M.L. Dengue: educação, comunicação e mobilização na perspectiva do controle – propostas inovadoras. **Interface**, vol.12, n.25, 2008. p.433-441.

RICOEUR, P. Tempo e Narrativa: A Tríplice Mimese. In: _____. **Tempo e Narrativa**. Tomo I. Campinas, SP, Papyrus, 1997a, p 85 a 131.

RICOEUR, P. O mundo do texto e o mundo do leitor. In: _____. **Tempo e Narrativa**. Tomo III. Campinas, SP, Papyrus, 1997b, p. 273 a 314.

RICOEUR, P. O que é um texto? In: _____. **Do texto à ação. Ensaio de Hermenêutica II**. Porto, Portugal: RÉ S Editora, 1989. p. 141-162

SANTOS, C.M.; IZUMINO, W.P. Violência contra as Mulheres e Violência de Gênero: Notas de Estudos Feministas no Brasil. **E.I.A.L.**, Vol. 16 - nº 1. 2005.

SCHRAIBER, L.B.; D'OLIVEIRA, A.F.P.L.; PORTELLA, A.P.; MENICUCCI, E. Violência de gênero no campo da Saúde Coletiva: conquistas e desafios. **Ciência e Saúde Coletiva**, 14(4):1019-1027, 2009.

SCHRAIBER; L.B.; D'OLIVEIRA A.F.P.L.; COUTO, M.T. Violência e saúde: contribuições teóricas, metodológicas e éticas de estudos de violência contra a mulher. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, 25 Sup 2: S205-S216, 2009.

SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil para a análise histórica. **Educação e Realidade**, Porto Alegre: UFRS. 20(2), jul/dez, 1995.

VERÓN, E. L'analyse du "Contrat de Lecture": une nouvelle methode pour les etudes de positionnement des supports presse. Paris: IREP, 1985.

WHITE, R. Recepção: a abordagem dos estudos culturais. **Comunicação e Educação**, São Paulo, (12):57 a 76, mai/ago. 1998.

WHO. Global and regional estimates of violence against women: prevalence and health effects of intimate partner violence and non-partner sexual violence. 2013

WOLF.F. Por trás do espetáculo: o poder das imagens. In: NOVAES, A. (Org). **Muito Além do Espetáculo**. São Paulo, Ed. SENAC, 2005, p.14-45.

Filmografia (vídeos)

AGENDE. Campanha 16 dias de ativismo pelo fim da violência contra as mulheres. VT03. 2007. 56 seg. acessado em: 25 de março de 2014, disponível em: <http://www.youtube.com/watch?v=cdlqzwxzfZQ>

INSTITUTO PATRICIA GALVÃO. Campanha "Onde tem violência, todo mundo perde". Spot bar 2004. 32seg. Acessado em: 25 de março de 2014, disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=BezvyIMdt9k>

ONU MULHERES. Campanha Mulheres e Direitos. Artistas completo. 2011. 79 seg. Acessado em: 25 de março de 2014. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=xsntsKrrFxs>

Anexo 1- Quadro 1 – Significados da violência e gênero

Vídeo-ano	Significados de violência e gênero	Sentido
Video 1: Onde tem violência todo mundo perde – spot bar- 2004	Violência decorre do comportamento do homem. A atitude de constrangimento pode mudar o comportamento.	Comportamental
Video 2: Deixa de Esconder - 2005	A mulher oculta a violência sofrida no espaço doméstico. Ocultação como causa violência.	Comportamental
Video 3: VT3 - Campanha 16 dias de ativismo 2007	A violência entre parceiros íntimos pode ser superada.	Relacional
Video 4: VT03 - 16 dias de ativismo – 2008	A violência é um fenômeno social mais amplo. Requer atitudes e comprometimento de toda a sociedade.	Social
Vídeo 5: Campanha do Laço Branco – 2008	A violência não é natural, é cultural. Violência contra as mulheres como oposto dos valores: fraqueza ou bobeira, masculinidade.	Comportamental
Vídeo 6: Mulheres e direitos – Lavadeiras – 2011	A violência não é só física, pode ser psicológica e verbal. A mulher é um sujeito ativo / capaz de reconhecer as formas de violência que antecedem a agressão física.	Relacional
Vídeo 7: Mulheres e direitos - Artistas – 2011	Violência é crime. A mulher tem direitos iguais aos dos homens.	Social

Anexo 2 – Descrição dos roteiros dos vídeos apresentados

Vídeo 1 - "Bebida não é desculpa"

Descrição do Roteiro

As cenas se desenvolvem em um bar, à noite. Os protagonistas são quatro homens de meia idade sentados em uma mesa, bebendo e conversando, representando o hábito da cervejinha após o trabalho, no final do dia. São homens de etnias diferentes, representando a diversidade da população brasileira. Sobre a mesa, os copos e as garrafas de cerveja que se acumulam, e são parte da caracterização do cenário. Apesar de a cena ter o foco nos quatro atores que participam da conversa, é possível também observar um pouco do entorno, o balcão com muitas garrafas de diferentes tipos de bebidas ao fundo, algumas pessoas próximas ao balcão, inclusive um homem e uma mulher conversando. A câmera focaliza esses homens na mesa, em primeiro plano, mas é possível perceber que é um ambiente frequentado principalmente por homens.

O vídeo tem a duração total de 0,32''

A conversa se desenvolve na seguinte sequência de vozes ao interior da cena:

Início: duração 0,1 a 0,7''

Um *zoom* coloca em primeiro plano a face de um homem (1) que fala enfaticamente:

10. Homem 1: *Calma Chico...* (de frente para a câmera, em primeiro plano, gesticula, levantando uma mão em direção ao homem 2). (0,01)
.... *vai devagaar!* (expressão séria, chateado; levanta as duas mãos, reforçando o pedido de calma...vá devagar)
11. *Cê anda nervooso....* (olhando de lado, testa franzida, gesticulando agora com ambas as mãos, tom repreensivo).
12. Homem 2 (Chico) (de costas para a câmera): *Nervoso por que?... hem amigoo?*
13. Homem 1: *Baixaria!* (levantando as duas mãos em direção ao homem 2). (0,07'')
14. Homem 3: *Viu o que você fez ontem?* (homem ao lado dos dois primeiros, em primeiro plano, também levantando o braço, em direção ao Homem1) (0,08')
15. Homem 4: *O quê tá acontecendo?* (também em primeiro plano, vira-se para o Homem 1, em tom de estranhamento/dúvida) (no fundo se vê uma mulher). (0,09'').

(A câmera gira na direção do Homem 1, colocando-o novamente no primeiro plano; ao fundo vê-se que a mulher está acompanhada por um homem. Todos estão bebendo. Há muitas garrafas de cerveja sobre a mesa).

16. Homem 1: *batendo na mulher de novo...* (voltando-se para o Homem 4)

A câmera focaliza os três (0,12''), e depois recua, enquadrando o Homem 2 de costas. Este movimenta inquieto o corpo, balança a cabeça (0,11 a 0,15'') e diz:

17. Homem 2: *Mas, ontem eu tomei todas, perdi a cabeça ...* (coloca as mãos no rosto, sugerindo estar constrangido) (0,16'')

18. Homem 1: *Não tem esse negócio..., não tem esse negócio, “tomei todas”... Aqui todo mundo toma e ninguém bate em mulher. Só você!* (aumenta o tom da voz, enfaticamente repreendendo o outro, gesticula, aproximando as mãos e a face ao homem 2).

Enquanto fala, a câmera foca no homem 4 bebendo cerveja (no tempo em que H1 fala “todo mundo toma...), enquanto o homem 3 olha expectante para o homem 2, sugerindo aguardar uma resposta – pressão), retornando a câmera para o Homem 1 em primeiro plano, falando de perto ao Homem2.

Nesse momento (0,23'') entra a voz do narrador externo: *“Bebida não é desculpa, onde tem violência perde a mulher que apanha, os filhos e você. Homem que é homem não bate.”*

Continuam as imagens dos dois homens (1 e 2) conversando cara a cara. Enquanto o homem 1 fala, o homem 2 inquieto, nitidamente desconfortável, passa a mão sobre a face, cabisbaixo.

Entra a imagem da logomarca da campanha: um coração vermelho pulsante, com um curativo do lado direito, cuja batida coincide com a fala “...não bate...” (sugerindo que não tem coração). Por fim aparece o slogan *“Homens pelo fim da violência contra a mulher”*

Outros elementos: vozes de conversas de fundo evidenciam que é um ambiente muito frequentado, público; tilintar de copos e talheres; música, marca a entrada da voz externa, sugerindo a entrada de algo novo: surpresa, expectativa?

Vídeo 3 - VT3 - Campanha 16 dias de ativismo 2007

Descrição do Roteiro

O vídeo é dividido em dois momentos diferentes, com tratamento de cores também diversos. No primeiro momento, as cenas apresentam sequências rápidas e não há uma caracterização marcante do cenário. A diversidade das mulheres brasileiras aparece representada por três mulheres de diferentes

etnias e idades. Duas relatam as ameaças e situações de violência que sofreram, uma delas envolvendo também a própria sua mãe. As falas são pausadas e há tristeza nos olhares. Uma terceira mulher emite uma mensagem de orientação sobre como proceder a denúncia. Inicialmente, a câmera tem o foco nos olhos, em seguida alterna o enquadramento entre rostos e olhos e as cenas são produzidas em branco e preto. A sequência dos relatos iniciais é interrompida por uma tela escura com legenda em que aparece frase informativa e um fundo musical.

O segundo momento acontece em cenário diferente que parece ser um estúdio. As cenas tem cores e quem aparece na tela é a atriz Julia Lemmertz que fala sobre a violência contra as mulheres, a Lei Maria da Penha e a campanha 16 dias de ativismo. O enquadramento da cena está centrado na imagem da atriz, que aparece primeiro da cintura para cima e em seguida, com o foco mais próximo, é retratada do pescoço para cima.

O vídeo tem a duração total de 0,55". As falas se desenvolvem na seguinte sequência de vozes ao interior da cena:

Início dos depoimentos: duração 0,1 a 0,7''

Mulher 1 (branca de olhos claros, cabelos lisos, pele lisa, jovem):: - *É uma violência que começou com ameaças graves a vida e a paz.* (0,1 a 0,04) - a câmera tem o foco nos olhos da mulher.

Mulher 2 (negra, olhos mais escuros, pele com rugas, meia idade): - *Me agredia, me batia ...* (0,5 a 0,7) - a câmera tem o foco nos olhos da mulher.

Acontece uma quebra da sequência dos relatos por uma tela de fundo preto em que aparece escrita, em letras brancas, a seguinte frase sem áudio: "*Nenhuma mulher gosta de apanhar*". A tela divide a primeira e a segunda parte dos depoimentos e tem uma música instrumental de fundo (0,8 a 0,9").

Mulher 1: *Ele invadiu também a casa e mobilizou minha mãe por cinco horas com o estilete no pescoço dando telefonemas para mim.* (0,10 a 0,16") - a câmera tem o foco nos olhos da mulher.

Mulher 2: *Eu nunca denunciei ele porque eu tinha medo, porque ele falava que se eu denunciasse dele, ele... me matava.* (0,17 a 0,23") - a câmera alterna entre dois focos: o primeiro nos olhos da mulher e o segundo tem um enquadramento mais amplo em que ela aparece do busto para cima, tendo como cenário ao fundo o encosto de um banco de madeira localizado em área externa com plantas.

Um novo corte é feito entre as cenas com um fundo escuro que se fecha e em seguida se abre para as próximas cenas. (0,24")

Mulher 1: *A vida segue ... querendo proteção.* (0,25 a 0,27") - a câmera tem o foco no rosto da mulher.

Mulher 2: *Não tenha medo de denunciar*. (0,28 a 0,29") - a câmera tem o foco em um enquadramento no qual a mulher aparece do busto para cima, tendo como cenário de fundo o encosto de um banco de madeira localizado em área externa com plantas.

Mulher 3 (mulher loira): *Não deixe chegar à agressão física para procurar a Lei*. (0,30 a 0,32") - a câmera alterna dois focos: no primeiro enquadramento aparece a mulher aparece em pé, do busto para cima, tendo como fundo um portal em área externa com plantas e no segundo o enquadramento está centrado apenas nos seus olhos.

Mudança de cenário, de iluminação e do tratamento das imagens que é em cores. O fundo é uma tela em azul claro. O cenário parece ser de um estúdio de filmagem.

Entra Julia Lemmertz: *Viver sem violência é um direito das mulheres. A Lei Maria da Penha previne a violência e pune o agressor. Conhecer e divulgar a Lei é um dever de todas as pessoas que querem uma vida melhor*. - o foco da câmera mostra atriz da cintura para cima, que veste uma camiseta branca com a inscrição: "Tá na lei". (0,33 a 0,46)

Julia Lemmetz (continua): *Eu sou Julia Lemmertz e assumi essa luta que é de todas as pessoas. Campanha 16 dias de ativismo pelo fim da violência contra as mulheres*. - A câmera centraliza o foco mais próximo do rosto da atriz, que aparece do pescoço para cima. No momento em que ela fala o nome da campanha, o mesmo aparece escrito na tela junto com a sua logomarca (0,47 a 0,55").

Vídeo 7 – Campanha Mulheres e Direitos – Artistas

Descrição do Roteiro

A narrativa é construída a partir das falas de três artistas brasileiros conhecidos do grande público. O primeiro é o ator Milton Gonçalves, o mais velho dos três, o segundo o ator Bernardo Mesquita, o mais jovem e, por último, o dançarino Carlinhos de Jesus, que tem uma idade intermediária a dos outros dois. Cada um deles aparece em um cenário relacionado às tarefas domésticas e suas falas abordam os seguintes temas: as mudanças na sociedade brasileira, as mulheres que se destacam nos espaços públicos, as desigualdades sociais entre homens e mulheres e a violência contra a mulher. Os atores se mostram à vontade com as tarefas e com os espaços que aparecem ocupando.

O vídeo tem a duração de 1 minuto e 20 segundos. Inicia com apresentação da logomarca e do nome da campanha (0,1'-0,4''). A marca representa quatro perfis em tamanhos crescentes, superpostos, em vermelho e preto, sugerindo as polarizações luz/sombra, vida/morte, alegria/tristeza). O nome da campanha "*Mulheres e Direito*" é apresentado abaixo da marca.

1) Na primeira cena (0,5'' – 0,23'') o ator Milton Gonçalves encontra-se em uma cozinha moderna, de classe média, bem equipada, bem vestido, portando um relógio dourado no braço esquerdo. Usa avental e está colocado na frente de um fogão, mexendo uma panela com a colher de pau.

A cena inicia com o ator, enquanto cozinha, dirigindo-se à câmera e falando: *Vocês não vão se lembrar, mais antigamente as mulheres não tinham direito **nenhum**...* Enquanto fala gesticula com o braço esquerdo, enfatizando a fala. Prossegue:

Não podiam estudar..., não podiam ter uma profissão..., não podiam trabalhar para fora... (0,15'').

Ainda bem que isso mudou! (exclama) (0,16'').

Vocês sabem quem é a jogadora de futebol mais famosa do mundo? (interrogando, aproximando o rosto da câmera) (0,17''-0,21'')

É uma brasileira (afirma sorrindo) (0,21''-0,23'').

2) A segunda cena acontece em um estacionamento. O ator Bruno Mesquita está retirando as compras do fundo do carro e colocando em um carrinho.

Olhando para a câmera pergunta: *Quem está hoje no cargo mais importante do país? A presidência da República?* (0,14'' – 0,25'')

Com expressão de surpresa, com a face aproximada à câmera, em primeiro plano, responde: *Uma mulher!* (0,26'' – 0,27'')

Continua em primeiro plano: *Mas mesmo assim nós fomos criados desde criança para saber que os homens e mulheres não têm os mesmos direitos.* (0,28'' - 0,33'')

E é sobre esta desigualdade que a violência contra a mulher se sustenta (0,34''- 0, 36'')

3) A terceira cena (0,37 – 0,56'') se dá na sala de estar de uma residência. O dançarino Carlinhos de Jesus está sentado no sofá e fala dirigindo-se enfaticamente à audiência:

Todo o relacionamento tem que ter respeito! (acentua as palavras com as mãos) (0,37''- 0,39'').

Não importa se é namoro, se é casamento... (olhando para as mãos e contando nos dedos...). *Ninguém manda em ninguém!* (olhando novamente para a câmera e acentuando com as mãos) (0,40 – 0,43).

*Na semana passada, um amigo meu bateu na mulher, eu tomei um susto danado, pois percebi que **esta** violência [apontando para trás, enfatizando que fala da violência contra a mulher] **está mais perto do que a gente imagina.*** (0,44''- 0,51'').

Finaliza gesticulando: *Acabar com o machismo depende... somente da gente! De todos nós!* (gesticulando) (0,51-0,56).

Na sequência (0,57”- 1,04”) aparece a Maria da Penha sentada em uma cadeira, em primeiro plano, tendo como fundo uma parede coberta por estantes brancas cheias de livros.

Afirma e recomenda:

A violência contra a mulher é crime!

Denuncie!

Disque 180 ou vá à delegacia mais próxima.

Pode se ouvir uma música instrumental ao fundo.

No final, é mostrada novamente a logomarca e o nome da campanha com a expressão “Disque 180”.

Na tela seguinte, é apresentada a logomarca de todas as organizações parceiras da campanha: ONU Mulheres (Entidade das Nações Unidas para a Igualdade de Gênero e Empoderamento das Mulheres), UNAIDS (Programa Conjunto das Nações Unidas contra HIV/AIDS), UNFPA (Fundo da População das Nações Unidas), IMP (Instituto Maria da Penha), UNICEF, UNA-SE pelo Fim da Violência contra as Mulheres – Campanha do Secretário Nacional das Nações Unidas.

A logomarca e o nome da campanha aparecem novamente no final do vídeo. Todas as falas são acompanhadas de legendas.

CONCLUSÕES

A título de considerações finais vale reforçar a necessária articulação dos três momentos entendidos por Paul Ricoeur como inseparáveis para a realização do processo interpretativo. Os três momentos foram desenvolvidos em cada um dos últimos artigos desta tese (o artigo 2 trata da prefiguração; o 3 da configuração e o 4 refiguração).

A configuração que corresponde ao mundo do texto está representado neste trabalho pelos textos/vídeos veiculados em campanhas educativas sobre o enfrentamento da violência contra as mulheres. Esse momento do processo interpretativo tem como principal função a mediação entre outros dois mundos: o mundo da ação, que é prefiguração e está representado pelo discurso do movimento feminista sobre o enfrentamento da violência contra as mulheres, e o mundo do leitor, que se faz presente como o terceiro momento da interpretação, que é a refiguração, correspondendo às leituras produzidas pelos entrevistados acerca das estratégias de enfrentamento da violência contra as mulheres presentes em textos/vídeos pertencentes às campanhas preventivas referidas. Esse processo interpretativo, em suma, diz que o texto nasce em um mundo da ação, configura o seu mundo próprio enquanto composição linguística e, por fim, retorna ao mundo da ação através da interpretação que o leitor faz do texto.

O mundo da ação, ou a prefiguração do texto, corresponde ao discurso produzido pelo movimento feminista brasileiro ao longo de sua trajetória política e social no combate da violência contra as mulheres. Ao longo dos últimos trinta anos, este movimento tem exercido um papel protagonista, e suas ações deram visibilidade ao problema e revelaram a existência de uma matriz cultural que legitima a violência como forma de submissão das mulheres.

O mundo do texto, a configuração, corresponde aos materiais audiovisuais que integraram campanhas educativas veiculadas por iniciativa de organizações feministas em parceria com agências governamentais e internacionais. Os vídeos reproduzem o entendimento da violência contra as mulheres como problema de agressão aos direitos humanos, privilegiando sua manifestação nas relações de intimidade como principal expressão da violência mais ampla que acontece tanto nos espaços públicos como nos ambientes domésticos. As campanhas têm o objetivo de contribuir para mudanças nas matrizes culturais que legitimam a violência nas relações entre homens e mulheres, visando também dar divulgação a informações úteis voltadas para as vítimas e suas redes sociais, além de dar conhecimento público às determinações da Lei Maria da Penha. O público destinatário privilegiado são homens e

mulheres com histórias de violência, mas as mensagens destinaram-se a atingir sociedade brasileira como um todo. De fato, estas campanhas constituem-se em eficientes estratégias de comunicação que cumprem importante papel no engajamento da sociedade brasileira na discussão sobre as dimensões sociais, culturais e relacionais deste problema.

O mundo do leitor, a refiguração do texto, corresponde ao coletivo dos sujeitos participantes da pesquisa, homens e mulheres moradores da Liberdade, bairro popular da cidade de Salvador, na Bahia. Os entrevistados são parte de uma ampla parcela da sociedade brasileira reconhecida como a audiência a que se destinam as campanhas de prevenção da violência contra as mulheres. Os homens e as mulheres no momento de entrevista individual foram convidados a assistirem os vídeos e emitirem suas leituras acerca dos conteúdos dos discursos apresentados.

Esses três mundos, momentos de prefiguração, configuração e refiguração são, segundo Ricoeur, partes inerentes do processo interpretativo e as relações que se estabelecem entre eles permitem algumas considerações que são a seguir apresentadas:

1. As relações entre o mundo do ação e mundo do texto, ou seja entre discurso feminista e vídeos pertencentes às campanhas demonstram que, em geral, os textos/vídeos assumem o entendimento da violência contra as mulheres a partir de uma concepção da violência que se aproxima mais de uma lógica patriarcal, ao invés da concepção de gênero, ambas presentes nas teorias feministas. A explicação das relações de violência a partir do binômio feminino-masculino como correspondente a subordinação-dominação não permite problematizar a complexidade da construção da violência como resultante das relações sociais de gênero, entendidos como processos que conferem valores diferenciados ao feminino e ao masculino que se efetivam no âmbito da cultura, não podendo ser entendidos como estáticos ou inerentes à natureza.

No entanto, deve ser considerada a natureza do texto em questão e a sua curta duração, - entre 28 e 121 segundos³² - o que dificulta a exposição da temática em sua complexidade e exige que sejam realizados alguns recortes que podem implicar em simplificação desse tema que envolve questões demasiadamente amplas. Como a cristalização da figura feminina em uma

³² Em geral os vídeos não ultrapassam 60 segundos, tempo padrão dos comerciais de televisão. Os dois vídeos mais longos (79 e 121 segundos respectivamente) pertencem a mesma campanha “Mulheres e Direitos”, têm um formato diferenciado e não foram veiculados na televisão. Os dois também se diferenciam dos demais quanto a sua abordagem da violência e das relações de gênero, se distanciando mais claramente da reprodução de estereótipos do masculino e feminino nos espaços sociais e nas relações de violência.

posição mais próxima da vítima e da passividade e o homem no lugar fixo do agressor, sem reconhecer as inúmeras outras possibilidades. Tal recorte resulta também de uma característica do discurso social e político do movimento feminista que opera algumas generalizações em nome de um objetivo mais amplo, neste caso, o de evidenciar as desigualdades entre homens e mulheres que se conformam nos casos de violência.

2. O mundo do texto e o mundo do leitor são representados nos vídeos de campanhas e as leituras dos entrevistados. Os textos/vídeos pertencentes a campanhas preventivas apresentam um forte componente ideológico. A partir do uso de retórica e de estratégias de persuasão o autor visa convencer o seu leitor implicado (homens agressores, por exemplo), sobre a ilegitimidade dos comportamentos violentos por parte dos homens, apresentando um modelo de masculinidade oposto, aquele que não se comporta de forma violenta e que intervém posicionando-se de forma contrária à violência no mundo ao seu redor. Desta forma, objetiva-se que o leitor reflita sobre a temática da violência contra as mulheres e modifique os seus comportamentos diante do reconhecimento do caráter criminoso da atitude violenta.

De forma semelhante as estratégias de persuasão e a retórica do autor também se direcionam à leitora implicada, no caso a mulher em situação de violência, na tentativa de convencê-la a promover mudanças de comportamento na direção de interromper o sofrimento de que é vítima.

O leitor reconhece no texto as marcas deixadas pelo autor e posiciona-se diante delas, assumindo os argumentos, questionando-os ou mesmo contrapondo a sua realidade social à realidade do texto e, desta forma construindo uma nova figuração que tem como estrutura a sua experiência. Neste caso, a partir das leituras produzidas por homens e mulheres nesta pesquisa é possível perceber o reconhecimento das estratégias de enfrentamento da violência presentes nos vídeos/textos mostrados. Os entrevistados reconhecem, mas não deixam de questionar e contrapor-se à argumentação.

3. As relações entre o mundo do leitor e o mundo da ação também mostram-se presentes mediante a análise das relações entre as leituras produzidas pelos entrevistados e o discurso feminista. Autor e leitor compartilham um repertório familiar, que permite a sua comunicação e que está ancorado no mundo da ação.

Desta forma, em geral, é possível identificar que os entrevistados de ambos os sexos reconhecem a perspectiva feminista do discurso sobre violência contra as mulheres presente

nos vídeos/textos e se relacionam com isto, ou seja, em alguns momentos aproximam-se e reafirmam os seus sentidos e, em outros momentos, afastam-se, questionando-os a partir de suas realidades e pontos de vistas. Por exemplo, o discurso sobre os direitos sociais das mulheres e valorização da maior participação das mulheres na vida pública é reconhecido pelas entrevistadas como emancipador, incentivador, o que reafirma o seu sentido de empoderamento das mulheres, como um conceito a ser valorizado e difundido no discurso do movimento feminista. No entanto, o discurso de incentivo a denúncia, necessário para o reconhecimento das situações de violências vivenciadas pelas mulheres e para a instauração do inquérito policial – proteção e punição –, é visto como repetitivo, e é questionado quanto a sua validade diante da realidade vivenciada e percebida pelas entrevistadas ou em alguns momento é desacreditado, ao ser contestado pela sensação de que são crescentes os índices de violência nos dias atuais.

Na relação entre o mundo do leitor e mundo da ação, cabe ainda um último momento que corresponde à refiguração. É o momento em que o sentido do texto retorna ao mundo da ação a partir da leitura produzida pelo leitor. O leitor pertence ao mundo da ação e ao ser afetado pelo texto sofre transformações em sua maneira de entender o mundo. Não se fala necessariamente das mudanças às quais pretendesse talvez o autor, nem é de fato importante se as mesmas acontecem de maneira consciente ou inconsciente, como se avalia no referencial adotado. O que pode ser necessário precisar é que, é nesse processo que o leitor pode produzir uma compreensão mais ampla de si mesmo, como denomina Ricoeur.

Este é o momento em que a subjetividade do leitor assume o papel de maior destaque em todo o processo interpretativo, quando o leitor se sente convidado a refigurar o seu próprio mundo a partir de sua leitura produzida do texto. Portanto, torna-se também a parte mais difícil de ser identificada nas leituras produzidas pelos entrevistados, ao se entender que as modificações no leitor acontecem enquanto experiência e não são necessariamente socializadas nas leituras produzidas. Mas, algumas situações ocorridas no final das entrevistadas podem ser relatadas como uma contribuição a esta reflexão. No final das entrevista, um entrevistado pediu os vídeos para assistir de novo e mostrar a outras pessoas; uma entrevistada indicou uma amiga para a pesquisa (e insistiu para que a mesma participasse) por considerar que a recepção dos vídeos seria valiosa para a mesma, e por fim, uma entrevistada afirmou que após assistir os sete vídeos apresentados precisaria refletir melhor sobre a situação de violência vivida e porque permaneceu durante longo tempo em um casamento violento.

Por fim, é importante registrar que a utilização do referencial de Paul Ricoeur, dos momentos do processo interpretativo, constituiu-se em ferramenta de valorização para análise do mundo do leitor – as leituras dos textos/vídeos, do mundo da ação – o discurso feminista e do mundo do texto – os próprios vídeos. A abordagem do tema dos sentidos sobre violência contra as mulheres, através da análise interpretativa de textos/vídeos integrantes de campanhas educativas, com a utilização das ferramentas da hermenêutica interpretativa tornou possível ultrapassar os limites do texto, incorporando à sua análise os momentos da prefiguração e refiguração, reconhecendo o leitor quanto ao seu papel de agente ativo da interpretação.

Sendo assim, a adoção dessa perspectiva contribui ao entendimento das relações dialógicas que se estabelecem no campo da comunicação e saúde. Nesse sentido, análises dos processos comunicativos não devem se restringir a uma ênfase exclusiva na importância da mensagem, em seu conteúdo ou sua “capacidade” de produzir efeitos no seu público destinatário. Torna-se necessário o reconhecimento de que os sentidos atribuídos a um determinado problema ou agravo de saúde exige o seu entendimento enquanto construção social, como também são resultantes das realidades e das experiências de seus destinatários. Da mesma forma, deve-se reconhecer nas análises de tais produtos as suas possibilidades de mediação entre a realidade social e as experiências específicas do seu público receptor, reconhecendo a autonomia de seus destinatários na ressignificação dos sentidos atribuídos a estes produtos como inerente à dinâmica que constitui os processos comunicativos.

No que se refere especificamente à temática da violência contra as mulheres é possível reconhecer a contribuição das campanhas sobre seu enfrentamento como produção e veiculação de discursos sociais acerca do tema. Tais discursos se constroem em diálogos e também em contraposição a outros existentes no espaço social que, em parte, reproduzem a perspectiva dominante que termina por naturalizar a violência, legitimar o seu uso em determinadas situações ou, ainda, responsabilizar a próprias mulheres pelas violências sofridas. Desta forma, os produtos produzidos por campanhas de prevenção à violência podem ainda ser utilizados como dispositivos de discussões em ações educativas voltadas para a prevenção da violência a serem realizados com diferentes públicos, como escolares, profissionais e usuários de serviços de saúde ou especializados no atendimento a mulheres e homens com histórias de violência.

APENDICES

Apêndice 1 - Roteiro de Entrevista

Apresentar o objetivo da pesquisa e a tema da pesquisa.

Leitura do Consentimento Livre Esclarecido.

1ª parte:

Sobre o tema da violência contra a mulher:

- O que você pensa a respeito deste assunto?
- Em sua opinião, **o que é** violência contra a mulher? Quais são os **tipos de violência** contra a mulher que você conhece?
- **Porque** acontece este tipo de violência? Em que situações? Quais são as causas? Como ela ocorre?
- Em sua opinião, existem situações em que a violência pode ser aceitável? Quando sim? Quando não?
- Quem sofre com a violência contra mulher? (só as mulheres, homens e mulheres, a família, toda a sociedade)
- Quem são as mulheres e os homens que vivenciam a violência?
- Em sua opinião, o que deve ser feito para enfrentar o problema da violência contra a mulher?
- Quem são os responsáveis para resolver este problema? (as mulheres que sofrem violência, homens e mulheres, governantes ou outros)
- O que deve fazer uma mulher que vive uma situação de violência? Quem ela deve procurar? Por quê?
- Vocês já ouviram falar sobre a Lei Maria da Penha? Sobre o que trata esta lei?

Complete as frases:

- “Uma mulher vive em uma relação violenta porque”
- “Um homem vive uma relação violenta porque”

2ª parte:

Sobre os produtos comunicativos:

- Você se lembra de já terem visto algum vídeo ou propaganda na TV, sobre violência contra a mulher?
 - Se sim, quando foi? Como era? Vocês poderiam me contar? O que vocês acharam?
- O que você acha que deve ser dito em uma campanha / vídeo sobre violência contra a mulher? Por quê?
 - Em sua opinião, as campanhas podem ajudar a reduzir este tipo de problema? Como?

Sobre os produtos apresentados:

- Vou mostrar a você alguns vídeos diferentes. Gostaria que, ao final, vocês dessem sua opinião, falassem sobre o que você achou de cada um deles.

A partir do material: (um a um)

- O que você achou do vídeo?
- Em sua opinião o que esse vídeo quer dizer? O que o vídeo pretende dizer?
- Se você estivesse em sua casa você pararia para assistir esse vídeo? Você recomendaria para outras pessoas assistirem?
- Você gostou? Você acha que foi bem feito?
- Para que público você acha que foi feito esse vídeo? Esse vídeo foi feito para quem?
- Você acha que esse vídeo foi produzido por quem? Em sua opinião quem produziu esse vídeo?
- Nesse vídeo como é tratada a questão da violência contra a mulher?
- Qual a contribuição desse vídeo para a mulher enfrentar a violência? (De acordo com o vídeo, o que deve ser feito para enfrentar a violência?)
- Você faria alguma modificação no vídeo para deixar a mensagem mais clara? O que?

- Como são as mulheres que aparecem neste vídeo? Você acha que elas se parecem com as mulheres que você conhece? Por que?
- Na sua opinião, como a mulher é representada no produto? Vocês concordam com essa ideia? Por quê? (qual a relação desta mulher com a violência)
- Como são os homens? (idem)
- Como os homens são representados no produto? Vocês concordam com essa ideia? Por quê?
- Qual a forma de enfrentamento da violência contra a mulher apresentada no produto? Vocês concordam? Por quê? Que outras vocês acham importante/sugere?

Sobre os vídeos apresentados:

- Qual o vídeo que você mais gostou? Por quê? E o que você menos gostou? Por quê?
- Qual vídeo você achou mais bem feito? Por quê? Qual o vídeo que você achou mal feito? Por quê? Qual o vídeo que você achou incômodo? Por quê?
- Qual vídeo você considera que é educativo? Por quê? Qual vídeo você considera que é punitivo? Por quê? Qual o vídeo que você considera informativo? Por quê? Qual o vídeo você considera participativo? Por quê?
- Vamos considerar uma situação: você foi convidado/a para participarem da criação de produtos comunicativos sobre a temática da violência contra a mulher.
 - Como seria o material que você inventaria?

(você pode escolher algum destes materiais apresentados e fazer os ajustes necessários, fazer uma síntese dos materiais apresentados, aproveitando aspectos dos três ou pode, ainda, criar uma campanha completamente nova com outras características. O que você faria? Descreva como seria este material criado por você?)

Apêndice 2 - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Convidamos o/a Sr./a para participar da pesquisa “Sentidos sobre Violência contra a Mulher: um estudo da recepção de produtos comunicativos”, que tem como objetivo geral analisar a recepção de produtos comunicativos de agências governamentais e não-governamentais no Brasil sobre violência contra a mulher, entre homens e mulheres em diferentes posições sociais na cidade de Salvador, Bahia. Esta pesquisa está sendo desenvolvida por mim, Gabriela Lamego, no âmbito da realização do meu doutorado em saúde pública no Instituto de Saúde Coletiva da Universidade Federal da Bahia. A pesquisa será realizada mediante entrevistas individuais e trabalhos em grupo, em que serão discutidos assuntos relacionados a temática da comunicação, violência contra mulher e saúde. As informações resultantes das entrevistas individuais e discussões dos grupos serão de uso exclusivo da pesquisa, preservando-se a identidade dos seus participantes. Assumimos o compromisso de que seu nome que não aparecerá em nenhuma parte do relatório ou investigação ou em qualquer outro documento que possa ser produzido a partir dela, tal como artigos ou relatórios. Asseguramos que a pesquisa não apresenta qualquer tipo de risco ou constrangimento para você.

Em um momento posterior a conclusão do doutorado, eu me comprometo em realizar alguns encontros para apresentar os resultados deste trabalho e discutirmos como estes poderão contribuir para futuras campanhas educativas sobre a temática abordada. Você será convidada/o a participar de um destes encontros.

Sendo assim, a sua participação nesta pesquisa é de fundamental importância para subsidiar ações de promoção da saúde sobre a temática da violência contra a mulher. Porém, ela é inteiramente voluntária e a qualquer momento você poderá desistir de continuar na pesquisa. De qualquer forma, agradecemos sua colaboração neste estudo e caso aceite participar, solicitamos sua assinatura ao final deste termo.

Eu (entrevistado/a) ----- declaro estar ciente de que entendo os objetivos e condições de participação na pesquisa “Sentidos sobre Violência contra a Mulher: um estudo da recepção de produtos comunicativos” e aceito nela participar.

Assinatura entrevistado: _____

Assinatura entrevistador: _____

Caso sinta necessidade de entrar em contato com a pesquisadora responsável pela pesquisa, procure por Gabriela Lamego no telefone 71 88963630 ou no email: gabilamego@hotmail.com ou se preferir, procure o Comitê de Ética do ISC no telefone 32837441